



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
Programa de Pós-Graduação em História

JAMILY SILVA DE ASSIS

**A DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL / ESTADOS UNIDOS E A MISSÃO
ALBINO SILVA (OUTUBRO 1962)**

GOIÂNIA

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Jamily Silva de Assis

3. Título do trabalho

A deterioração das relações Brasil/Estados Unidos e a missão Albino Silva (outubro de 1962)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa.

Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;

- Submissão de artigo em revista científica;

- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Professor do Magistério Superior**, em 25/11/2021, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAMILY SILVA DE ASSIS, Usuário Externo**, em 29/11/2021, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_a_cesso_externo=0, informando o código verificador **2500066** e o código CRC **B4440619**.

JAMILY SILVA DE ASSIS

**A DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL / ESTADOS UNIDOS E A MISSÃO
ALBINO SILVA (OUTUBRO DE 1962)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, na área de concentração em Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escrita da (e na História).

Orientador Prof. Dr. Carlo Patti.

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

ASSIS, Jamily Silva de
A DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL / ESTADOS UNIDOS E
A MISSÃO ALBINO SILVA (OUTUBRO 1962) [manuscrito] / Jamily
Silva de ASSIS. - 2020.
CV, 105 f.

Orientador: Prof. CARLO PATTI.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2020.

Bibliografia.
Inclui siglas.

1. CRISE DOS MÍSSEIS. 2. JOÃO GOULART. 3. BRASIL. 4.
ESTADOS UNIDOS. 5. MISSÃO ALBINO SILVA. I. PATTI, CARLO,
orient. II. Título.

CDU 94(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **48** da sessão de Defesa de Dissertação de **Jamily Silva de Assis**, que confere o título de Mestre(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte**, a partir da(s) **14h30**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**A deterioração das relações Brasil-Estados Unidos e a crise dos mísseis (1962)**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Carlo Patti (PPGH/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Gianfranco Caterina (Irel/UnB)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Geisa Cunha Franco (FCS/UFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Carlo Patti**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

A deterioração das relações Brasil/Estados Unidos e a missão Albino Silva (outubro de 1962)



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 17/02/2021, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Professor do Magistério Superior**, em 10/03/2021, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geisa Cunha Franco, Coordenador de Curso**, em 19/04/2021, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1685354** eo código CRC **1C048111**.

**A DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL / ESTADOS UNIDOS E A MISSÃO
ALBINO SILVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, aprovada em ___/___/_____, pela banca examinadora constituída pelos professores.

Professor Dr. Carlo Patti
FCS/Universidade Federal de Goiás
Orientador

Professora Geisa Cunha Franco
FCS/Universidade Federal de Goiás
Membro Interno

Gianfranco Caterina
Cpdoc/FGV
Membro Externo

Dedico à minha mãe Iraci Maria da Silva e Assis e a minha avó Maria da Silva, minha “vovó Flora”, que me ensinou que a maior riqueza que eu deveria desejar é o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, Carlo Patti, também orientador, e Francesco Guerra.

Sou imensamente grata ao Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (HMRE) sediado no Itamaraty em Brasília que me abriram as portas.

Agradeço de coração aos meus amigos e à minha amiga de toda hora: Gêssica Dayane de Souza, Saulo Santana Rezende e Ronaldo Martins da Silva.

Sou infinitamente grato à minha família, especialmente à minha mãe, Iraci Maria da Silva e Assis.

“Quando escrito em chinês a palavra crise compõe-se de dois caracteres:
um representa perigo e o outro representa oportunidade”.

(John Fitzgerald Kennedy)

ASSIS, Jamily Silva. A Deterioração das Relações Brasil / Estados Unidos e a Missão Albino Silva. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020.

RESUMO

Esta dissertação analisou a participação do Brasil na Crise dos Mísseis (outubro de 1962). É retratada de forma breve a reação dos países latino-americanos e de maneira especial o voto brasileiro na Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Missão Albino Silva. O objetivo, principalmente, é compreender como as ações do governo brasileiro durante a Crise dos Mísseis e, especificamente, a execução da Missão Albino Silva levaram a deterioração das relações Brasil-Estados Unidos. Discute-se a ambiguidade do governo João Goulart e a sua tentativa de ressaltar a Política Externa Independente (PEI), junto à opinião pública nacional, através da Missão Albino Silva e o jogo duplo entre Washington e Moscou, que veio a tona no período. Foram utilizadas fontes de caráter confidencial e secreto, como telegramas, cartas, memorandos e atas de reuniões dos governos brasileiro e estadunidense.

Palavra-chave: Crise dos Mísseis, João Goulart, Brasil, Estados Unidos, Missão Albino Silva.

ASSIS, Jamily Silva. A Deterioração das Relações Brasil / Estados Unidos e a Missão Albino Silva. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This dissertation analyzed Brazil's participation in the Missile Crisis (October 1962). The reaction of the Latin American countries and the Brazilian vote in the Organization of American States (OAS) and the Albino Silva Mission are briefly portrayed. The objective, mainly, is to understand how the actions of the Brazilian government during the Missile Crisis and, specifically, the execution of the Albino Silva Mission led to the deterioration of Brazil-United States relations. It discusses how the ambiguity of the João Goulart government and its attempt to highlight the Independent Foreign Policy (PEI), along with national public opinion, through the Albino Silva Mission and the double game between Washington and Moscow, which came to be taken in the period. Confidential and secret sources were used, such as telegrams, letters, memos and minutes of meetings of the Brazilian and American governments. This dissertation relies on confidential and secret sources from the archives of the Brazilian Foreign Ministry.

Keyword: Missile Crisis, João Goulart, Brazil, United States, Albino Silva Mission.

LISTA DE SIGLAS

AFP – Alliance For Progress (Aliança para o Progresso)
AHMRE – Arquivo Histórico do Ministério das Relações Internacionais
AMFORP – American Foreign Power
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIA – Agência Central de Inteligência
EUA – Estados Unidos da América
ExComm – Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional
EXIMBANK – Export – Import Bank
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRUS – Foreign Relations of United States
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ITT – Internacional Telephone and Telegraph
JEKL – John Fitzgerald Kennedy Library (Biblioteca)
JK – Juscelino Kubitschek
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OPA – Operação Pan-Americana
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEI – Política Externa Independente
PSD – Partido Social Democrata
PTB – Partido Trabalhista Brasileira
TIAR – Tratado Interamericano de Aliança Recíproca
UDN – União Democrática Nacional
UNI – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. A CRISE DOS MÍSSEIS	15
1.1. Anúncio da Crise por John Fitzgerald Kennedy	16
1.2. Reação Latino Americana – Países que Apoiaram Firmemente, Países que Apoiaram Moderadamente	24
1.3. A reação do Governo Brasileiro ao pronunciamento de John Kennedy	33
CAPÍTULO 2. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E A CRISE DOS MÍSSEIS	42
2.1. A Política Externa Independente e o voto na OEA	43
2.2. A Ação Conjunta com os Estados Unidos	51
2.3. A Missão Albino Silva	58
CAPÍTULO 3. Repercussão da Missão Albino Silva	66
3.1 A Repercussão Interna da Missão Albino Silva	66
3.2. A Reação dos Estados Unidos à Missão Albino Silva	72
3.3. O Desapontamento Estadunidense com as Ações do Governo Brasileiro	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

Em meados do século passado, o mundo quase vivenciou uma guerra nuclear. A decisão de Nikita Khrushchev, líder da União Soviética, de enviar armas nucleares a Cuba e de construir bases de lançamentos; foi descoberta pelos Estados Unidos em outubro de 1962, o que deu início a Crise dos Mísseis; o momento de maior tensão da Guerra Fria.

Conforme Loureiro (2017), a política externa estadunidense havia sido modificada em relação à América Latina¹, era preciso “erradicar e conter a primeira experiência comunista do hemisfério ocidental”. A região, especificamente América Central e Sul, passaram a ser “vigiadas” pelos Estados Unidos, para evitar nova experiência comunista. A Crise dos Mísseis inseriu a América Latina de fato na Guerra Fria, possibilitando que os países na região iniciassem um redirecionamento de suas relações com os Estados Unidos, segundo Keller (2015). O Brasil viu nesse momento a oportunidade de consolidar sua política externa, recém-reorientada junto a Washington.

O Brasil sempre manteve um bom relacionamento com os Estados Unidos. Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945); houve de acordo com Gérson Moura (1980) uma “equidistância pragmática”, em que o governo se permitia uma certa autonomia em meio a dependência econômica. Bueno (2002) retrata que a relação bilateral entre ambos os países foi de amizade, mesmo porque os Estados Unidos sempre foram os maiores parceiros comerciais do Brasil; além de influenciarem a política externa nacional. Esse bom relacionamento cede lugar um processo de deterioração com a administração João Goulart (1961-1964)

As atividades do governo Goulart, através da Política Externa Independente² durante a crise dos mísseis, sobretudo a condução da missão Albino Silva; contribuíram para a

¹ Conforme Souza (2011), o conceito de América Latina e da identidade latino americana, foi e é um tema muito discutido com variadas e divergentes interpretações, ainda polêmico e não finalizado. Para maiores informações ver: SOUZA, Ailton. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. In PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, nº 4, p. 29-39, dez. 2011. e BETHELL Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. In Estados Históricos. Rio de Janeiro, vol. 22, nº 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009.

² A PEI foi inaugurada por Jânio Quadros de acordo com Clodoaldo Bueno (2011), partia de uma visão universal sem desmerecer o aspecto regional herdado da política exterior de JK, era pragmática, já que priorizava os interesses nacionais sem submeter-se a disputa ideológica da Guerra Fria. Procurando desse modo obter vantagens, no contexto da bipolaridade, ao Brasil e maior “participação nas decisões internacionais” na América Latina e fora dela. João Goulart herdou a PEI do governo Quadros, e com chanceler San Tiago Dantas, deu continuidade a ela modificando-a e institucionalizando-a dentro do Itamaraty. A necessidade de ampliar mercados consumidores para os produtos nacionais passaria a ser um dos objetivos da PEI, não discriminando os países do bloco socialista, pois entendia-se que, relações diplomáticas e comerciais com países comunistas não significava “simpatia, ou mesmo tolerância, em relação a regimes que se inspiram em princípios diversos dos que informam o sistema democrático representativo, que praticamos” (DANTAS, 2011.p. 25-29). Conforme Wrobel (1993), o primeiro posicionamento ou atitude independente da política externa brasileira foi a OPA de JK, um programa de desenvolvimento econômico regional. Durante o governo Juscelino Kubitschek, o que

deterioração das relações Brasil-Estados Unidos, é o que discutimos neste trabalho. Entretanto, algumas ações do governo Quadros no âmbito da política externa também desagradaram aos Estados Unidos.

No início da década de 1960, o Brasil promoveu, de acordo com Wrobel (1993), uma reorientação de sua política exterior, apoiada pelo governo Jânio Quadros e seu ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, objetivando maior autonomia e reconhecimento tanto na América Latina quanto no mundo.

Para Clodoaldo Bueno (2011), a Política Externa Independente (PEI), iniciada por Quadros, era programática, pois observava o caráter regional, embora tivesse uma visão universal, priorizando os interesses nacionais e não se restringindo pela concorrência ideológica da Guerra Fria.

Segundo essa nova orientação da política externa, o Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba, após o anúncio de Castro de seu alinhamento à União Soviética, conforme Wrobel (1993); recorrendo ao princípio de não intervenção garantidos pelo Tratado do Rio de Janeiro (TIAR) de 1947 e pela Carta da Organização dos Estados Americanos de 1948.

Essa iniciativa do Brasil de estabelecer uma participação mais abrangente nas questões hemisféricas e consolidar uma política internacional independente recebeu aceitação por parte da população e algumas lideranças políticas internas; no entanto, a ala conservadora enxergava essa atitude como perigosa e prejudicial ao relacionamento diplomático entre Brasil e Estados Unidos. O Brasil queria uma independência no âmbito das relações internacionais, porém, era economicamente dependente de capitais estrangeiros, principalmente, do auxílio concedido pelos Estados Unidos. Segundo Moniz Bandeira (2011), conciliar independência política e dependência econômica não era algo fácil de manejar.

A condecoração de Ernesto Che Guevara foi tolerada e, conforme Loureiro (2013), a credibilidade do governo de Quadros e sua Política Externa Independente foram abaladas, porém, com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, a situação se alterou. O governo Kennedy via João Goulart com desconfiança e passou a pressionar o FMI para

caracterizou a política externa do Ministério das Relações Exteriores, foi a OPA (Operação Pan-Americana, que segundo Domingos (2014) tinha caráter hemisférico e permanecia sob a “influência” dos Estados Unidos, porém o auxílio para o programa de desenvolvimento econômico regional, por ela proposta, só viria a ser atendida após a Revolução Cubana, durante a administração Kennedy – A Aliança para o Progresso.

aumentar a rigidez em relação aos empréstimos pleiteados pelo Brasil com a instituição, o oposto do que fizera antes³.

Conforme Moniz Bandeira (2011), a situação econômica brasileira em 1961 era crucial, pois o prazo para o pagamento de empréstimos feitos pela administração Kubitschek (construção de Brasília) estava acabando. A postura independente na política externa adotada pelo governo brasileiro: negando-se a participar da invasão à Baía dos Porcos em Cuba planejada pelo governo estadunidense, a condecoração de Che Guevara, o envio do ministro Leão de Moura para a União Soviética, em missão comercial e a visita do vice-presidente João Goulart à China Popular⁴ também em missão comercial foram equivocadas e não passaram despercebidas em Washington.

João Goulart, para assumir o governo, acabou submetendo-se ao regime parlamentar. “O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes”⁵. De acordo com Ferreira (2011), o regime parlamentarista era uma “saída honrosa” para os ministros militares (Aeronáutica e Marinha) que, sem o apoio do Exército, não conseguiriam evitar a posse.

O governo Goulart deu continuidade à Política Externa Independente, iniciada por Quadros, segundo Domingos (2014), em sua gestão (Goulart) ela foi sistematizada pelo seu Ministro das Relações Exteriores, Francisco Clementino de Santo Tiago Dantas⁶. Esta poderia possibilitar ao país a derrocada do subdesenvolvimento ao ampliar mercados consumidores aos produtos nacionais, além de manter as diretrizes da coexistência pacífica, caracteriza pela não intervenção e autodeterminação dos povos.

Quando o presidente Kennedy fez o anúncio da presença de armamentos ofensivos soviéticos em Cuba em 22 de outubro de 1962, Jânio Quadros já havia deixado a presidência após sua renúncia em 25 de agosto de 1961. Em seu lugar estava João Belchior Marques Goulart, que havia sido submetido ao regime parlamentarista, o que restringia seus poderes,

³ LOUREIRO, Felipe Pereira. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 2 (48), p. 547-576, ago. 2013).

⁴ Caterina (2019) revela que nessa viagem o vice-presidente também foi a Moscou, onde conversou com Khrushchev. Para maiores informações ver CATERINA, Gianfranco. *Um Grande Oceano: Brasil E União Soviética Atravessando A Guerra Fria (1947-1985)*. Rio de Janeiro, 2019 – Tese de Doutorado em História Política E Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2019 capítulo 3, p. 224-240).

⁵ FERREIRA, Jorge. *João Goulart uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 p. 266

⁶ San Tiago Dantas exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores entre de 11 de setembro de 1961 e junho de 1962. Na fase presidencialista do governo Goulart, foi ministro da Fazenda entre 23 de janeiro de 1963 e 18 de junho de 1963.

uma vez que não contava com o apoio dos militares e era visto com desconfiança pelos Estados Unidos.

Nosso objetivo é entender como a reação do governo brasileiro ao pronunciamento de Kennedy anunciando a Crise dos Mísseis, o seu posicionamento na Organização dos Estados Americanos desagradaram Washington; esclarecer seu envolvimento na crise em uma missão conjunta aos Estados Unidos e como a condução da missão Albino Silva contribuiu para que a relação bilateral entre ambos os países se deteriorasse.

Faz-se essencial compreender o episódio da Crise dos Mísseis. Desde setembro de 1962, os Estados Unidos realizavam voos sobre Cuba⁷, em 14 de outubro um avião U-2 fotografou a instalação de bases de lançamento de armas nucleares em Cuba. Dois dias depois, o líder estadunidense teve acesso a essa informação, a partir de então se reuniu com seus assessores para discutir qual ou quais atitude(s) tomaria.

Em 22 de outubro de 1962, Kennedy fez seu pronunciamento, divulgando a nação a presença de armamentos nucleares soviéticos em Cuba e as medidas que seriam tomadas. Iniciava-se a Crise dos Mísseis. No mesmo dia ele enviou a seus homólogos na América Latina uma carta com o pronunciamento e solicitando-lhe apoio às medidas que seriam anunciados. O pronunciamento feito pelo presidente dos Estados Unidos e as reações a este entre os países latino-americanos e do governo brasileiro abordaremos no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, serão abordadas as atitudes do governo brasileiro sustentadas pela Política Externa Independente no voto na Organização dos Estados Unidos. Também discutiremos o envolvimento do Brasil em uma ação conjunta a este país, observando de que forma essa ação e a Missão Albino Silva contribuíram para o agravamento das relações Brasil-Estados Unidos.

No terceiro capítulo discutiremos os impactos e a reação estadunidense à maneira que o governo brasileiro conduziu a Missão Albino Silva, como suas ações desapontaram as autoridades em Washington, levando a deterioração das relações Brasil/Estados Unidos.

⁷ Informação repassada ao governo brasileiro pela embaixada brasileira em Havana. [...] Não resta dúvida de que os Estados Unidos já exercem, de forma sistemática, uma vigilância naval e aérea estrita em torno Cuba. Navios americanos controlam a uma distância de algumas milhas as entradas de vários portos deste país. Nos últimos dias, a vigilância parece ter se reforçado, já que, quase, diariamente, a imprensa local publica fotos de aviões latino-americanos sobrevoando navios nas proximidades de Cuba. [...] Segunda uma declaração feita a mim, em sigilo, o capitão [de caçadores] de um navio francês recém-chegado a Havana (procedente) da Rússia, aviões americanos, mais de uma vez solicitaram que seu navio se identificasse quando se aproximasse de águas cubanas.” Telegrama da Embaixada em Havana. Num 319. SECRETO. Assunto: Questão de Cuba. Vigilância naval e aérea dos Estados Unidos da América em torno de Cuba. Data: 28 d setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF).

O papel do historiador e do historiador das Relações Internacionais, conforme Trachtenberg (2006), é compreender a lógica que define o curso dos acontecimentos por meio das teorias. Não se trata apenas de reunir fatos históricos de maneira ordenada sem dar-lhes sentido, mas não é uma mera explicação.

O historiador não está em busca de uma verdade absoluta sobre o passado, mas precisa de respaldo empírico, bem como de sua análise, para formular sua versão do passado. Este não pode ser revivido, porém, pode ser reinterpretado conforme o olhar do historiador ou da análise feita por ele.

Através das perguntas feitas ao objeto de estudo se estabelece a ligação deste com outros acontecimentos que tornam suas explicações relevantes. De acordo com Trachtenberg (2006), a função do historiador não é reproduzir o passado, mas, por meio de sua interpretação trazer a tona o que é realmente importante para sua compreensão.

De acordo com Renouvin e Duroselle (2000), o historiador das relações internacionais analisa e explica os antagonismos e acordos entre as comunidades políticas, muitas vezes dentro de um determinado contexto histórico. Assim, hipóteses são elaboradas de acordo com as revelações das fontes, estabelecendo uma interpretação histórica.

Partimos dessa perspectiva teórica-metodológica e da documentação analisada, para formular a nossa versão sobre a reação do governo brasileiro ao anúncio da Crise dos Mísseis, o seu envolvimento em uma missão conjunta aos Estados Unidos e como a condução da Missão Albino Silva contribuiu para que a relação Brasil/Estados Unidos se deteriorasse.

A documentação utilizada foi encontrada no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, onde pesquisamos documentos confidenciais e secretos, das embaixadas em Havana, México, Washington. Também utilizamos documentos confidenciais e secretos disponíveis na John Fitzgerald Kennedy Library. As reportagens de jornais utilizadas foram pesquisadas no arquivo online do jornal O Estado de São Paulo, os demais periódicos como O Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Última Hora encontramos na Hemeroteca Digital. As atas de reunião utilizadas e correspondências foram pesquisadas no Foreign Relations of the United States, 1961-1963, Cuban Missile Crisis Aftermatch.

CAPÍTULO 1. A CRISE DOS MÍSSEIS

A crise dos mísseis cubanos foi o mais perigoso confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria. Durante treze dias, o mundo viveu a iminência de uma guerra nuclear que teria consequências catastróficas.

Em meados de abril de 1962, Nikita Khrushchev decidiu enviar armas nucleares de alcance médio e intermediário para Cuba – tinha início a Operação Anadyr – esta deveria ser secreta e tornar as instalações de bases de mísseis nucleares operacionais até fins de outubro e início de novembro daquele ano. De acordo com Westad (2017), os militares soviéticos começaram a chegar a Cuba no mês de julho e os mísseis em setembro de 1962. Essa movimentação teria levantado suspeitas entre os militares estadunidenses e na CIA, mas a resposta dos diplomatas soviéticos era de que se tratavam de armamentos defensivos.

As suspeitas estadunidenses foram confirmadas em 14 de outubro de 1962, segundo Hershberg (2004), nesse dia, um avião U-2 tirou fotos que comprovavam a construção de bases de mísseis ofensivos em Havana. A Operação Anadyr fora descoberta e se iniciava a Crise dos Mísseis de Cuba.

O presidente Kennedy fora informado sobre a instalação de bases de mísseis nucleares em Cuba no dia 16 de outubro de 1962. A partir desta data, passou a se reunir com seus principais assessores no ExComm (Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional) para decidir quais atitudes seriam tomadas para solucionar a crise.

O anúncio feito por John Fitzgerald Kennedy, em 22 de outubro de 1962, tornou pública a Crise dos Mísseis. Os governantes latino-americanos souberam algumas horas antes do pronunciamento, por meio de uma carta enviada pelo presidente Kennedy a seus homólogos: pedindo apoio às medidas que apresentava para solucionar a crise, odesmantelamento das bases e remoção dos mísseis de Cuba.

Mediante a situação, o governo Goulart decidiu manter a Política Externa Independente do Brasil, apesar de saber que tal atitude poderia gerar desgastes nas relações com o governo dos EUA. O governo Goulart defendia os princípios de autodeterminação e não invasão em relação a Cuba e enviou uma carta ao presidente Kennedy informando-lhe a posição do Brasil.

Os governantes latino-americanos aproveitaram a situação para redirecionar seu relacionamento com os Estados Unidos da América, em um raro momento de fragilidade, fortalecendo laços e buscando apoio externo na solução de problemas internos.

1.1. Anúncio da Crise por John Fitzgerald Kennedy

Antes de realizar seu pronunciamento na televisão e anunciar ao mundo a presença de armas nucleares em Cuba, o presidente Kennedy enviou ao governo Goulart e aos demais presidentes latino-americanos uma carta informando-lhes sobre a situação em Cuba. Nesta carta Kennedy tentava persuadir seus homólogos a apoiar as medidas que julgava necessárias, para de forma conjunta resolver o problema que se apresentava.

Vossa Excelência terá a oportunidade de constatar pela minha declaração ao povo norte-americano a natureza da grave ameaça ao hemisfério Ocidental que o regime em Cuba permitiu à União Soviética estabelecer em território cubano. Porém não se trata somente de ameaça militar aos Estados Unidos. (...) Devemos responder a esta ação arrogante com uma determinação unida. Senão a União Soviética encaminhar-se-á a violações sempre mais flagrantes das exigências da paz internacional e da liberdade até chegarmos ao momento em que não teremos outra escolha do que a rendição completa ou o desenrolar de um holocausto nuclear.⁸

Kennedy queria solucionar a crise de forma conjunta ou multilateral e, desse modo, apresentou a presença de armas nucleares em Cuba como uma ameaça ao continente e não somente aos Estados Unidos. Mediante a situação; fazia-se urgente um posicionamento de Goulart e seus homólogos em relação à ameaça iminente “devemos tomar posição hoje; o mundo inteiro está nos olhando”, era clara a pressão imposta por Kennedy para tomar um posicionamento conjunto e torná-lo público.

O presidente estadunidense não só pressionava por uma reunião na Organização dos Estados Americanos (OEA) como também queria que Goulart e os demais presidentes latino-americanos se comprometessem em aprovar as medidas que seu governo apresentaria na referida reunião. Kennedy adiantou que estava pedindo uma reunião no Conselho de Segurança das Nações Unidas, através de Adlai Stevenson, seu embaixador, propondo a retirada das bases de foguetes e outras armas ofensivas em Cuba, sob a supervisão de observadores das Nações Unidas.⁹

Conforme Domingos (2014): “o pior estava por vir”; Kennedy levantava a possibilidade de medidas mais drásticas como a utilização da força, uma ação militar conjunta caso necessário para que as armas fossem retiradas de Cuba.

O presidente Goulart, por meio da Política Externa Independente aplicada por seu governo, defendia os princípios da autodeterminação e não invasão. Assim, uma solução

⁸ Carta enviada pelo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Washington, 22, de outubro de 1962. In: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto; **O Governo João Goulart** as lutas sociais no Brasil-1961-1964. 8ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 186-87.

⁹ Idem.

militar viria contra tal postura da política externa praticada por seu governo. No entanto, segundo Domingos (2014), horas antes de receber a carta de Kennedy, informando-lhe da presença de armas nucleares em Cuba, Goulart havia discursado no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, na cerimônia de diplomação dos alunos do Instituto Rio Branco; defendendo a política externa que seu governo praticava.

Por meio da Política Externa Independente, o presidente João Goulart pretendia promover e divulgar o Brasil como um país que desempenhasse um papel fundamental e de destaque na política internacional do período. Seu discurso ressaltava a importância da carreira diplomática naquele momento, pois os recém-formados teriam que levar adiante a diplomacia brasileira. Goulart procurava valorizar a PEI, ressaltando que o país tinha plena consciência da responsabilidade que tinha com sua política internacional:

Não poderia ser outra a política exterior de um país da grandeza do Brasil, com setenta milhões de habitantes, que tem a certeza de ver coroado de êxito o seu esforço pelo desenvolvimento econômico e o progresso social. Essa política é condicionada pela avaliação objetiva das potencialidades nacionais, pela compreensão da realidade internacional, pela fidelidade aos princípios democráticos e cristãos em que se inspirou a nossa formação e pelo respeito aos compromissos e normas internacionais, entre as quais se sobressaem as de segurança coletiva e as que protegem o direito de autodeterminação dos povos.¹⁰

Conforme Domingos (2014), o presidente Goulart queria conciliar a valorização da PEI com a defesa da mesma dos ataques que esta recebia da oposição e de parte da sociedade, principalmente dos setores reacionários¹¹. Ao defender a segurança coletiva e a autodeterminação dos povos, naquele momento, Goulart também defendia implicitamente a autodeterminação e a não intervenção de Cuba. Defesa que, aliás, segundo Moniz Bandeira (2010), o governo Goulart vinha realizando desde a VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores em Punta del Este, quando por meio do ministro San Tiago Dantas, na ocasião o Brasil se posicionou contra possíveis imposições de sanções econômicas e militares a Cuba.

Goulart também evidenciou, em seu discurso, que o Brasil sempre primou pela defesa da paz e que a solução de conflitos internacionais pela via pacífica sempre foi uma característica da Política Externa do país e continuaria sendo a da PEI:

¹⁰ FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Vol. II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 38.

¹¹ Conforme Manzur (2014), os conservadores ou liberal – ocidentalistas, defendiam que o país deveria inserir-se no âmbito internacional através do liberalismo e eram contrários a “infiltração comunista”, estes acreditavam que “a prática política do presidente Goulart como diretamente vinculada ao comunismo”. Para eles era essencial “impulsionar as relações especiais do Brasil com os Estados Unidos” diante da bipolaridade da Guerra Fria. Enquanto a PEI defendia princípios como, universalismo, desenvolvimentismo. Para mais informações ver MANZUR, T. M. P. G. A Política Externa Independente (PEI) Antecedentes, Apogeu e Declínio. Lua Nova, São Paulo, V. 93, p. 169-199, 2014.

[...] o Brasil não aceita à violência como forma de solução dos conflitos internacionais. Se, por tradição histórica e formação cultural, o Brasil nunca encarou guerra como complemento válido da negociação diplomática, não seria hoje – quando o poderio militar das grandes potências faz perigar a própria continuidade da civilização – que iríamos abdicar de nossos princípios pacifistas, favorecendo o uso da força com instrumento de ação internacional.¹²

Por meio de seu discurso, é possível perceber que o governo brasileiro não concordaria com o uso da violência para solucionar algum problema internacional e defenderia os princípios de autodeterminação e não intervenção. No entanto, o presidente Goulart não esperava que um conflito internacional estivesse em desenvolvimento, muito menos que seu governo fosse chamado a cooperar com os EUA, na solução deste, apoiando inclusive medidas militares.

Conforme Moniz Bandeira (2010), o Brasil vinha se posicionando de forma contrária aos interesses estadunidenses desde a Conferência de Punta del Este. O discurso realizado por Goulart na cerimônia de diplomação reafirmava a defesa da autodeterminação dos povos. Nesse sentido, a carta recebida de Kennedy informando a presença de armas nucleares em Cuba traria maior peso ao pronunciamento de Goulart e sua defesa da PEI.

De acordo com Domingos (2014), a PEI e sua defesa feita por Goulart seriam postas à prova, não apenas com a carta recebida de Kennedy, mas principalmente pelo pronunciamento que este faria à noite em cadeia de rádio e televisão, tornando pública a crise dos mísseis. Até aquele momento somente o presidente Goulart e o primeiro-ministro Hermes Lima estavam sabendo da crise, no entanto, horas mais tarde o mundo inteiro saberia.

Em seu pronunciamento na noite de 22 de outubro de 1962, na Casa Branca, o presidente Kennedy anunciou que a União Soviética havia instalado armas nucleares em território cubano, fato que “ficou positivado por uma evidencia inequívoca”.

O propósito destas bases só pode ser o de estabelecer condições para um ataque nuclear contra o Hemisfério Ocidental”. [...] Cada um desses projeteis, em suma, podem atingir Washington, o Canal do Panamá, o Cabo Canaveral, a Cidade do México ou qualquer outra cidade situada na parte sudeste dos Estados Unidos, na América Central e nas Antilhas.

Estão sendo concluídas outras instalações que parecem provavelmente destinadas a projeteis balísticos de alcance intermediário, capazes de percorrer mais do que o dobro da distância que acabo de citar e, por conseguinte, capazes de atingir a maioria das grandes nações do Hemisfério Ocidental, desde a Baía de Hudson, Canadá – ao norte – até Lima, Peru – ao sul.¹³

O presidente Kennedy evidenciou que a instalação de tais armamentos em Cuba não só era um “desafio ao Pacto do Rio de Janeiro de 1947”; como também eram capazes de

¹² FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Vol. II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 40.

¹³ *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1962, capa. In: site: <https://acervo.estadao.com.br/procura> acesso 17:54.

“destruição repentina em grande escala, constitui uma ameaça à paz e a segurança das Américas”. O que contrariava as declarações do Ministro das Relações Exteriores da União Soviética sobre o caráter defensivo dos armamentos enviados por estes a Cuba.

Este procedimento contradiz também as repetidas afirmativas dos porta-vozes soviéticos, formuladas pública ou particularmente, segundo as quais o fortalecimento de Cuba por meio de armas conservaria sua característica defensiva original e a União Soviética não tinha necessidade nem desejo de possuir projeteis estratégicos no território de nenhuma outra nação.¹⁴

Domingos (2014) aponta que Kennedy queria desmoralizar Khrushchev ao revelar que este e seus “porta-vozes” usaram de má fé ao negar a instalação de armas nucleares em Cuba e afirmarem que as armas que a União Soviética enviava a Cuba eram defensivas, o que as evidências provaram serem ofensivas.

O presidente estadunidense ainda observou em seu pronunciamento que os Estados Unidos nunca transportaram armas nucleares para outros territórios:

“sob o manto do sigilo ou da fraude” e afirmou “[...] nossa História, ao contrário da dos soviéticos na Segunda Guerra Mundial, demonstra que não temos desejo algum de dominar ou conquistar nenhuma outra nação, ou de impor a seu povo o nosso sistema.”¹⁵

Fica evidente, desse modo, que o presidente Kennedy não só estava tentando desmoralizar Khrushchev, como também o acusava de impor seu domínio e sistema a outras nações, enquanto os Estados Unidos estavam se encarregando de se defender e defender o Hemisfério Ocidental, uma vez que não agiam como dominadores. Ao contrário do que afirmava o presidente Kennedy, a União Soviética não era a única que tentava impor seu “sistema”, pois, conforme Bethell e Roxborough (1996); desde o imediato pós-guerra os Estados Unidos monitoravam os partidos comunistas na América Latina e suas atividades, além de promover a queda do presidente Jacobo Arbenz em 1954 e a invasão da Baía dos Porcos em 17 de abril de 1961.

Ainda em seu pronunciamento, o presidente estadunidense disse que a decisão soviética de instalar armas nucleares em Cuba era “clandestina, intencional e provocadora do status quo”, provocação esta que os Estados Unidos não aceitariam.

Nossa política tem sido de paciência e comedimento, como corresponde a uma nação pacífica e poderosa que encabeça uma aliança de alcance mundial. Temos procurado impedir que nos desviem de nossas preocupações centrais, mediante a ação de meros fanáticos e motivos de irritação. Mas, agora, é preciso adotar novas medidas e estas já estão sendo empreendidas e poderão ser apenas o começo. Não nos exporemos prematura ou desnecessariamente as consequências de uma guerra

¹⁴ *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1962, capa. In: site: <https://acervo.estadao.com.br/procura> acesso 17/08/2019 17:54.

¹⁵ Idem.

nuclear em que até o fruto da vitória teria o sabor de cinzas. Mas tampouco nos esquivaremos desse risco sempre que com ele nos defrontarmos.¹⁶

Kennedy então anunciou uma série de medidas que havia tomado no intuito de garantir a defesa e a segurança dos Estados Unidos e do Hemisfério Ocidental. De acordo com Hershberg 2004, em seu pronunciamento a primeira medida tratava-se do estabelecimento de uma quarentena a Cuba – na verdade um bloqueio que impedia que qualquer navio transportando armas chegasse à ilha.

A segunda medida era o aumento da vigilância sobre Cuba, de acordo o presidente estadunidense tal medida era apoiada no comunicado da Reunião dos Chanceleres em Washington, de 06 de outubro de 1962; e, caso necessário, outras medidas seriam tomadas. Domingos (2014) ressalta que o presidente Kennedy, em seu pronunciamento, esquecera-se que, por se tratar de uma reunião informal, não era possível emissão de comunicado que viesse a ser utilizado como justificativa de qualquer sanção.

Com sua terceira medida declarava que, caso algum projétil fosse lançado por Cuba direcionado a qualquer nação do hemisfério ocidental, os Estados Unidos considerariam um ataque direto da União Soviética a seu país e “responderia plenamente com represália contra a União Soviética”.¹⁷

A quarta medida referia-se a Guantánamo “como precaução militar necessária mandei reforçar nossa base em Guantánamo, foram retiradas hoje os parentes de nosso pessoal ali acantonado e dei instruções a unidades militares adicionais para que se mantenham alertas”.¹⁸

A medida seguinte era a convocação ainda naquela noite 22 de outubro 1962 do órgão de consulta da Organização dos Estados Americanos – OEA, para que se examinasse a ameaça à segurança do hemisfério “com base nos artigos 6 e 8 do Tratado do Rio de Janeiro”¹⁹ que justificariam quaisquer medidas adotadas – até mesmo as militares. Essa

¹⁶ *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1962, capa. In: site: <https://acervo.estadao.com.br/procura> acesso 17/08/2019 17:54..

¹⁷ *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1962, capa.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ TIAR (Tratado Interamericano de Aliança Recíproca). Artigo 6º: Se a inviabilidade ou integridade do território ou a soberania ou independência política de qualquer Estado Americano for atingida por uma agressão que não seja um ataque armado, ou por um conflito extra continental ou por qualquer outro fato ou situação que possa por em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas que, em caso de agressão, devam ser tomadas em auxílio do agredido, ou, em qualquer caso, convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança no Continente. Artigo 8º: Para os efeitos deste Tratado, as medidas que o órgão de consulta acordar compreenderão uma ou mais das seguintes: a retirada dos chefes de missão; a ruptura de relações diplomáticas; a ruptura de relações consulares; a interrupção parcial ou total das relações econômicas ou das comunicações ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas, telefônicas, radiotelefônicas, e o emprego de forças armadas. Portal Câmara dos Deputados, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25660-13-outubro-1948-322840-publicacao-original-1-pe.html>. Acesso em 29 de junho de 2020, às 08:30h.

reunião ocorreria no dia 23 de outubro de 1962, segundo Domingos (2014), na OEA, “que convenientemente é sediada em Washington”.

Sua sexta medida era a convocação de uma reunião no Conselho de Segurança das Nações Unidas em que instruíra seu representante Adlai Stevenson a pedir que “sejam desmanteladas e retiradas de Cuba todas as armas ofensivas sob a inspeção de observadores das Nações Unidas.”²⁰

Em sua última medida, o presidente Kennedy dirigiu-se a Nikita Khrushchev convidando-o a colocar fim “a essa atrevida e provocadora ameaça à paz mundial”, que ele abandonasse sua ambição de dominar o mundo; num esforço conjunto e histórico colocassem fim à competição armamentista. Segundo Kennedy, essa era uma oportunidade que lhe oferecia.

Tem ele, agora a oportunidade de fazer com que o mundo retroceda do abismo da destruição, voltando à posição manifestada por seu governo de que não lhe era necessário situar projéteis fora de seu próprio território, e retirando estas armas de Cuba abstendo-se de qualquer ato que torne mais ampla ou profunda esta crise para, então, reiniciarmos nossa busca mútua de soluções pacíficas e permanentes.²¹

Observa-se que, em seu pronunciamento, o presidente Kennedy falou sobre a difícil situação pela qual os Estados Unidos e o hemisfério ocidental passavam, mas que, apesar da “atmosfera de intimidação”, afirmou que “estamos preparados para conferenciar sobre as armas e bases militares”. De acordo com o presidente estadunidense, o caminho para solucionar a crise não seria fácil, porém, necessário e o seu governo o faria.

O caminho que nos propusemos percorrer no momento está cheio de percalços, como sucede com todos os caminhos, mas, é o que está mais em harmonia com nosso temperamento e nossa valentia como nação e com nossos compromissos com o mundo. O caminho que jamais escolheremos será o da rendição e o da submissão. Nossa meta não é a vitória da força, mas a reivindicação da razão; não é a paz à custa da liberdade, mas a paz e a liberdade aqui, neste Hemisfério e, confiamos, no mundo. Se Deus quiser alcançaremos esta meta.²²

A paz e a liberdade no hemisfério para o presidente Kennedy iam além do desmantelamento das bases militares em Cuba. Contudo, poderia também sugerir a libertação do regime ou da “revolução nacionalista” que trairia a povo cubano ao permitir a instalação de bases e armamentos nucleares na ilha; subjuguando-os ao “domínio estrangeiro” e colocando o hemisfério sob risco.

O anúncio de presença de armas nucleares em Cuba pelo presidente John F. Kennedy atingiu o mundo e, de acordo com Domingos (2014), rapidamente em “uma dimensão inédita

²⁰ O Estado de São Paulo, 23 de outubro de 1962, capa.

²¹ Idem.

²² Idem.

na História”. Seu pronunciamento foi divulgado através da imprensa, cadeia de rádio e televisão. Foi anunciado ao mundo o momento mais crítico da Guerra Fria, uma vez que a guerra nuclear parecia iminente.

O pronunciamento do presidente John Fitzgerald Kennedy ocorreu no dia 22 de outubro de 1962 às 19:00 horas, tornando pública a crise dos mísseis. Todavia, o presidente Kennedy já sabia da presença de armas nucleares em Cuba instaladas pela União Soviética desde o dia 14 de outubro de 1962, conforme a Ata as 507ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional realizada no dia do pronunciamento.

[...] Informações sobre locais estratégicos de mísseis foram relatados pelos refugiados, mas esses relatórios não puderam ser comprovados por fotografia aérea. Fotografias aéreas tiradas em 29 de agosto não revelaram nenhum local de mísseis. Não até 14 de outubro que a evidência fotográfica dos sites de mísseis estava disponível. A cobertura das nuvens impediu a fotografia por um período de tempo[...].²³

A documentação analisada revela que o presidente Kennedy sabia há pelo menos uma semana da presença de armamentos ofensivos em Cuba fornecidos e instalados pela União Soviética. Por que esperar até o dia 22 de outubro 1962 para tornar tal constatação pública? Ainda com base na Ata da 507ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional, tem-se a resposta a essa pergunta “[...] é que precisávamos de mais evidências da existência de mísseis estratégicos soviéticos em Cuba. Essa evidência adicional foi essencial para obter os quatorze votos necessários na OEA. Além disso, se tivéssemos agido antes poderíamos ter comprometido nossa posição em Berlim [...]”²⁴

Esse não era o único motivo pelo qual a administração em Washington esperou uma semana para revelar e expor a crise dos mísseis, visto que existiam outras preocupações com a publicidade do problema, provavelmente porque os sobrevoos dos U-2 que permitiram a constatação da presença dos mísseis não fossem totalmente legais.

Comentando sobre o que deve ser dito publicamente sobre nossas ações em Cuba, o Secretário Rusk advertiu que não deveríamos dizer nada agora, o que poderia nos atrapalhar mais tarde, caso quiséssemos tomar medidas adicionais”. [...] O secretário Rusk acrescentou que a ameaça aos Estados Unidos de mísseis soviéticos em Cuba era de importância mundial porque essa ameaça era a um país, que, com efeito, proporcionava a defesa exclusiva de cerca de quarenta Estados do Mundo Livre.²⁵

²³ U.S. Department of State, Foreign Relations of the United States, 1961-1963, Vol. XI: Cuban Missile Crisis and Aftermath. Washington: Government Printing Office, 1996, p. 302-307. Segue o rodapé como FRUS.

²⁴ De acordo com Allison (2016) uma das hipóteses que justificariam o envio dos mísseis a Cuba era a questão de Berlim. Com os mísseis em Cuba a União Soviética poderia forçar a retirada estadunidense de Berlim; negociar Cuba por Berlim; aumentar o bloqueio à Berlim caso Cuba fosse bloqueada. O que seria uma derrota para os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria devido à importância de Berlim; isso poderia ter funcionado se os mísseis não tivessem sido descobertos.

²⁵ FRUS 1961-1963 vol. XI p. 302-307.

Ao analisar a documentação, é possível perceber que a mesma ata evidencia que a decisão sobre a imposição do bloqueio a Cuba, que seria anunciada pelo presidente Kennedy em seu pronunciamento, já estava tomada e necessitava de base legal. O que poderia ser justificada pela Organização dos Estados Americanos e pelo Tratado de Rio de Janeiro.

O Secretário Rusk afirmou que a melhor base legal para o nosso bloqueio era o Tratado do Rio. [...] O Procurador Geral disse, que em sua opinião, nosso bloqueio seria ilegal se não fosse apoiado pela OEA. Em sua opinião, a maior importância está ligada à obtenção dos quatorze votos favoráveis necessários na OEA”²⁶

Fica claro então que a convocação da reunião imediata do Órgão de Consulta da Organização dos Estados Americanos não seria apenas para a ameaça à segurança hemisférica como divulgado no pronunciamento do presidente Kennedy, mas para conferir-lhe base legal para o bloqueio que seria implementado na quarta-feira, dia 24 de outubro de 1962 às 10 horas da manhã, de acordo com Hershberg (2004). Apesar do secretário de Estado Dean Rusk ter comentado na 507ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional que “não estamos necessariamente agindo ilegalmente”. Ele achava que as regras do direito internacional não poderiam ser utilizadas “literalmente a uma situação completamente nova” que as armas nucleares haviam criado.

O pronunciamento do presidente Kennedy não foi o único meio de tornar pública a crise dos mísseis, sendo que o jornal O Estado de São Paulo na edição do dia 23 de outubro 1962 noticiou que ainda na noite de 22 de outubro 1962; o subsecretário de Estado George Ball havia se reunido com “48 embaixadores de países americanos e da OTAN, entre outros, afim de colocá-los a par das decisões tomadas pelo presidente John Kennedy com relação a Cuba”.

De acordo com Hershberg (2004); o presidente Kennedy resolveu tornar a crise pública “antes que vazasse”, então enviou “emissários especiais” para levar a informação sobre a presença de armas nucleares em Cuba a seus aliados – Harold Macmillan Primeiro Ministro Britânico, o presidente francês Charles De Gaulle e o presidente da Alemanha Ocidental Konrad Adenauer – antes de seu pronunciamento na noite de 22 de outubro 1962, assim como havia enviado carta ao presidente João Goulart e seus homólogos latino- americanos que, segundo Domingos (2014), “era uma carta circular dirigida a todos os presidentes dos países americanos.”

O presidente Kennedy também enviou uma carta ao secretário geral do PCUS Khrushchev no dia 22 de outubro de 1962; informando-lhe que estava ciente dos armamentos que este instalara em Cuba e das medidas que adotava.

²⁶ FRUS 1961-1963 vol. XI p. 302-307.

[...] Devo lhe dizer que os Estados Unidos estão determinados a eliminar essa ameaça à segurança desse hemisfério. Ao mesmo tempo, desejo ressaltar que a ação que estamos tomando é o mínimo necessário para eliminar a ameaça à segurança das nações deste hemisfério. O fato desta resposta mínima não deve ser tomado como base, no entanto, por qualquer erro de avaliação de sua parte. “Espero que o seu Governo se abstenha de qualquer ação que alargue ou aprofunde esta crise já grave e que possamos concordar em retomar o caminho da negociação pacífica.”²⁷

Observa-se que feito o anúncio oficial da crise dos mísseis ao mundo por seu governo; o presidente Kennedy esperava agora pela repercussão do anúncio e pelas declarações de apoio que respaldariam sua ação através da OEA. A reunião de consulta ocorreria no dia seguinte em Washington na sede da Organização dos Estados Americanos que, como já mencionado acima, já haviam sido informados pelo subsecretário de Estado George Ball da crise e das medidas adotadas pelo presidente Kennedy.

1.2. Reação Latino Americana – Países que Apoiaram Firmemente, Países que Apoiaram Moderadamente

No dia 23 de outubro de 1962 foi realizada a reunião de urgência convocada pelos Estados Unidos para discutir a ameaça que a instalação de armas nucleares pela União Soviética em Cuba representava para o hemisfério. A capa do jornal O Estado de São Paulo e sua edição do dia 24 de outubro 1962 evidencia: “O mundo livre solidário com os EUA OEA: aplicado o Pacto do Rio para desfazer a ameaça nuclear contra o Hemisfério Ocidental”.

A mesma edição noticiava que o Conselho da OEA havia sido reunido duas vezes no dia 23 de outubro 1962 e que haviam sido aprovadas duas resoluções propostas pelos Estados Unidos. A adoção coletiva do bloqueio e a autorização aos Estados Unidos “a empregar a Força Armada para impedir que Cuba continue a receber material militar ofensivo do bloco soviético”. A matéria sugere que houve apoio unânime às duas resoluções propostas pelos Estados Unidos, porém em seu decorrer é possível perceber que houve duas votações, porque o representante brasileiro Ilmar Penna Marinho solicitou “uma votação preliminar parágrafo por parágrafo da resolução”, o governo brasileiro não apoiaria o uso da força, o apoio não fora unânime afinal.

Conforme Keller (2015); a resolução unânime ao bloqueio não revela a diversidade de respostas latino-americanas à crise dos mísseis. Para a autora: “Houve, de fato, muitas reações em todo o hemisfério, desde ao confronto de sabres, aos equívocos ambivalentes até protestos

²⁷ FRUS 1961-1963 p. 315-316.

violentos.”²⁸. Os Estados Unidos obtiveram o apoio que precisavam na OEA, porém, este não foi tão unânime como esperado, apesar da “elucidação” feita por Dean Rusk em seu discurso na reunião:

A intervenção soviética em nosso Hemisfério – prosseguiu Rusk – é um repto aos governos americanos para que cumpram os compromissos solenemente contraídos por meio das diversas resoluções e tratados interamericanos para a defesa do continente. Portanto, a unanimidade dos Estados americanos, quanto às medidas propostas por meu país, constitui um fator de primeira importância para levar a efeito a ação coletiva que o momento exige.²⁹

A crise dos mísseis colocou os Estados Unidos em uma situação de vulnerabilidade, algo extremamente raro. O que permitia aos países latino-americanos tentar modificar a relação destes com a América Latina. Os países da região viram a crise dos mísseis por uma perspectiva diferente da visão estadunidense, apesar de tal episódio ter sido o mais perigosa Guerra Fria, a humanidade quase vivenciou uma guerra nuclear.

“A crise dos mísseis na América Latina foi, assim um microcosmo da Guerra Fria na América Latina [...] os participantes latino-americanos estavam menos interessados na rivalidade entre as superpotências e mais preocupados com a política interna e as relações interamericanas.”³⁰ Dessa forma, cada país latino-americano utilizou-se da crise dos mísseis para restabelecer e aumentar seus vínculos com os Estados Unidos, pois viam a crise que vivenciavam de forma muito diferente da visão estadunidense.

Para os Estados Unidos, a crise dos mísseis cubanos era uma emergência; para a América Latina, era ao mesmo tempo tanto um perigo quanto uma oportunidade. Esta combinação combustível de ameaça e de possibilidade se manifesta de várias maneiras e com uma ampla gama de consequências em todo o hemisfério. A mensagem do multilateralismo de Dean Rusk durante a reunião da OEA, embora ambiciosa, ainda não conseguiu captar o verdadeiro alcance de evento: a política interna e a insatisfação com as relações EUA – América Latina levaram as pessoas da região a reivindicarem papéis conflitantes na crise dos mísseis latino-americanos.³¹

A América Latina viu-se novamente como foco da atenção estadunidense em um contexto de Guerra Fria após a Revolução Cubana de 1959 e a tão reivindicada ajuda econômica dos Estados Unidos se concretizou através da Aliança para o Progresso em 1961. Percebe-se então que a crise dos mísseis foi vista pelos países da região como uma oportunidade de melhorar a relação bilateral com os EUA e conseguir maior respaldo financeiro via Aliança para o Progresso. De acordo com Keller (2015), as atitudes do governo

²⁸ KELLER, 2015, p. 196-197.

²⁹ O Estado de São Paulo, 24 de outubro de 1962, capa.

³⁰ KELLER, 2015, p. 198.

³¹ KELLER, 2015, p. 199.

cubano em relação aos países latino-americanos também influenciaram seu comportamento e apoio às medidas estadunidenses.

Na edição do jornal, “O Estado de São Paulo” do dia 24 de outubro 1962, também é possível perceber a diversidade de posicionamento e do apoio dado às propostas estadunidenses pelos membros da OEA; apesar de o título da matéria sugerir o contrário. A reportagem revela que países como Guatemala e Venezuela, “os mais francos inimigos de regime fidelista, pediram medidas mais enérgicas que as mencionadas [...]”. O representante do Peru “pediu que o Hemisfério dê uma prova de unidade nesta crise, como o fez em anteriores momentos de perturbação”, enquanto o México e o Brasil³² não apoiaram “especificamente o bloqueio” mas apoiariam uma ação conjunta de consulta.

Ainda segundo a reportagem do jornal O Estado de São Paulo; verifica-se que o Uruguai e a Bolívia se abstiveram da votação, o primeiro pouco tempo depois declararia apoio e o representante da Bolívia esclareceria que “não obstante sua abstenção temporária não significava que a Bolívia não reconhecia a gravidade da situação”. Fica evidente, então, que o apoio ao bloqueio e à utilização da força não foram tão consistentes quanto o esperado por Washington.

Keller (2015) atribui o apoio solícito e entusiasmado de países como República Dominicana, Guatemala, Venezuela, Panamá, Honduras, Haiti, El Salvador, Costa Rica e Nicarágua, que ofereceram a ajuda militar e queriam utilizar a força graças ao apoio dado por Castro a movimentos revolucionários que tentavam “derrubar muitos desses governos” inclusive publicamente em alguns casos.

O governo da Venezuela havia declarado apoio imediato e, conforme noticiava o jornal O Estado de São Paulo, em 24 de outubro de 1962 pedia “medidas mais enérgicas”, pois enfrentava desde 1959 insurreições lideradas pelo MIR (Movimento de Izquierda Revolucionária) que, segundo Westad (2017), havia se separado do partido do presidente Rómulo Betancourt Ação Democrática e “com apoio cubano” promovia tais insurreições; acusando-o de “comprometer-se com os Estados Unidos, os militares e a direita”.

As relações diplomáticas entre Cuba e Venezuela se mantiveram após a eclosão da Revolução Cubana. Em janeiro de 1959, porém, a “amizade” entre os dois países latino-americanos não duraria muito. Segundo Salcedo Avila (2014), “a chamada Doutrina

³² De acordo com Wrobel (1993), o Brasil desde a gestão de JK, assumia por intermédio de sua política externa a iniciativa de mediar as relações EUA-Cuba, defendendo a permanência desta na “família americana das nações”. E desde a Revolução Cubana, o Brasil juntamente com o México e Argentina, assumiu um posicionamento moderado.

Betancourt³³ combatia ou se propunha a combater as ditaduras do seio da OEA e Cuba estava se tornando uma aos olhos da Venezuela.

“[...] la alianza tácita entre Caracas y La Havana moriria poco a poco, [...] sino también por la ausencia de elecciones y los fusilamientos sumarios en Cuba, así como por consideraciones de política interna venezolana (dado el creciente apoyo cubano al PCV). La ruptura de relaciones se daría el 11 de noviembre de 1961, pero ya antes, durante la visita del Canciller Raul Roa a Caracas em marzo de 1960, se vio claramente el distanciamiento y serio enfriamiento entre ambos gobiernos”³⁴

O distanciamento entre Cuba e Venezuela para Keller (2015) e Salcedo Avila (2014) tornava-se evidente, pois a divergência entre Castro e Betancourt sobre o comunismo e o apoio aos Estados Unidos crescia cada vez mais. O que proporcionou o afastamento e rompimento entre ambos, levando Castro a apoiar as militâncias de esquerda contra Betancourt e a maior aproximação deste com Washington.

Observa-se que Rabe (1996) argumenta que a administração Kennedy ajudou economicamente Betancourt emprestando 100 milhões de dólares, para que este pudesse enfrentar e “acalmar áreas urbanas” que sofriam influência de “esquerdistas”. O presidente Kennedy acreditava que “os Estados Unidos precisavam abraçar os reformadores de classe média que Dulles e Nixon haviam ridicularizado para impedir mudanças radicais.”³⁵. Desse modo, a cooperação com os Estados Unidos garantiria à Venezuela ajuda ao combate à militância de esquerda apoiada por Castro que se levantava contra o governo Betancourt.

Ainda conforme o autor, essa cooperação garantiu uma iniciativa venezuelana para expulsar Cuba da OEA e, durante a crise dos mísseis, com um apoio firme da Venezuela tanto na ONU como na OEA, o governo Betancourt disponibilizou dois destróieres para o bloqueio naval da ilha; anunciado e imposto pelos Estados Unidos. A crise dos mísseis permitiu a Venezuela combater Castro e os opositores de Betancourt, também gerou mobilizações internas em apoio e contra o governo.

A crise dos mísseis, portanto, contribuiu para a agitação interna na Venezuela e custou ao governo receitas significativas com o petróleo, mas também deu a Betancourt uma desculpa para atacar a oposição local e seus partidários cubanos. Os ataques contra as usinas de energia e os oleodutos e gasodutos forneceram provas muito necessárias para seus esforços para convencer o público nacional e internacional de que a Venezuela era o “alvo número um” de Castro no hemisfério.³⁶

Percebe-se que, durante a crise dos mísseis, a Venezuela pôde, então, combater tanto a oposição interna quanto Fidel Castro. Tal atitude lhe custou algumas receitas, porém, também

³³ Para mais informações ver SALCEDO AVILA, Gustavo. Más Allá de la Doctrina Betancourt: Ayuda Encubierta como Instrumento de la Política Exterior de Venezuela Durante la Guerra Fria (1959-64) OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. Especial, p. 74-92, 2014.

³⁴ SALCEDO AVILA, 2014, p.82.

³⁵ RABE, 1996, p. 71.

³⁶ KELLER, 2015, p. 204.

lhe garantiu respaldo financeiro dos Estados Unidos; graças ao forte apoio emprestado a estes durante o episódio dos mísseis cubanos.

A Venezuela não estava sozinha ao declarar seu apoio às medidas estadunidenses, a Argentina também o demonstrou na reunião de consulta na OEA. “O representante da Argentina, Roberto Aleman, disse que seu governo acompanhava com profunda atenção a evolução da situação em Cuba, que constitui um grande perigo para a paz do Continente americano.”³⁷

O apoio e colaboração declarados pelo presidente “interino” da Argentina, José María Guido, também é retratado por Keller (2015), segundo a autora ele fora o primeiro governante latino-americano a “prometer apoio militar” aos Estados Unidos durante a crise dos mísseis. Ele havia chegado ao poder após o golpe militar que derrubou Frondizi – o qual desapontara os militares argentinos e aos Estados Unidos ao se reunir com Che Guevara na OEA e manter relações comerciais com a União Soviética entre outras coisas.

Conforme Morgenfield (2012) o presidente, José María Guido, em 28 de outubro de 1962, autorizou a partida dos destróieres Espora e Rosales para integrarem-se à frota estadunidense no Caribe. O apoio militar ocorreu de fato, não só da marinha argentina como da aeronáutica que “[...] contituyó um grupo integrado em acciones de salvamento y exploración [...]”. Keller (2015) também confirma a participação da Força Aérea Argentina em conjunto com a operação hemisférica para pressionar a retirada dos mísseis de Cuba e corrobora a informação de que pilotos argentinos morreram em uma dessas ações em novembro.

A Argentina também enfrentou manifestações contrárias por ter prestado apoio aos Estados Unidos. “Os manifestantes usaram o confronto internacional com uma oportunidade para demonstrar sua insatisfação com a Aliança para o Progresso e com a penetração econômica dos Estados Unidos em seu país.”³⁸. A população argentina sofria com a crise econômica em 1962, por isso, parte dela não concordava com as imposições do FMI nem com a dependência de investimentos estadunidenses, por isso, conforme a autora; atacaram propriedades norte-americanas durante a crise dos mísseis, evidenciando sua insatisfação com os Estados Unidos.

O fato de o governo José María Guido ter apoiado claramente os Estados Unidos durante a crise dos mísseis, segundo Morgenfield (2012), se explica justamente devido à sua dependência dos investimentos estadunidenses, da crise econômica que a Argentina

³⁷ O Estado de São Paulo, 24 de outubro de 1962, capa.

³⁸ KELLER, 2015, p. 207.

vivenciava em 1962 e por que também sofria ameaças a seu governo por parte dos militares que, aliás; também estreitaram laços com os Estados Unidos durante a crise dos mísseis e já eram influenciados pelo Pentágono. Por esse motivo; a Argentina deixou de defender a autodeterminação dos povos e apoiou firmemente as ações dos Estados Unidos naquele episódio.

Ambos autores concordam que, ao apoiar clara e firmemente os Estados Unidos durante a crise dos mísseis, a Argentina obteve, destes, gratidão que foi expressa através do auxílio financeiro via Aliança para o Progresso e cooperação militar; tal cooperação resultaria no golpe militar de 1966 levando o general Oganía ao poder.

Verifica-se que nem todos os governos latino-americanos apoiaram tão clara e firmemente as medidas propostas na OEA pelos Estados Unidos, a fim de remover as instalações e mísseis soviéticos de Cuba. O México apoiou com ressalvas o bloqueio. De acordo com a reportagem do jornal O Estado de São Paulo, de 24 de outubro de 1962, o embaixador mexicano, Vicente Sanches Gavito, não concordou com o bloqueio proposto pelos Estados Unidos, no entanto, suas instruções eram de apoiar uma ação da OEA.

O presidente, Adolfo López Mateos, segundo Keller (2015), buscou um meio termo: de forma que pudesse ao mesmo tempo apoiar seu vizinho ao norte e manter relações diplomáticas com Cuba. Ou seja, devido a preocupações domésticas; romper com Cuba seria um problema, por outro lado enfrentar uma retaliação política e econômica dos Estados Unidos também o seria.

Nota-se que é evidenciado, por Keller (2012), o fato de que presidente López Mateos enfrentou no período a mobilização de ex-presidente Lázaro Cárdenas em favor de Fidel Castro e da Revolução Cubana. Este arregimentava líderes trabalhistas, grupos de esquerda e estudantes. O que, obviamente, tornava a situação do governo muito difícil e perigosa quando o assunto em questão envolvia Cuba, pois assumir qualquer atitude hostil contra a ilha colocaria a estabilidade do governo em risco.

O presidente mexicano via “[...] seu país preso em uma posição potencialmente perigosa, entre dois vizinhos em guerra.”³⁹ O México sofria com a constante pressão estadunidense para romper relações com Cuba e abandonar a defesa dos direitos à autodeterminação e não intervenção da ilha e, concomitantemente, com a ameaça à estabilidade de governo dos grupos de esquerda que defendiam Cuba.

³⁹ KELLER, 2012, p. 113.

Peggy Fenn (1963) também evidencia o quanto era difícil para o governante mexicano viver entre dois países rivais e não se indispor com ambos; além de que a adoção de uma política moderada não deve ter facilitado a convivência com os reformistas revolucionários, os quais se sentiam incentivados pela Revolução Cubana. Para ela; o México acompanhou o posicionamento estadunidense enquanto este fora condizente com o princípio de não intervenção, devido às pressões domésticas que vivenciava.

O governo de López Mateos tentava convencer seu vizinho do Norte que seu país defendia os princípios de autodeterminação e não intervenção. A manutenção de relações diplomáticas com Cuba não significava defender o comunismo como os Estados Unidos assim interpretavam:

“El reconocimiento generoso y el respeto de los intereses nacionales de subuvecino mexicano, que sería inherente a la aceptación de parte de los Estados Unidos de que la no intervención y la autodeterminación son piedras angulares de la política internacional mexicana, [...]”⁴⁰

A crise dos mísseis, tornada pública em 22 de outubro de 1962 através do pronunciamento do presidente John F. Kennedy, deixava a situação mexicana ainda mais complicada. Como apoiar firmemente os Estados Unidos, sem romper com Cuba e evitar complicações domésticas? Keller (2012) afirma que o governo mexicano soube tirar proveito da situação, usando suas relações com Castro para acalmar a esquerda doméstica e, concomitantemente, colaborar com os Estados Unidos de forma secreta, evitando assim uma retaliação destes. A autora ainda revela que, em uma conversa como chefe da CIA, Allen Dulles em janeiro de 1961 o “[...] presidente López Mateos se recusou a tomar uma posição aberta contra Castro; no entanto, ele estava disposto a cooperar em nível secreto”.⁴¹

É possível verificar na reportagem do jornal, O Estado de São Paulo de 24 de outubro de 1962, que na votação ocorrida na sessão da tarde na OEA o México votou juntamente com os demais representantes a favor da “quarentena” e o bloqueio a Cuba de fato, porém, se absteve quanto ao uso da força. Manteve assim cooperação como vizinho do Norte, sem romper com Cuba, desse modo pode controlar a pressão doméstica que enfrentava.

Conforme Keller (2015); o governo mexicano pôde lidar com os movimentos de esquerda com certa facilidade, pois houve cooperação das forças armadas. Sua postura na OEA lhe permitiu satisfazer os grupos internos ao não apoiar a utilização da força e, ao mesmo tempo, manter os laços com os Estados Unidos; mesmo porque, de acordo com a

⁴⁰ FENN, 1963, p. 17.

⁴¹ KELLER, 2012, p. 115

autora, os laços entre México e Cuba permitiam à CIA e à Casa Branca obterem informações, dessa forma, o apoio mexicano a Cuba tornava-se retórico.

Verifica-se, portanto, que o México, graças a sua colaboração secreta com os Estados Unidos em relação a Cuba, conseguiu manter seu apoio à ilha de modo que tranquilizou, de certa forma os grupos de esquerda domésticos que se identificavam com Castro e a Revolução Cubana e posicionar-se favoravelmente ao bloqueio a Cuba durante a crise dos mísseis, solidificando suas relações com Washington sem maiores problemas. Porém, nem todos os países latino-americanos puderam apoiar as medidas estadunidenses sem maiores complicações internas.

A Bolívia, por exemplo, não conseguiu vivenciar a crise dos mísseis desfrutando da mesma “tranquilidade” que o governo mexicano. O presidente Víctor Paz Estenssoro havia retornado à presidência em 1960 e, conforme Field Jr. (2012), procurava manter uma postura de neutralidade em assuntos externos. O que não era uma novidade, já agira assim durante a Segunda Guerra Mundial, tentando obter vantagens com “as tensões globais”; durante a Guerra Fria agira do mesmo modo buscando auxílio técnico e financeiro no bloco comunista.

É evidenciado por Keller (2015) que Paz Estenssoro tentava angariar apoio econômico dos Estados Unidos argumentando que sem este “sua revolução moderada” – iniciada em 1952 – estava sujeita a cair em mãos comunistas; algo que ele queria evitar, já que recebia propostas de auxílio da União Soviética. O que corrobora a afirmação de Field Jr. (2012) de que o presidente boliviano tentava obter vantagens de ambos os lados da Guerra Fria. Atitude que complicaria a situação da Bolívia durante a crise dos mísseis.

Nota-se que, para o autor, esse comportamento vacilante do presidente boliviano preocupava as autoridades estadunidenses que consideravam pertinente atrair Paz Estenssoro para uma “linha anticomunista” e acreditavam que a Bolívia necessitava “[...] de um extenso programa de ajuda econômica, grande o suficiente para convencer os bolivianos a declarar guerra aos esquerdistas domésticos, [...]”⁴² Era preciso impulsionar o desenvolvimento econômico; a fim de combater o comunismo que ameaçava recair sobre a Bolívia.

Percebe-se que ambos os autores concordam que a situação boliviana provocava um “mal-estar” com os Estados Unidos no início de 1961 e, dessa forma, a Aliança para o Progresso, criada e lançada por Kennedy, permitiu a este utilizar a assistência financeira na América Latina, sobretudo na Bolívia; para melhorar a estabilidade política e combater a influência comunista. Os Estados Unidos temiam que a Bolívia, mediante a instabilidade

⁴² FIELD JR., 2012, p. 152.

política e “turbulência econômica”, pudesse subjugar-se ao comunismo e se transformar em uma outra Cuba.

Foi, portanto, em um contexto de instabilidade política que a Bolívia recebeu o anúncio da crise dos mísseis. Como mencionado anteriormente o jornal, *O Estado de São Paulo* na edição do dia 24 de outubro, noticiou a atitude tomada pelo representante da Bolívia na votação da OEA.

“[...] o embaixador boliviano Emilio Sarmiento Caruncho, explicou que tampouco havia recebido instruções, enquanto se reunia em La Paz no gabinete presidencial de seu governo, a fim de decidir se apoiava a moção. Não obstante assinalou que sua abstenção temporária não significava que a Bolívia não reconhecia a gravidade da situação.”⁴³

Observa-se que o embaixador boliviano não sabia exatamente qual atitude tomar durante a primeira sessão na OEA. A dificuldade em se comunicar com seu governo em La Paz, segundo Moore (1966), complicou ainda mais a situação, “[...] Sarmiento, no entanto, decidiu arriscar seu futuro político prometendo votar a favor da resolução de quarentena dos EUA,[...]”. Fato que é corroborado pela reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* de 24 de outubro de 1962. Esta revelava que o chanceler, José Fellman Velarde, teria declarado a alguns jornalistas que o embaixador boliviano não havia sido autorizado a participar da reunião do Conselho da Organização dos Estados Americanos, nem recebido instruções a respeito.

Fica evidente que a comunicação entre a delegação boliviana e a capital La Paz passava por problemas e que o governo boliviano enfrentava revoltas por parte da esquerda local contra o posicionamento adotado pelo embaixador Emilio Sarmiento ao aprovar a resolução da quarentena proposta pelos Estados Unidos. Moore (1966) esclarece que “o consentimento do governo boliviano” foi recebido pelo embaixador logo após a votação. O governo Paz Estenssoro preocupava-se em diminuir os efeitos domésticos de seu posicionamento.

Percebe-se que, para a autora, o presidente Paz Estenssoro havia modificado seu posicionamento em relação ao princípio de não intervenção durante a crise dos mísseis, ao considerar a quarentena uma atitude de defesa contra a agressão extracontinental praticada pela União Soviética (instalação de bases e mísseis ofensivos em Cuba). Sendo assim, a quarentena “não constituía intervenção nos assuntos diretos cubanos”, porém, não apoiou o uso da força que era previsto no segundo parágrafo da resolução apresentado pelos Estados Unidos à OEA.

⁴³ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa

Conforme Moore (1966) da mesma forma que o Brasil e o México; a Bolívia não apoiou a utilização da força, abstando-se na votação do segundo parágrafo, pois temia que devido à “linguagem vaga” pudesse autorizar um possível ataque a Cuba. O que era contestado pelo governo boliviano como intervenção e graças às reservas em relação à intervenção e a oposição interna da esquerda a Bolívia não concordou em cumprir todos os requisitos de segurança e assistência recíprocas naquela ocasião.

Verifica-se que, mesmo não apoiando o uso da força, o governo boliviano enfrentou manifestações internas, desde estudantes cometendo vandalismo a prédios de rádio e livraria que apoiavam ideais comunistas e pró-Castro, assim como membros de sindicatos declarando apoio a Castro próximo a embaixada estadunidense conforme Keller (2015). Ainda segundo a autora; o governo boliviano recebeu ajuda estadunidense para conter as manifestações da frente comunista, a quem atribuíam a culpa pelas mortes durante tais manifestações.

A Bolívia, portanto, vivenciou uma situação difícil e complicada durante a crise dos mísseis devido a problemas internos de ordem econômica e política. Não obstante, apesar destas dificuldades, foi capaz de reafirmar seus laços com os Estados Unidos, mesmo não tendo declarado apoio ao uso da força. O governo boliviano justificou que seu apoio foi limitado por questões internas e contou com a compreensão estadunidense, o que não impediu o golpe militar em 1964.

Observa-se que em relação ao bloqueio os Estados Unidos obtiveram apoio unânime dos países latino-americanos, quanto ao uso da força militar as respostas variaram conforme o relacionamento entre esses países e Cuba. Alguns queriam uma atitude mais enérgica e beligerante estadunidense; enquanto outros não admitiam uma ação mais firme.

1.3. A reação do Governo Brasileiro ao pronunciamento de John Kennedy

O presidente João Belchior Marques Goulart recebeu, na tarde de 22 de outubro 1962, o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon e o coronel Vernon Walters, os quais traziam uma carta do presidente John Fitzgerald Kennedy, com o texto do pronunciamento que este faria às 19:30 daquele dia. Gordon (2002) revela que a leitura da carta foi feita por Walters e que a reação do presidente Goulart foi de desapontamento, ele provavelmente esperava o anúncio de um ataque aéreo.

Observa-se que o embaixador estadunidense sugere que o presidente brasileiro demonstrara surpresa com o anúncio do bloqueio de Cuba, visto que esperava uma atitude

mais firme do governo dos Estados Unidos. Keller (2015) também aponta que a primeira reação de presidente João Goulart era de surpresa com o bloqueio e sua “suavidade”. Assim, parecia que declararia um apoio claro e firme aos Estados Unidos mesmo, demonstrando interesse em ver as evidências fotográficas dos mísseis em Cuba.

No entanto, tais reações não corresponderiam às atitudes tomadas pelo presidente João Goulart durante a crise dos mísseis. O governo brasileiro tentaria utilizar uma estratégia de mediação do conflito; é o que revela Hershberg (2004). O Brasil apoiaria o bloqueio, porém, não aceitaria a utilização de medidas militares para solucionar a crise, orientando seu representante na OEA a não aprovar o uso da força, como revela a documentação analisada.

De acordo com o telegrama⁴⁴ enviado à delegação brasileira na OEA, o ministério das Relações Exteriores instruíu seu embaixador, Penna Marinho, que, durante a votação do segundo parágrafo da resolução estadunidense apresentada àquela instituição, no qual se previa o uso da força armada; ele deveria dizer que o Brasil não concordaria com essa possibilidade sem que uma averiguação e uma comprovação das acusações a partir de investigações realizadas pelas Nações Unidas⁴⁵.

É possível perceber que o governo brasileiro não estava disposto a comprometer sua política externa independente, a qual havia defendido horas antes na cerimônia de diplomação que participara no Palácio do Itamaraty. E “não pretendia ir a reboque da resolução estadunidense”, segundo Domingos (2014). É importante ressaltar que o governo brasileiro queria uma comprovação das acusações estadunidenses contra Cuba. O que, obviamente, desagradou à administração em Washington, tornando mais complicada a relação bilateral Brasil/Estados Unidos.

Verifica-se que o despacho telegráfico de nº 221 também revela que o governo brasileiro acreditava que as bases de lançamento de mísseis não ofereciam risco iminente ao hemisfério, já que estavam ainda em construção “conforme declarou o presidente Kennedy”; então o governo brasileiro instruíu seu embaixador Ilmar Penna Marinho que:

“Se ainda assim for Vossa Excelência chamado a votar o projeto de resolução nos termos atuais, deverá declarar que, sem prejuízo da nossa solidariedade com os países do hemisfério e com os Estado Unidos da América, e de futuras posições que venhamos a adotar à luz de maiores esclarecimentos sobre a situação, deixamos de

⁴⁴ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. Num. 221. CONFIDENCIAL Assunto Questão de Cuba no Conselho da OEA, Data 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. grifo nosso.

⁴⁵ Hershberg (2020) revela que Goulart em conversa com o embaixador soviético no Brasil, Fomin, disse que Penna Marinho, seu representante na OEA, não teria seguido suas instruções. Fato que o autor ressalta não é corroborado pelos documentos desclassificados do Itamaraty. Ao que parece Goulart não queria desapontar a URSS com o apoio dado ao bloqueio estadunidense imposta a Cuba.

participar na votação por não haver, em nossa opinião, se completado o processo regular necessário para tomada de decisões tão graves.”⁴⁶

Fica evidente que o governo Goulart não estava disposto a apoiar o uso da força militar e que não confiava plenamente nas acusações feitas pelos Estados Unidos. Sendo assim, queria demonstrar sua solidariedade apoiando apenas o bloqueio e não a “tomada de decisões tão graves”. Atitude um tanto quanto dúbia em um momento crítico para o hemisfério que não passou despercebida em Washington.

Essas instruções dadas ao embaixador brasileiro, Ilmar Penna Marinho, não foram as únicas medidas tomadas. O presidente Goulart enviou uma carta ao presidente John F. Kennedy datada de 24 de outubro de 1962, na qual lhe informava o posicionamento adotado pelo seu governo mediante a crise dos mísseis e as solicitações feitas pelos Estados Unidos ao Brasil. Domingos (2014) e Moniz Bandeira (2010) evidenciam que a carta assinada e enviada por João Goulart ao seu homólogo estadunidense fora redigida por Francisco Clementino San Tiago Dantas, ex-ministro das Relações Exteriores.

A carta enviada ao presidente Kennedy por Goulart faz “algumas considerações” sobre o posicionamento brasileiro em relação à crise dos mísseis, bem como “os rumos que recentemente vêm prevalecendo nas decisões da OEA”. Ou seja, Goulart expressava “com franqueza e sinceridade que não apenas me autorizam, mas me obrigam o meu apreço pessoal por Vossa Excelência e a tradicional amizade entre nossos povos”. Percebe-se que o presidente brasileiro queria estabelecer uma proximidade com seu homólogo diferente do tom da carta recebida deste.

De acordo com Domingos (2014), o presidente Goulart agia “como de hábito em sua estratégia de avanços e recuos”. O governo brasileiro tentava ressaltar que o Brasil era fiel aos princípios democráticos, bem como seu sentimento de responsabilidade internacional que levava o país a “participar dos acontecimentos e problemas não apenas regionais, mas mundiais, para nos situarmos em face deles à luz dos nossos interesses nacionais e dos ditames de nossa opinião pública”.⁴⁷

Percebe-se que, com o intuito de defender a autonomia de seu posicionamento e os interesses nacionais, o presidente Goulart em sua carta citou o pronunciamento que fizera no Congresso dos Estados Unidos, em 4 de abril daquele ano,

⁴⁶ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. Num. 221. CONFIDENCIAL Assunto Questão de Cuba no Conselho da OEA, Data 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁷ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília 24, de outubro de 1962, in MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2010, p.191-193.

A ação internacional do Brasil não responde a outro objeto senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance a preservação e fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfica ao conhecimento e à integração das experiências comuns, e temos a esperança de que esses contatos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível com a proteção ao homem e a preservação de sua liberdade.⁴⁸

Observa-se que, ao referir-se à preservação da paz, à coexistência pacífica e que conflitos “não deveriam ser resolvidos militarmente”; alude-se aos pontos que fundamentavam a Política Externa Independente.⁴⁹ O governo Goulart defendia, assim, a PEI e os princípios de não intervenção e autodeterminação ao defender a coexistência pacífica. Aliás, como já havia feito em seu discurso na cerimônia de diplomação no Itamaraty; o faz novamente na carta enviada a Kennedy.

A defesa do princípio de autodeterminação dos povos em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto crucial da política externa do Brasil, não apenas por motivos de ordem jurídica, mas por nele vermos o requisito indispensável da preservação da independência e das condições próprias sob as quais se processa a evolução de cada povo.

É pois, compreensível que desagrade profundamente a consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção num estado americano inspirada na alegação de incompatibilidade com seu regime político, para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos, que lhe tiram o cunho democrático e a validade. Por isso o Brasil na VIII Consulta de Chanceleres Americanos se opôs à imposição de sanções ao regime cubano, tanto mais que não eram apontados então, como só agora veio a suceder fatos concretos em que pudesse prefigurar a eventualidade de um ataque armado.⁵⁰

Fica evidente que o presidente brasileiro, além de defender os princípios de autodeterminação e não intervenção, demonstra que o Brasil havia sim agido de modo a sustentar sua autonomia e “independência” quanto a política externa na VIII Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos ocorrida em janeiro de 1962 em Punta del Este. Como se não fosse suficiente admitir sua “insurgência”, como Domingos (2014), retrata na mencionada ocasião, o presidente Goulart ainda revelava sua insatisfação com relação a OEA e observou que se tivesse sido ouvida “sua sugestão nada disso estaria acontecendo”.

“Ainda agora entretanto, senhor presidente, não escondo a Vossa Excelência a minha apreensão e a insatisfação do povo brasileiro pelo modo por que foi pleiteada

⁴⁸ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília 24, de outubro de 1962, in MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2010, p.191-193.

⁴⁹ Maiores informações ver DANTAS, Francisco Clementino de San Thiago, Política Externa Independente, Edição atualizada, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2011, p.10.

⁵⁰ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília 24, de outubro de 1962, in MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2010, p.191-193.

e alcançada a decisão do Conselho da OEA, sem que tivesse preliminarmente realizado, ou pelo menos deliberado uma investigação, como a que propusemos em fevereiro (janeiro) do corrente ano, o desmantelamento de Cuba com a garantia recíproca de não invasão.”⁵¹

O presidente Goulart, então, revela sua resposta às solicitações feitas por Kennedy na carta que este havia lhe enviado. Resposta que parecia óbvia conforme a argumentação explicitada pelo presidente brasileiro no decorrer de sua carta quanto à cooperação militar brasileira junto às tropas estadunidenses:

“Receio que nos tenhamos abeirado sem, antes, esgotar todos os recursos para evitá-lo, de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norte-americano: o da guerra nuclear. E é na atuação de Vossa Excelência, no seu espírito declaradamente pacifista, que depositamos a esperança de que não sejam usados contra Cuba medidas militares capazes de agravar o risco já desmedido da presente situação. Paratudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode Vossa Excelência contar com a colaboração do povo do Brasil.”⁵²

A resposta negativa de Goulart quanto à cooperação militar, solicitada pelos Estados Unidos, vista como excessiva juntamente com seus “receios sobre o futuro da OEA”, era na realidade uma crítica de Goulart ao fato de que esta “vêm perdendo autoridade”, uma vez que suas decisões “são tomadas por maioria numérica com injustificável precipitação”; levando-a ao que poderia transformar a instituição “a tendência para transformar a Organização num bloco ideológico intransigente”. Apesar das críticas tentou esclarecer que não estava defendendo o regime cubano, mas defendia e se preocupava com os princípios democráticos.

“Estou certo de que Vossa Excelência compreenderá as razões de minha apreensão. O Brasil é um país democrático, em que o povo e o governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias que procuram sob o disfarce do anti-comunismo defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando desse modo o próprio processo democrático de nossa evolução. Acredito que o mesmo se passa em outros países latino-americanos. E nada seria mais perigoso do que ver-se a OEA ser transformada em sua índole e no papel que até aqui desempenhou, para passar a servir a fins ao mesmo tempo anti-comunistas e anti-democráticos, divorciando-se da opinião pública latino-americana.”⁵³

Além de associar a seus adversários “que pregam o anticomunismo a interesses antidemocráticos”, conforme Domingos (2014), as duras críticas feitas na carta enviada à Kennedy, redigida por San Tiago Dantas, não foram divulgadas durante seu governo e nem constavam em seus pronunciamentos públicos sobre a crise dos mísseis; provavelmente

⁵¹ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília 24, de outubro de 1962, in MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2010, p.191-193.

⁵² Idem.

⁵³ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília 24, de outubro de 1962, in MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2010, p.191-193.

“talvez na tentativa de buscar soluções para problemas brasileiros a partir de uma relação pessoal entre os dois presidentes.”⁵⁴

Se o objetivo do presidente brasileiro ao não divulgar a carta que enviara a Kennedy, era estabelecer e fortalecer “uma relação pessoal entre os dois presidentes”; ele falhou miseravelmente como revela Hershberg “em geral o documento deve ter enfurecido os altos funcionários dos EUA, e provavelmente o próprio Kennedy quando teve uma chance de lê-lo, corroe qualquer boa vontade que Goulart ainda possa ter desfrutado”⁵⁵. A postura adotada em sua carta é muito diferente da retratada por Gordon, quando Goulart soube da crise, obviamente, contribuiu para que as desconfianças a seu respeito em Washington aumentassem.⁵⁶

Entretanto, o governo brasileiro percebia a crise como uma oportunidade de “mediar uma possível saída”, de acordo com Patti (2015, no prelo)⁵⁷ isso aconteceu “tanto por meio de iniciativas bilaterais quanto multilaterais, com ações secretas e públicas” o Brasil levaria novamente às Nações Unidas o projeto de desnuclearização da América Latina.

“Do ponto de vista do Brasil, a proposta da zona livre de armas nucleares tinha muitas vantagens: representava a possibilidade de liberar os Estados Unidos (e o mundo) da crise imediata. A proposta também era uma forma de „neutralizar“ Cuba e protegendo-a (e a América Latina) num contexto de Guerra Fria que Goulart sabia que seria popular no Brasil e, se bem sucedido elevaria a posição internacional do Brasil.”⁵⁸

A proposta de desnuclearização da América Latina poderia solucionar a crise em uma tentativa de conciliação dos interesses dos Estados Unidos, uma vez que as armas sairiam de Cuba, e dos interesses cubanos, pois garantiriam a não intervenção, ou seja, a invasão da ilha.

⁵⁴ DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis. 378 f. Porto Alegre: UFRSG, 2014, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2014.

⁵⁵ HERSHBERG, 2004, p. 20.

⁵⁶ João Goulart, era visto com desconfiança nos Estados Unidos, e não contava com a solidariedade oferecida por estes ao governo Quadros. Seus vínculos com elementos da esquerda corroborava tal desconfiança, por isso “Washington congelou toda a ajuda ao Brasil quando Goulart chegou ao poder”. (LOUREIRO (2017) p. 5). De acordo com o autor a situação financeira do Brasil, no final de 1962 era crítica, e o embaixador Gordon, alertava os EUA sobre esse fato. O que teria levado o presidente Kennedy a enviar a comissão Drapper ao Brasil, para avaliar, a condição da economia no país. As conclusões foram desanimadoras. Nesse mesmo período o governo Goulart “estava trabalhando com a perspectiva de uma solução gradualista para a inflação (Plano Trienal)”, e precisava do auxílio econômico estadunidense para colocá-la em prática e obter sucesso. A carta irritou as autoridades estadunidense, mas a atitude que, Goulart tomaria em novembro daquele ano deixariam Washington ainda mais preocupada. Em 16 de novembro de 1962, o presidente brasileiro ameaçaria Gordon, recorreria ao auxílio econômico soviético caso os EUA não colaborassem com o Plano Trienal. (Telegram 1001, Rio de Janeiro to Secretary of State, November 23, 1962. Mantido por JFK Library nos Estados Unidos. Disponível no <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-014>, acessado em 12/06/2018.

⁵⁷ PATTI, Carlo. Neutrality or Mediation? Brazil and the 1962 nuclear crisis. Univerdiade Federal de Goiás, 2015, no prelo.

⁵⁸ HERSHBERG, 2004, p. 21.

Conforme Domingos (2014), internacionalizando a dimensão nuclear para toda a América Latina, tornar-se-ia menos constrangedor para a União Soviética e para Cuba a remoção das armas e desmonte das bases de lançamentos.

O projeto de desnuclearização da América Latina e da África já havia sido levado à ONU anteriormente, em setembro daquele ano. Por causa da crise dos mísseis, o Brasil levava novamente a proposta às Nações Unidas. Hershberg (2004) e Keller (2015) observam que a proposta brasileira na ONU foi “aceita” com parcimônia pelo Departamento de Estado nos Estados Unidos. Eles acreditavam que esta permitiria aos soviéticos “salvar sua face” na retirada dos mísseis e poderia atrapalhar os testes nucleares franceses na África e os seus próprios no Canal do Panamá. Por isso, o representante estadunidense na ONU foi orientado então a apoiar “cautelosamente” a proposta brasileira de desnuclearização.

O representante brasileiro na ONU o ex-ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, apresentou oficialmente a proposta brasileira dia 29 de outubro 1962 à Comissão Política da ONU, de acordo com Domingos (2014) já ultrapassado pelos acontecimentos, pois como revela a mensagem enviada por Khrushchev a Kennedy um dia antes. Nesta mensagem, Khrushchev informava ao presidente Kennedy que, assim como havia instruído a interrupção de construção de novas armas, ordenara o desmonte destas e que fossem reenviadas à União Soviética; confiante na mensagem a ele dirigida por Kennedy de que Cuba não seria invadida e nem atacada pelos Estados Unidos nem por outro país do Hemisfério Ocidental.⁵⁹

Percebe-se que os governantes dos Estados Unidos e da União Soviética haviam estabelecido um acordo e colocado um fim à fase crítica da crise dos mísseis cubanos, negociações sobre a forma de retirada dos armamentos ainda seriam estabelecidos. A iniciativa brasileira nas Nações Unidas estava de fato ultrapassada pelos acontecimentos. Porém, o governo brasileiro a levou adiante mesmo após a resolução imediata da crise obtida via negociação entre Kennedy e Khrushchev.

A iniciativa brasileira nas Nações Unidas não surtiu o resultado esperado pelo governo brasileiro; Domingos (2014) e Hershberg (2004) evidenciam que a proposta brasileira esbarrou na intransigência de Fidel Castro que exigia como condição de apoio à proposta de desnuclearização a inclusão de Porto Rico, o Canal do Panamá e a desocupação, devolução de Guantánamo a Cuba.

⁵⁹ (FRUS, 1961-1963, Vol. XI PP. 481-486)

Domingos (2014) ressalta que “outros obstáculos” foram criados por Argentina, Paraguai, Estados Unidos e União Soviética⁶⁰ inviabilizando assim a proposta brasileira, bem como “constituíram verdadeiras barreiras aos esforços da Política Externa Independente em uma situação de ápice do mundo da bipolaridade da Guerra Fria”.⁶¹

Verifica-se que o projeto de desnuclearização da América Latina e da África não foi a única iniciativa brasileira na ONU. Um telegrama do representante brasileiro nas Nações Unidas, Afonso Arinos, revela que o Brasil tentou mediar o impasse em torno da inspeção do desmanche das bases e retirada das armas ofensivas, através de uma proposta de inspeção realizada por embaixadores neutros. Ele apresentou a proposta ao embaixador cubano Carlos Lechuga, e sugeriu em 6 de novembro que o secretário geral da ONU, U Thant, a apresentasse como sua para uma melhor aceitação

“[...]repeti-lhe a sugestão que eu já fiz alguns dias atrás, em caráter pessoal ao embaixador de Cuba [Carlos] Lechuga, que prometeu enviá-lo a seu governo. Esta sugestão foi a seguinte: 1) Fidel convida os representantes diplomáticos de alguns países como Brasil, México, Suíça, Índia e, talvez, outros para compor um grupo de inspeção, a fim de dar testemunho da desmontagem e da saída das armas ofensivas; 2) esses representantes irão fornecer um relatório aos governos americano, soviético e ao secretário geral; 3) a solução não representará nem inspeção externa nem uma imposição americana; [...] 6) U Thant me perguntou se eu desejaria que ele repassasse a proposta aos norte-americanos; 7) Disse-lhe que, sim, mas gostaria de pedir que o fizesse como sua, porque daria mais autoridade[...]”⁶²

O governo brasileiro inseriu-se diplomaticamente na crise dos mísseis duas vezes no âmbito das Nações Unidas. Entretanto, não obteve sucesso em nenhuma delas e, segundo Hershberg (2004), Fidel Castro não aceitou uma “inspeção unilateral” alegando que seria uma intervenção na soberania cubana. A solução encontrada para o impasse foi acordada entre Estados Unidos e União Soviética através de monitoramento aéreo da retirada dos mísseis pelos Estados Unidos.

Além de não obter sucesso nas Nações Unidas o governo brasileiro, assim como seus vizinhos latino-americanos, enfrentou manifestações internas a favor e contra seu posicionamento diante a crise dos mísseis. Moniz Bandeira (2010) revela que o governador do Rio Grande do Sul e cunhado do presidente Goulart, Leonel Brizola, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e intelectuais de vários setores da opinião pública “manifestaram-se contra a atitude de Washington”. O jornal de O Estado de São Paulo na edição do dia 25 de outubro

⁶⁰ Maiores detalhes ver DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis. 378 f. Porto Alegre: UFRSG, 2014, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de RioGrande do Sul, Porto Alegre 2014 p. 252-280.

⁶¹ DOMINGOS, 2014, p. 276.

⁶² Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 128. SECRETO Extrema Urgência. Assunto: Questão de Cuba mediação brasileira. Data: 06 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

1962 na p. 4 noticiava “No Senado Apoio Aos EUA e Condenação da Política do Itamarati”, na mesma edição o presidente da UDN (União Democrática Nacional) Herbert Levy, manifestou-se contra a PEI; declarando que o governo brasileiro deveria apoiar firmemente a democracia, a paz e abandonar “preocupações demagógicas”.

É possível perceber que as opiniões sobre a crise dos mísseis e sobre a atitude de governo brasileiro estavam divididas: alguns apoiavam o bloqueio e queriam maior firmeza no posicionamento brasileiro junto aos Estados Unidos; outros eram contra e defendiam o direito de Cuba de se defender e seu direito a não intervenção. Conforme Keller (2015), Goulart necessitou atuar como mediador nas esferas internacional e interna, o que não agradou a administração em Washington, seu apoio foi classificado como “morno e ambíguo”⁶³.

Fica evidente que a reação do presidente João Goulart ao pronunciamento de John F. Kennedy sobre a crise dos mísseis não foi o que era esperado em Washington. A carta do presidente brasileiro repleta de críticas, e negando a cooperação militar, não foi bem vista. Suas iniciativas no âmbito das Nações Unidas pelo governo brasileiro não obtiveram sucesso e seu papel de conciliador nas esferas interna e internacional prejudicou sua credibilidade junto aos Estados Unidos, uma vez que não correspondeu aos seus anseios.

O Brasil se envolveu em outra iniciativa, esta secreta e conjunta aos Estados Unidos, uma abordagem direta a Fidel Castro. Sua realização não ocorreu como planejado e também fracassou, e a frustração dos Estados Unidos com o governo Goulart aumentou consideravelmente. O voto do Brasil na Organização dos Estados Americanos e a ação conjunta aos EUA serão abordados com maiores detalhes no próximo capítulo.

⁶³ Correntes de opinião enfrentavam-se e paulatinamente radicalizavam-se quanto à percepção que cada uma considerava adequada da inserção internacional do país. [...] os que preconizavam relações especiais com a potência norte-americana, o ocidentalismo, a liberalização do comércio afrontavam aqueles que, por outro lado, lutavam veementemente contra o “imperialismo ianque”, a dependência em relação aos Estados Unidos, a favor do nacionalismo mesmo em política exterior da autonomia internacional do Brasil, da abertura a relações mais próximas com países socialistas ou comunistas. (MANZUR (2014) P. 196).

CAPÍTULO 2. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E A CRISE DOS MÍSSEIS

Conforme Loureiro (2012), Quadros recebeu de JK o país com uma economia que sofrera transformações recentes e estruturais e com um enorme parque industrial, no entanto, deixou-lhe sérias questões a serem resolvidas, a principal, os déficits do balanço de pagamentos. Fazia-se essencial para o país a estabilização da economia, equilibrar o balanço de pagamentos. O que poderia ser alcançado pela procura por novos mercados consumidores para os produtos brasileiros, de acordo com o autor “um preâmbulo da chamada Política Externa Independente (PEI)”. É nesse contexto econômico conturbado que mudanças na política externa brasileira foram implementadas⁶⁴.

A política externa adotada durante as gestões presidenciais de Jânio Quadros (31 de janeiro/ 25 de agosto de 1961) e João Goulart (7 de setembro de 1961/ 31 de abril de 1964) foi chamada de Política Externa Independente (PEI). Conforme Clodoaldo Bueno (2011), a PEI fora iniciada por Jânio Quadros e partia de uma visão universal, embora não negligenciasse o aspecto regional, que se caracterizava pragmática, uma vez que priorizava os interesses nacionais sem limitar-se pela disputa ideológica da Guerra Fria, por isso independente. Tanto Bueno (2011) quanto Loureiro (2013) concordam que Quadros utilizava a PEI para angariar apoio político interno junto à esquerda, que era contrária ao “seu programa de austeridade econômica”, por isso sua política externa deveria valorizar os interesses nacionais sem “preocupações ideológicas”.

As diretrizes da Política Externa Independente eram:

- A. Contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desenvolvimento geral e progressivo;
- B. Reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos;
- C. Ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
- D. Apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole.⁶⁵

Percebe-se que havia a preocupação com o desenvolvimento econômico do país⁶⁶, por isso a necessidade de ampliação de mercados “inclusive os socialistas” e a manutenção dos

⁶⁴ Para mais informações sobre o contexto econômico do Brasil na década de 1960 ver LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a Política Econômica nos vermos Jânio Quadros e João Goulart, 1961,-1964.* 644 f. São Paulo: USP, 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Capítulo 1 p. 41-76.

⁶⁵ DANTAS, Francisco Clementino de San Thiago, *Política Externa Independente*, Edição atualizada, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2011, p.10.

mercados tradicionais (Estados Unidos e Europa), bem como a defesa dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos e da coexistência pacífica. Não houve alterações à política externa inaugurada por Jânio Quadros e Afonso Arinos de Melo Franco.

Para Ricupero (2017), a recusa em analisar os problemas internacionais pela óptica da Guerra Fria (disputa ideológica) tornou a colisão da PEI com os interesses estadunidenses uma possibilidade; já que se adotou um posicionamento de independência em relação aos blocos ideológicos. O governo brasileiro, através de sua Política Externa Independente, ao defender os princípios de não intervenção e autodeterminação, via-se inserido na questão de Cuba, o que tornava sua relação bilateral com os Estados Unidos cada vez mais complicada. Ao manter sua política externa prestando apoio somente ao bloqueio de Cuba na Organização dos Estados Americanos, o desgaste na relação com os Estados Unidos aumentou.

O Brasil envolveu-se em uma ação conjunta aos Estados Unidos na tentativa de solucionar a crise e, ao mesmo tempo, elevar a importância da diplomacia brasileira no âmbito mundial, sem apoiar a invasão de Cuba. A iniciativa conjunta não ocorreu como o planejado e as atitudes tomadas pelo governo brasileiro desagradaram os Estados Unidos e a desconfiança em relação a João Goulart aumentou.

A Política Externa Independente colidia com os interesses dos Estados Unidos durante a Crise dos Mísseis, a condução da missão Albino Silva gerou repercussão interna e externa o que não deveria acontecer e a capacidade diplomática brasileira foi questionada por Washington.

2.1. A Política Externa Independente e o voto na OEA

Em seu pronunciamento no dia 22 de outubro de 1962, ao tornar pública a Crise dos Mísseis, o presidente John Kennedy havia convocado uma reunião de Consulta na Organização dos Estados Americanos para o dia seguinte, “para examinar esta ameaça à segurança do Hemisfério” e tomar “providências” como noticiava o jornal *O Estado de São Paulo* em sua edição de 24 de outubro 1962. Caberia ao embaixador Ilmar Penna Marinho, representante brasileiro na OEA, expressar o posicionamento do Brasil.

⁶⁶ Deve-se lembrar que a preocupação com o desenvolvimento econômico e a superação do subdesenvolvimento estiveram presentes na OPA de JK. Conforme Bueno (2011), a PEI “inaugurada por Quadros” não representa uma “ruptura, mas desdobramento daquela de seu antecessor”. Para o autor a diferença entre a OPA e a PEI quanto a superação do subdesenvolvimento é que a primeira, contava com a cooperação econômica e maior relação comercial com os EUA e a PEI não restringia a tal cooperação e relações comerciais com estes ou apenas o bloco capitalista.

Ainda conforme a mesma edição do jornal *O Estado de São Paulo*, o “embaixador do Brasil Ilmar Penna Marinho, apoiou [...] a solicitação norte-americana de um órgão provisório de consulta, porém, não apoiou especificamente a proposta de „quarentena“.” Como visto no capítulo anterior, o governo brasileiro, através do ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima, havia instruído o representante brasileiro a apoiar apenas a quarentena e não o uso da força.

Observa-se que na sessão da tarde o representante brasileiro se manifestaria conforme as instruções recebidas do Ministério das Relações Exteriores como revela o embaixador brasileiro em Washington, Roberto Campos, “Embaixador Penna Marinho vai votar [votará] a favor do bloqueio, abstendo-se de votar sobre a segunda parte do segundo parágrafo, dando a explicação do voto e vai votar a favor do corpo da resolução.”⁶⁷

A edição do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 24 de outubro de 1962 também evidencia esse posicionamento brasileiro na OEA; a sessão da tarde teria iniciado atrasada devido a consultas de “último momento entre Dean Rusk e alguns delegados latino-americanos, entre os quais o do Brasil”.

Ao que parece o representante do Brasil na OEA seguia à risca as orientações recebidas do ministro das Relações Exteriores Hermes Lima, entretanto, a mesma edição do referido jornal dizia que “a OEA autorizou os Estados Unidos a empregar a Força Armada para impedir que Cuba continue a receber material militar ofensivo do bloco soviético”.

Apresentando o resultado da votação que ocorrera na sessão da tarde

“1º ponto (inutilização imediata dos foguetes em Cuba – 19 votos pró e uma abstenção, do Uruguai);
2º ponto (emprego da força armada) – houve duas votações, a pedido da Brasil, com 17 votos pró e três abstenções, do México, Uruguai e Bolívia, na primeira, e com 16 votos pró e quatro abstenções, do México, Brasil, Bolívia e Uruguai, na segunda;
Os 3º e 4º pontos foram aprovados por 19 votos e uma abstenção, do Uruguai.”⁶⁸

Percebe-se que a reportagem sugere que o representante brasileiro não votara de acordo com as recomendações do governo brasileiro, na primeira votação, mesmo tendo pedido para que fosse realizada parágrafo por parágrafo. O que de fato pode ter ocorrido? Teria o embaixador Ilmar Penna Marinho se equivocado durante a primeira votação? Concordamos com Domingos (2014), que o mais provável seja que o presidente da sessão tenha cometido algum descuido na apuração dos votos na primeira votação; uma vez que o

⁶⁷ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 777. CONFIDENCIAL. EXTREMA URGÊNCIA. Assunto: **Questão de Cuba**. Data 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁸ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa.

embaixador brasileiro se esforçara para conseguir o desmembramento dos parágrafos como havia sido instruído por Hermes Lima.

Mesmo por que a reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* ainda revela que o embaixador brasileiro pronunciou-se novamente na sessão da tarde, para esclarecer o motivo do posicionamento do Brasil em relação aos acontecimentos em Cuba

Depois da votação, o delegado do Brasil, Penna Marinho, voltou a fazer uso da palavra, para precisar as reservas de seu país. Ressaltou que o bloqueio e até o emprego da força armada estão previstos pelo Tratado do Rio, mas que seu país não pode aprovar o tipo de bloqueio que se procura aplicar a barcos procedentes de países que não fazem parte do Hemisfério americano. O representante brasileiro assinalou, igualmente, que o Brasil não pode sancionar, de maneira alguma, uma invasão de Cuba.”⁶⁹

O embaixador brasileiro votou conforme as instruções repassadas pelo Itamaraty, não aprovando o uso da força armada, não obstante, aprovou o conjunto da resolução como evidenciado pelo jornal *O Estado de São Paulo* “a resolução proposta pelos Estados Unidos, que foi aprovada por 19 votos e uma abstenção do Uruguai”⁷⁰ e pelo telegrama nº 777 enviado pelo embaixador Roberto Campos informando o governo brasileiro das ações seus representantes na OEA, mencionado acima.

Observa-se que a mesma edição do referido jornal, do dia 24 de outubro 1962, evidenciava uma fotografia com a legenda: “Este é um flagrante de uma das duas reuniões de ontem do Conselho da OEA, que aprovou sem nenhum voto contrário, uma proposta norte-americana que autoriza os EUA a empregar a força armada para impedir que Cuba continue a receber do bloco soviético material militar de caráter ofensivo.” O posicionamento do Brasil na OEA seguiu as recomendações do Itamaraty. Contudo, a forma como o jornal *O Estado de São Paulo* divulgava as notícias sobre a votação na instituição colocava em dúvida se o embaixador brasileiro cumprira suas recomendações conforme foram dadas; o que gerou polêmica a acerca do voto brasileiro na OEA.

A questão de Cuba era um assunto sensível⁷¹, e, obviamente, o voto do Brasil na OEA geraria polêmica tanto que, conforme Domingos (2014), o Conselho de Ministros emitiu uma nota oficial, justificando o posicionamento do embaixador Ilmar Penna Marinho

⁶⁹ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa.

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ O governo Goulart tinha no período intenção de retornar ao regime presidencialista organizava a realização do plebiscito, era portanto, essencial contar com o apoio da UNE (União Nacional dos Estudantes) e do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) que faziam parte de sua base de apoio, de acordo com Domingos (2014). Conforme Manzur (2014) Cuba, juntamente com as relações com os EUA e a retomada dos laços diplomáticos com a URSS, foram questões que polarizaram a opinião pública brasileira, o ocidentalismo era contrário ao posicionamento independente da PEI, portanto da defesa da autodeterminação e não intervenção de Cuba, enquanto o nacionalismo, era favorável a essa postura independente. Quintaneiro (1988) ressalta que os conservadores, primordialmente os militares temiam a radicalização da política externa brasileira conduzida por

“Nota oficial do presidente do Conselho de Ministros, distribuída à imprensa, em 24 de outubro de 1962, acerca do voto do Brasil sobre a questão de Cuba, no Conselho da OEA.

O representante do Brasil no Conselho da Organização dos Estados Americanos votou favoravelmente ao projeto de resolução que prevê medidas acauteladas da segurança interamericana, em face da denúncia da presença em Cuba de material de guerra de natureza ofensiva. Não deu, porém, o seu assentimento ao dispositivo do projeto de resolução que autoriza o emprego de força armada para medidas que implicam em intervenção no território cubano.”⁷²

Fica claro que o governo brasileiro mantinha a linha de atuação da Política Externa Independente na OEA e que o Conselho de Ministros justificava a atuação do embaixador, Ilmar Penna Marinho, no Conselho da OEA, dentro das atribuições e recomendações do Itamaraty e da PEI. A defesa da não intervenção persistia de modo que, para não contrariá-lo; o representante brasileiro apoiara apenas o bloqueio e não o uso da força armada.

Porém, a polêmica em torno do voto brasileiro na OEA não acabara. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, declarou em rede de televisão aberta segundo o jornal *O Estado de São Paulo* na edição do dia 25 de outubro 1962 p. 7, que “o embaixador Ilmar Penna Marinho votou na OEA contrariamente às instruções do governo brasileiro. – Por isso, o sr. Penna Marinho foi convocado pelo Itamarati [...]”.

O chanceler, Hermes Lima e também primeiro-ministro, mediante a declaração feita por Leonel Brizola; se vira obrigado a novamente justificar e esclarecer o voto do Brasil na OEA em relação a questão de Cuba e responder aos manifestantes que criticavam a posição adotada pelo Brasil:

“A posição do Brasil no caso de Cuba não é de imposição, não é de fraqueza, não é de medo da Rússia como acaba de apartear um dos manifestantes. A posição do Brasil é uma posição correta, é uma posição que permite ao nosso País a defesa da paz sem o sacrifício dos valores políticos e morais que a civilização tem de preservar.”⁷³

Percebe-se que o problema em relação ao voto brasileiro na OEA está na aprovação do conjunto da resolução e não na aprovação do bloqueio que havia sido instruída pelo Itamaraty. No entanto, com a declaração de Leonel Brizola o ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima, precisava defender o posicionamento do Brasil, observando que este fora tomado em conformidade com os princípios da PEI:

“Votamos, portanto, na execução de nossos compromissos internacionais. Votamos conscientemente, firmemente, sem indecisão, votamos livremente porque achamos

Goulart. Que em relação a Cuba se afastava dos interesses estadunidenses. (QUINTANEIRO, Tânia. Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente. Belo Horizonte: UFMG, 1988.).

⁷² FRANCO, Álvaro da Costa (org.). Documentos da Política Externa Independente. Vol. II. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008, p.42.

⁷³ O Estado de São Paulo, 26 de outubro de 1962, contracapa. Disponível em: <https://acervo.estadão.com.br/procura> acesso 17/08/2019 17:54.

que a acumulação de material ofensivo ou nuclear na América representa mais um ponto de tensão nesse mundo conturbado em vivemos. Mas o que não votamos nem votaremos é a condenação do regime político que está em Cuba porque isso não nos pertence ou ainda a autorização de qualquer tipo de intervenção para que esse regime seja extirpado pela força. É preciso distinguir entre a acumulação de material de guerra nuclear na América e medidas que visem a derrubar o regime interno de um determinado povo. [...] O governo do Brasil será fiel aos seus compromissos como foi na votação de ontem, mas o governo do Brasil jamais apoiará a aplicação de força para que se derrube o regime político de um país por meio de intervenção. Esses são os princípios de autodeterminação dos povos e não intervenção. São os princípios que a nossa diplomacia sempre seguiu.”⁷⁴

Verifica-se que o chanceler brasileiro defendia a atitude do embaixador Penna Marinho na OEA, mas não mencionou o fato de que a aprovação do conjunto da resolução não havia sido instruída pelo governo. Apesar de tal posicionamento ter sido relatado no telegrama de nº 777 enviado pelo embaixador Roberto Campos que o representante brasileiro na OEA votaria a favor do bloqueio e “[...] vai votar a favor do corpo da resolução”. O governo brasileiro não dera tal instrução, mas fora informado da ação do representante brasileiro.

A polêmica continuava, pois o jornal O Estado de São Paulo noticiava na edição do dia 26 de outubro de 1962, na contracapa, que Ilmar Penna Marinho iria prestar esclarecimentos ao Itamaraty. De acordo com Domingos (2014), o Conselho de Ministros era provisório enquanto não obtivesse a aprovação do Congresso Nacional; e a polêmica acerca do voto na OEA começava a causar problemas, os quais atrapalhavam a base de apoio do governo. Como noticiava o jornal “o episódio do desmentido ao Sr. Brizola, especialmente, desgostou os petebistas e nacionalistas extremados.”⁷⁵

Contudo, as críticas ou desaprovações em relação ao voto brasileiro na OEA não eram apenas no contexto interno. Conforme evidenciava e alertava o governo brasileiro, o embaixador Roberto Campos na embaixada em Washington. A imprensa estadunidense também se manifestou a respeito da declaração do ministro Hermes Lima em defesa do posicionamento do Brasil na OEA.

De acordo com o telegrama⁷⁶ enviado ao governo brasileiro, o Jornal New York Times publicara uma matéria de seu correspondente no Brasil, Juan Onis, na qual insinuava que o primeiro-ministro, Hermes Lima, havia declarado com intuito de amenizar as manifestações de esquerda contrárias ao posicionamento brasileiro na OEA, “que o fato de existir um regime

⁷⁴ O Estado de São Paulo, 25 de outubro de 1962, contracapa. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura> acesso 17/08/2019 17:54.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 780. CONFIDENCIAL URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Comentários do “New York Times” sobre declaração do Ministro Hermes Lima.** Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

socialista em Cuba não significa que esse regime não seja americano”. Desse modo, o Brasil não se posicionaria contrário ao direito de autodeterminação de outro país e, por ser pacifista, a Ilha de Vera Cruz teria o dever de “contribuir para evitar um holocausto atômico que poderia destruir a civilização”.

A declaração do primeiro-ministro, Hermes Lima, havia repercutido nos Estados Unidos e segundo o embaixador, Roberto Campos, o mais preocupante era que o correspondente do jornal New York Times, Juan Onis, procurava “ênfaticamente a importância e vulto das manifestações de caráter antiamericano”. Não obstante, não era somente a imprensa estadunidense que questionava o voto do Brasil na OEA,

“Existe nos círculos diplomáticos latino-americanos em Washington (preocupação visível) contrastando, diante do Departamento de Estado, o vigoroso apoio que está sendo dado à resolução da OEA, incluindo a oferta de navios e bases para apoiar o bloqueio, com a chamada [tibieza] brasileira, [...]”⁷⁷

Como evidenciamos no capítulo anterior, o Brasil se negou a cooperar militarmente com os Estados Unidos durante a crise dos mísseis, não só ao não aprovar o uso da força armada no Conselho da OEA, bem como na carta que, Goulart, enviara ao presidente John Kennedy em resposta ao seu pronunciamento. Esse posicionamento do governo brasileiro causava preocupação de acordo com o que revela a documentação analisada e apresentada acima nos círculos diplomáticos e, principalmente, no Departamento de Estado.

Na carta que Goulart enviou ao presidente John F. Kennedy, após manifestar sua apreensão, insatisfação em relação a OEA e ter negado a cooperação militar com os Estados Unidos, o presidente brasileiro despediu-se de seu homólogo na esperança de encontrá-lo em breve, pois Kennedy viria ao Brasil em novembro, ao menos era o que Goulart esperava:

“antecipo a Vossa Excelência estas considerações, que espero ter a oportunidade de desenvolver, quando tivermos o prazer de receber no Brasil a visita de Vossa Excelência. [...] A Sra. Goulart e eu aguardamos com especial satisfação o dia de sua chegada, e é com firme certeza de que nos encontraremos num mundo de paz, que lhe dou as boas vindas.”⁷⁸

O governo Goulart, realmente, esperava a visita do presidente Kennedy ao Brasil em novembro, mas a visita fora adiada e seu embaixador em Washington, Roberto Campos, lhe enviara um telegrama lhe informando sobre o adiamento da visita por causa da tensão internacional.⁷⁹ De acordo com Hershberg (2004), a crise dos mísseis serviu de pretexto para

⁷⁷ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 799. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 28 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷⁸ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília, 24 de outubro de 1962, in MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O governo Goulart: As lutas sociais 1961-1964 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2010. p. 191-193.

⁷⁹ De acordo com Loureiro (2012) em meados de 1962, uma equipe de especialistas foi enviada ao Brasil, pelo coordenador da Aliança para o Progresso, com objetivo de avaliar a economia brasileira e “preparar” a visita do

as autoridades em Washington para o cancelamento da visita por causa do descontentamento com as políticas de Goulart. A decisão havia sido tomada em 23 de outubro 1962 conforme revela a Ata da Reunião do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional.⁸⁰

Observa-se que a atitude tomada pelo governo brasileiro na OEA não só gerou polêmica internamente, como acabou agravando as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. O cancelamento da visita do presidente Kennedy é um exemplo claro da insatisfação em Washington com as atitudes do governo Goulart. Segundo Hershberg (2004), o Departamento de Estado não gostara das atitudes do Brasil, a publicidade equivocada sobre a aprovação do bloqueio na OEA, as declarações hostis de personalidades ligadas ao governo - principalmente dos ministros Darcy Riberio e Hermes Lima - a carta “petulante” de Goulart ao presidente Kennedy e posição oficial brasileira que fora equivocada e contraditória durante a crise dos mísseis.

Nota-se que o presidente Goulart queria evitar um final trágico para a questão de Cuba. O intuito de encontrar uma solução pacífica para a crise dos mísseis foi fortalecido após receber em 26 de outubro 1962 um telegrama do embaixador Roberto Campos, o qual alertava sobre os últimos acontecimentos e objetivos estadunidenses em relação à crise. De acordo com Campos, eles seriam “A – Impedir que novas armas ofensivas cheguem a Cuba. B – Obter o desmantelamento ou remover as atuais instalações bélicas de natureza ofensiva”.⁸¹

O embaixador, Roberto Campos, acreditava que, possivelmente, os Estados Unidos agiriam para concretizar o desmantelamento ou remoção das instalações bélicas em Cuba, e informava que alguns líderes parlamentares haviam declarado que os Estados Unidos teriam que remover as instalações em Cuba caso estas não fossem desmontadas em curto prazo. Portavozes do governo estadunidense não identificados insinuavam que seu governo teria que destruir tais instalações, se os responsáveis por elas não as removessero, uma vez que estas bases e armamentos colocavam as bases e armas nucleares de seu país em vulnerabilidade e que diversos comentaristas políticos acreditavam que tal decisão já havia sido tomada e logo seria efetivada.

presidente estadunidense (que não se realizou). Na avaliação realizada considerou-se a gestão de Goulart incompetente e com infiltração comunista. Como o Brasil era importante economicamente e no aspecto geopolítico, seria preciso colaborar com o país, porém, a recomendação era que se colaborasse com “as forças democráticas no Brasil”, ou seja, com os adversários políticos de Goulart. O que o pressionaria a afastar de seu governo elementos considerados comunistas. A relação bilateral Brasil-EUA se complicava cada vez mais e a desconfiança em relação a Goulart aumentava, durante a crise dos mísseis outra equipe viria avaliar a situação financeira do país. “Em outubro de 1962, sob ordens do presidente Kennedy, uma equipe norte-americana liderada pelo general Willian Drapper foi enviada ao Brasil” (LOUREIRO, (2012). p. 399)

⁸⁰ FRUS, 1961-1963, Vol. XI, p. 170.

⁸¹ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 795. CONFIDENCIAL URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

As informações repassadas ao governo brasileiro eram alarmantes e assustadoras mediante a crise vivenciada, principalmente porque Cuba e a União Soviética, provavelmente, agiriam em retaliação caso as medidas anunciadas se concretizassem. De acordo com o telegrama em questão, o embaixador Roberto Campos especulava que haveria possibilidades para uma modificação de ação por parte de Moscou

“A União Soviética pode ver concessões eventuais em Cuba contra concessões em relação a bases em outros países, como a Turquia [...] ganhar tempo com as atuais negociações na ONU, acelerando simultaneamente as instalações em Cuba, a fim de levar os Estados Unidos a uma ação militar direta contra o território cubano, vitimizandando Cuba e obtendo com isso uma posição política e ético jurídica superior a dos Estados Unidos”.⁸²

A primeira possibilidade acabou se confirmando, mas ainda segundo o embaixador brasileiro em Washington, os Estados Unidos “em breve” dariam um “prazo definido” para que a retirada das armas ofensivas ocorresse; e que, caso sua determinação não se cumprisse, a reação estadunidense seria: “Se não atendido o ultimatum proceda alternativamente A) bombardeio das rampas; B) A decretação de bloqueio total, inclusive de petróleo, paralisando a economia cubana ou; C) Invasão, hipótese esta menos provável, a não ser em apoio de insurreição em Cuba.”⁸³

Percebe-se que as informações recebidas de Washington pelo governo brasileiro eram preocupantes, pois o presidente Goulart, devido a visita feita aos Estados Unidos em abril daquele ano, conhecia o alcance do poderio dos armamentos nucleares estadunidenses e, provavelmente, por isso, sua insistência em defender a coexistência pacífica dos povos, não lhe parecia sensato arriscar uma guerra nuclear. De acordo com Ferreira (2011), durante a visita o general Thomas levou Goulart em um local subterrâneo e lhe mostrara “um míssil balístico Atlas”. Conforme a explicação do general, a ogiva daquele míssil mataria, no ato da explosão 500 mil pessoas em Moscou, deixando milhões de feridos. Em Pequim a ogiva mataria 700 mil pessoas no instante da explosão, em Xangai mataria um milhão; todas essas informações não fizeram sentido naquele momento conforme o autor, porém, “segundo Flávio Tavares, tudo isso faria sentido dois anos depois”.⁸⁴

Como mencionado acima, ciente da capacidade militar estadunidense, o presidente Goulart instruiu seu embaixador em Cuba Luiz Leivas Bastian Pinto que realizasse “gestão junto a esse Governo a fim de paralisar a construção das bases [...] Reafirmo (Hermes Lima) o

⁸² Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 795. CONFIDENCIAL URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸³ Idem.

⁸⁴ FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P. 277.

nosso total apoio para obter garantias à integridade territorial de Cuba.”⁸⁵ O governo brasileiro queria evitar que uma guerra nuclear eclodisse.

Concordamos com Domingos (2014) ao reconhecer que o governo Goulart seguia firmemente os princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos de sua Política Externa Independente mesmo “sob as mais fortes pressões, não recuava de seus princípios de política externa”. Atitude que desagradou o Departamento de Estado e o presidente John Kennedy.

2.2. A Ação Conjunta com os Estados Unidos

O Governo brasileiro continuou inserindo-se na questão de Cuba, buscando encontrar uma solução pacífica para a crise dos mísseis. Apesar de seu posicionamento na OEA ter desagradado o governo estadunidense, o Brasil se envolveu em uma ação conjunta aos Estados Unidos na tentativa de obter a retirada dos armamentos ofensivos da ilha.

Conforme Hershberg (2004), a ideia de enviar uma mensagem direta a Castro para pressioná-lo a remover os mísseis de Cuba havia sido levantada pelo secretário de Estado Dean Rusk, com certa descrença no sucesso de tal iniciativa, em uma reunião ocorrida na tarde de 16 de outubro 1962, entre o presidente Kennedy e os seus conselheiros. Seria uma possível ação antes de lançar um ataque à ilha e a mensagem deveria ser levada a Castro por um intermediário. No entanto, essa possibilidade foi descartada e decidiu-se pelo bloqueio e as medidas anunciadas pelo presidente Kennedy em seu pronunciamento em 22 de outubro de 1962.

A ideia de uma abordagem direta a Castro voltou a ser cogitada novamente antes do pronunciamento do presidente Kennedy em 22 de outubro de 1962. Como revela a Ata 505ª Reunião do Conselho Nacional em 20 de outubro de 1962, 14:30 – 17:00, “houve uma breve discussão sobre a utilidade de enviar um rascunho da mensagem a Castro e uma cópia dessa mensagem foi distribuída.”⁸⁶. Porém, a ideia não foi considerada viável e novamente descartada.

Observa-se que o presidente Kennedy e o ExComm (Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional), nas reuniões realizadas entre 16 e 20 de outubro de 1962, não viam como uma alternativa viável uma abordagem a Fidel Castro. Como já mencionado seria

⁸⁵ Despacho telegráfico para a Embaixada em Havana. Num. 170. SECRETO EXTREMA URGÊNCIA. Assunto: Questão de Cuba. Data: 26, de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸⁶ FRUS 1961-1963, Vol XI p. 131.

necessário um intermediário para transmiti-la. Assim, de acordo com Hershberg (2004), o secretário de Estado, Dean Rusk, havia cogitado inicialmente a embaixada canadense, mas acabou optando pela embaixada brasileira. O governo brasileiro havia desagradado a administração em Washington com seu posicionamento na OEA (Conferência em Punta del Este em janeiro na Reunião Informal dos Chanceleres em New York início de Outubro de 1962), obviamente não contava com a confiança estadunidense para desempenhar tal função.

“Embora Rusk certamente preferisse não confiar nos brasileiros (com os quais Washington discordou repetidamente em relação a Cuba) as autoridades americanas respeitavam o profissionalismo dos diplomatas brasileiros. Nenhum outro estado com uma embaixada em Havana tinha os atributos do Brasil, um país que estava firmemente inserido no campo ocidental, era um ator regional importante e tinha um governo plausivelmente nacionalista que havia trabalhado duro para manter seus contatos e credibilidade com regime cubano (em parte desafiando a linha dura de Washington)”⁸⁷.

Fica evidente que havia relutância entre as autoridades em Washington em agir conjuntamente com o Brasil, mesmo que “o profissionalismo dos diplomatas brasileiros” fosse reconhecido. A Ata da 506ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional ocorrida na tarde de 21 de outubro de 1962 deixa nítido que a preocupação naquele momento era com a definição do pronunciamento que o presidente John F. Kennedy faria à nação no dia seguinte não em contatar a embaixada brasileira para uma ação conjunta.

Apesar da desconfiança em relação ao governo Goulart ter aumentado, após sua atitude “ambígua” na OEA; a documentação analisada sugere que a ideia de uma abordagem a Fidel Castro via embaixada brasileira, especificamente o embaixador brasileiro em Havana, Luiz Leivas Bastian Pinto, continuava a ser considerada, mesmo que com poucas expectativas de sucesso, “O secretário Rusk leu um rascunho que desejava enviar ao embaixador do Brasil em Cuba descrevendo uma abordagem a Castro, como objetivo de convencê-lo a romper com os russos.”⁸⁸

Conforme Hershberg (2004), as autoridades estadunidenses começavam a reconsiderar a possibilidade de uma abordagem direta a Castro. Em 24 de outubro de 1962, na tentativa de verificar a disposição de Castro sobre a expulsão das armas ofensivas soviéticas; caso os Estados Unidos se comprometessem a não invadir Cuba e a possibilidade de retornar a organização hemisférica; tal abordagem deveria coincidir como um aperto da quarentena para que surtisse o efeito esperado.

⁸⁷ HERSHBERG, 2004. p. 10.

⁸⁸ FRUS 1961-1963, Vol XI, p. 221-226.

Enquanto o ExComm considerava uma abordagem direta a Castro, o Itamaraty recebia informações do seu embaixador em Havana sobre a situação em Cuba, Bastian Pinto, reportava que o embaixador da Iugoslávia, Boško Vidaković, havia lhe informado que

“Dorticós extremamente perturbado, disse-lhe que aviões americanos estão fazendo voos de baixo nível [rasantes] sobre Cuba e, de acordo com informações obtidas nas últimas horas, o ataque americano é iminente; seria mesmo um “milagre” se o ataque não vier esta noite, repito: esta noite. Ele disse que Cuba está disposta a negociar qualquer solução incluindo o desarmamento, a desnuclearização, e a neutralização, repita neutralização, uma vez que não se renderia com as mãos amarrada para os Estados Unidos da América.”⁸⁹

O governo brasileiro já havia instruído seu embaixador em Havana, Bastian Pinto, que fizesse gestões junto ao governo cubano para paralisar a construção das instalações do armamento ofensivo segundo a documentação analisada e mencionada anteriormente, quando recebeu estas informações de Havana. A situação era preocupante e as informações recebidas do embaixador brasileiro no México, Manuel Pio Corrêa, corroboravam a preocupação e até mesmo a agravavam

“O Subsecretário das Relações Exteriores me comunicou sua convicção de que os Estados Unidos não estão dispostos a negociar em torno da questão de Cuba e estão decididos a intervir militarmente na ilha, pois estão persuadidos de que a base militar e política ali estabelecida pela URSS rompeu o equilíbrio mundial entre os dois blocos”.⁹⁰

Percebe-se que o governo brasileiro se via cada vez mais preocupado com uma possível invasão de Cuba e que não contaria com apoio numa possível oposição de uma invasão, pois, ainda de acordo com o telegrama recebido da embaixada no México, este declarava que este país “não se oporá a uma solução de força que não poderia impedir”⁹¹; o que, segundo Domingos (2014), tornava a posição do Brasil em âmbito continental mais difícil.

O que o governo Goulart não imaginava era que dois dias antes ao recebimento do telegrama da embaixada no México, o ExComm havia se reunido e que a possibilidade de uma abordagem a Castro fora levantada novamente. E o embaixador brasileiro em Havana deveria levar a mensagem. Durante a reunião de 25 de outubro de 1962⁹², Dean Rusk salientou que o embaixador brasileiro em Cuba informaria a Castro que Cuba teria pouco tempo para permanecer ligada à União Soviética e apelar para que ele rompesse tais laços

⁸⁹ Telegrama da Embaixada em Havana. Num 347. SECRETO. Assunto **Questão de Cuba**. Data 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

⁹² Resumo da 5ª Reunião do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional, 25 de outubro de 1962, 17h. in: FRUS 1961-1963, Vol. XI, p. 205.

permitindo que outro governo pudesse acabar com a dependência em relação à União Soviética⁹³.

O presidente Kennedy aprovou a abordagem direta a Castro em 26 de outubro, às 14:00 desse dia. O Departamento de Estado enviou um telegrama para a embaixada no Brasil, informando que o presidente concluíra “que chegou a hora de um representante de um país amigável discutir sozinho com Castro a situação em que os soviéticos o colocaram”⁹⁴. As instruções também se referiam ao fato de que o embaixador brasileiro em Cuba, Bastian Pinto, “é a melhor pessoa para fazer isso” e especificavam que “essa abordagem de Fidel dever ser tratada de modo a deixar absolutamente claro a Castro que é uma iniciativa exclusivamente brasileira” e, obviamente, “a necessidade absoluta de sigilo”.⁹⁵

Verifica-se que, desse modo, tinha início a ação conjunta entre o Brasil e os Estados Unidos na tentativa de obter a remoção dos armamentos nucleares de Cuba. O documento explicitava que o embaixador brasileiro deveria comunicar a Fidel Castro que:

1. O mundo agora sabe, sem qualquer dúvida e com grande detalhe, a natureza e o tamanho do desenvolvimento da capacidade de mísseis ofensivos soviéticos em Cuba. Não pode haver nenhuma pergunta válida na mente de ninguém neste ponto.
2. A ação da União Soviética em usar o solo cubano como locais para mísseis nucleares ofensivos capazes de atingir a maior parte do Hemisfério Ocidental colocou em risco o futuro do regime de Castro e o bem-estar do povo cubano.
3. Os países do Sistema Interamericano, por unanimidade, solicitaram sua remoção, aprovaram e estão participando das medidas tomadas para eliminar essa ameaça soviética a todos eles.
4. A União Soviética está girando em torno de seus navios de carga em face da quarentena dos EUA que os países do hemisfério autorizaram. A União Soviética não só não está apoiando Cuba neste assunto, mas numerosos apelos foram dados pelos altos funcionários soviéticos aos governos aliados para o intercâmbio de sua posição em Cuba para concessões pelos países da OTAN em outras partes do mundo. Assim, você não está apenas sendo usado para fins que não interessam a qualquer cubano, mas desertado e ameaçado pela traição.
5. É também sabido que os trabalhos estão a avançar rapidamente para completar e operacionalizar as instalações de mísseis nucleares ofensivos e para montar os bombardeiros de IL-28. Os países ameaçados claramente não podem ficar parados enquanto a ameaça contra eles está sendo aumentada dessa maneira. Mais passos terão de ser dados contra Cuba e muito em breve.
6. Castro talvez se lembre de que o presidente Kennedy disse publicamente que apenas duas questões não eram negociáveis entre Castro e os EUA - os laços político-militares com a URSS e a atitude agressiva em relação aos assuntos internos

⁹³ Enquanto o Departamento de Estado deliberava sobre uma abordagem direta a Castro via intermédio da embaixada brasileira em Havana em 25 de outubro de 1962, Hershberg (2020) aponta que no mesmo dia Goulart se encontrara com o embaixador soviético, Fomin, contando-lhe que não havia convidado Gordon para “reuniões pessoais” como fizera com ele, porque aquele se comportava do modo “histérico e nervoso”, conforme o autor não era a primeira vez que o presidente brasileiro criticava o embaixador estadunidense e não seria a última.

⁹⁴ Não nos parece que o presidente Kennedy realmente, considerasse o Brasil um país amigável. As relações bilaterais entre ambos os países na ocasião era delicada, os vínculos de Goulart com a esquerda e conforme Loureiro (2012) a infiltração comunista constatada por uma equipe estadunidense que veio ao Brasil avaliar a situação financeira e política, não indica que essa fosse a verdadeira caracterização do país pelas autoridades em Washington.

⁹⁵ Telegrama do Departamento de Estado para a Embaixada no Brasil, Num 1055, 26 de outubro de 1962, 14h. in FRUS 196101963, Vol. XI, p. 228-229.

de outros países latino-americanos. Essa visão será compartilhada por outros membros do Sistema Interamericano. É claro que isso agora significa desistir da capacidade nuclear ofensiva que está sendo estabelecida em Cuba e enviar pessoal militar soviético, sobre o qual a ajuda certamente pode ser dada, se necessário. Dessas ações, muitas mudanças nas relações entre Cuba e os países da OEA, inclusive os EUA, poderiam fluir.

7. O tempo é muito curto para Cuba e para Castro decidir se dedicará suas grandes habilidades de liderança ao serviço de seus povos cubanos ou se servirá como peão soviético em sua luta desesperadamente arriscada pelo domínio do mundo pela força e ameaça da força.

8. Se Castro tentar racionalizar a presença desses mísseis devido ao temor cubano de uma invasão dos EUA, o embaixador Bastian deve responder que está confiante de que a OEA não aceitaria uma invasão de Cuba uma vez que os mísseis fossem removidos e que os EUA não arriscaria perturbar a solidariedade hemisférica invadindo uma Cuba claramente comprometida com um caminho pacífico.⁹⁶

Nota-se que as instruções eram específicas e que o embaixador brasileiro, Luis Leivas Bastian Pinto, era o emissário em quem o Departamento de Estado confiava para executar a missão dada. Além de evidenciar que elas “deveriam ser levadas para Havana por correio especial em um avião especial o mais rápido possível”. A instrução sobre o correio especial, segundo Hershberg (2004), se deve ao fato de que a CIA relatara que a segurança do tráfico diplomático e comunicações brasileiras de alto nível haviam sido comprometidas.

O embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, recebeu o telegrama ainda na sexta-feira dia 26 de outubro, e, de acordo com Hershberg (2004), retransmitiu a mensagem ao ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima, que deveria repassá-las a Bastian Pinto. Na noite do dia seguinte, o embaixador estadunidense teria na ocasião relatado a mensagem que seria enviada a Fidel e entregou “a tradução da mensagem de oito pontos para Hermes, que a embaixada havia datilografado em papel comum para esconder sua origem.”⁹⁷

O governo brasileiro vinha tentando encontrar uma solução pacífica para a crise dos mísseis de modo que pudesse sustentar sua defesa dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos e, conseqüentemente, sua política externa. Domingos (2014) evidencia que o embaixador estadunidense procurou Hermes Lima em sua residência, e que “seria um retrocesso da Política Externa Independente” não atender um pedido da embaixada de “uma das duas superpotências”.

Segundo Hershberg (2004), após um período de três anos de reações hostis estadunidenses aos esforços de mediação do Brasil entre Estados Unidos e Cuba; o pedido do embaixador estadunidense, Lincoln Gordon, representava uma “oportunidade e um ponto de partida marcante”; ao qual Hermes Lima acolheu de bom grado, pois, ao mesmo tempo

⁹⁶ Telegrama do Departamento de Estado para a Embaixada no Brasil, Num 1055, 26 de outubro de 1962, 14h. in FRUS 196101963, Vol. XI, p. 228-229.

⁹⁷ HERSHBERG, 2004, p. 38.

agradaria os Estados Unidos e àqueles defensores da “soberania e segurança” de Cuba além do fato de que, se obtivesse sucesso, a mediação ressaltaria a posição “independente do Brasil”.

Surgia dessa forma a oportunidade de mediação, a qual o Ministro das Relações Exteriores e Primeiro Ministro Hermes Lima aceitaram prontamente e informaram ao embaixador estadunidense, Lincoln Gordon, que o governo brasileiro já vinha agindo no sentido de tentar convencer a liderança cubana em aceitar a remoção das armas nucleares ofensivas sob a inspeção da ONU. Informara-lhe ainda que Bastian Pinto havia enviado um telegrama⁹⁸, no qual dizia que o governo cubano havia convidado o Secretário Geral da ONU, U-Thant, para visitar Havana.

O embaixador estadunidense, Lincoln Gordon, enviou no dia seguinte ao Departamento de Estado um telegrama reportando sua visita a Hermes Lima, que havia lhe transmitido à mensagem conforme as orientações recebidas e que este lhe dissera que “a nova sugestão era um complemento perfeitamente natural para o que eles estavam fazendo e disse que ele iria fazer.”⁹⁹ Gordon também informava que reiterou ao Primeiro-Ministro brasileiro a necessidade de “maior sigilo” e que houvesse apelo a Castro para que “se divorcie do controle soviético”.

O governo brasileiro aceitou a solicitação estadunidense, porém, não seria Bastian Pinto quem transmitiria a mensagem a Fidel Castro, mas o general Chefe da Casa Militar Albino Silva, conforme Hershberg (2004), Hermes Lima havia sugerido a Gordon como “melhor mensageiro”. Mal acabara de aceitar a proposta de mediação entre Washington e Havana, o governo brasileiro já estava modificando as instruções recebidas, uma vez que a documentação analisada evidencia que o Departamento de Estado elegera como intermediário o embaixador Luiz Leivas Bastian Pinto.

Ainda segundo Hershberg (2004), o primeiro-ministro, Hermes Lima, disse ao embaixador estadunidense que entraria em contato com o presidente Goulart, que voltava de Brasília, então enviaria Albino Silva. Também lhe disse que, possivelmente, os jornais locais divulgariam a viagem de “um representante brasileiro a Cuba”. Porém, o motivo de tal viagem não seria divulgado e o embaixador Gordon teria enfatizado o fato de que a ideia de mediação estadunidense não poderia ser cogitada. No entanto, o que Hermes Lima prometera;

⁹⁸ Telegrama da Embaixada em Havana. Num 352. SECRETO EXTREMA URGÊNCIA. Assunto: **Questão de Cuba. Convite de Fidel Castro ao Secretário Geral da ONU para ir a Havana.** Data 27 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁹⁹ Telegrama da Embaixada do Brasil para o Departamento de Estado. Num 902, 28 de outubro de 1962, in FRUS 1961-1963, Vol. XI, p. 278.

não aconteceria; então falou com Goulart que consentiu a realização da mediação via Albino Silva.

O governo brasileiro sabia que seu posicionamento na OEA não agradara a cúpula administrativa em Washington e ação conjunta poderia reverter essa insatisfação, se bem sucedida, no entanto, não seguia as instruções da mediação conforme repassadas pelo Departamento de Estado. Mesmo sem saber da modificação do emissário a Havana, a insatisfação com a atitude brasileira se fazia sentir; o embaixador Roberto Campos transmitiu ao Itamaraty¹⁰⁰ o que estava acontecendo. O chefe da delegação brasileira na Junta Interamericana de Defesa e adidos militares brasileiros sugeriu ao Estado Maior das Forças Armadas que o governo brasileiro disponibilizasse membros de suas Forças Armadas para auxiliar o bloqueio de Cuba autorizado pela OEA. Campos ainda esclarecia que não havia recebido nenhuma solicitação ou pressão a esse respeito, do Departamento de Estado, porém, percebera o anseio de que o governo brasileiro o fizesse e decepção por ainda não tê-lo feito.

Fica claro que a insatisfação em relação a não cooperação militar brasileira com o bloqueio era perceptível; o governo Goulart deveria saber que o Departamento de Estado se sentiria insatisfeito ao saber que, ao invés do embaixador Bastian Pinto transmitir a mensagem a Fidel Castro, o general Albino Silva o faria, o qual o Departamento de Estado classificava como esquerdista e antiamericano, conforme Hershberg (2004)¹⁰¹.

O governo Goulart, ao se envolver na mediação entre Washington e Havana durante a Crise dos Mísseis através de sua Política Externa Independente, “procurou interferir no curso da História”¹⁰². Se bem sucedida, a missão elevaria a posição do Brasil em âmbito externo e interno. Entretanto, a ação conjunta aos Estados Unidos acabou se transformando na missão Albino Silva à revelia do Departamento de Estado.

¹⁰⁰ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 810. SECRETO URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data 31 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

¹⁰¹ A infiltração comunista na administração Goulart era um complicador nas relações bilaterais Brasil-EUA. Conforme Loureiro (2012), tal infiltração havia sido constatada em meados de 1962, por uma equipe estadunidense enviada ao Brasil. O que levou a uma mudança do auxílio econômico prestado ao país. A missão Drapper, que esteve analisando a situação financeira brasileira em outubro de 1962, a classificava como catastrófica e recomendava a suspensão do auxílio econômico, como forma de promover a deterioração econômica brasileira, e consequentemente a queda de Goulart. O autor evidencia que para reverter esse quadro o secretário assistente da Aliança para o Progresso sugeria um programa passo-a-passo que forçasse Goulart a alinhar-se aos EUA e afastar-se definitivamente dos comunistas. Enviar um emissário considerando “esquerdista” (leia-se comunista) e uma ação solicitada por Washington durante a crise dos mísseis, traria mais dificuldades as relações ente ambos os países, num momento em que o auxílio econômico estadunidense era essencial.

¹⁰² DOMINGOS, 2014, p. 224.

2.3. A Missão Albino Silva

O governo Goulart aceitou participar de uma ação conjunta aos Estados Unidos: a qual seria levar uma mensagem direta a Fidel Castro na tentativa de convencê-lo a romper com a União Soviética e remover os armamentos ofensivos nucleares. As instruções recebidas para execução da mediação solicitavam que o embaixador brasileiro em Havana transmitisse a mensagem, porém, o governo brasileiro designou o Chefe da Casa Militar o general Albino Silva.

A solicitação de mediação havia sido feita no sábado ao primeiro-ministro Hermes Lima. No domingo à tarde, o governo brasileiro recebera um telegrama da embaixada em Havana, comunicando-lhe “que este governo receberá com o maior prazer o general Albino Silva”¹⁰³. Este, segundo Hershberg (2004), teria informado Gordon no fim daquela noite que o general Albino Silva viajaria a meia-noite de domingo para transmitir a mensagem a Fidel Castro.

No mesmo dia que se iniciava a missão Albino Silva, o jornal *O Estado de São Paulo* na edição de domingo, 28 de outubro de 1962, anunciava “**Kennedy pronto a levantar o bloqueio de Cuba se a URSS inutilizar as bases na ilha sob o controle das Nações Unidas**”. A reportagem relatava que o presidente Kennedy, ao responder a carta¹⁰⁴ de Khrushchev, aceitaria suspender a quarentena e garantir que não invadiria Cuba, se o governo soviético concordasse em retirar as armas e inutilizar as instalações. Em sua resposta à Khrushchev, o presidente Kennedy alegava estar aguardando que as medidas indispensáveis fossem adotadas rapidamente nas Nações Unidas; para que seu governo pudesse então remover o bloqueio.

Tanto a reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* quanto o telegrama enviado pelo presidente Kennedy indicam que a crise dos mísseis se encaminhava para um fim, ao menos de sua fase mais aguda. Entretanto, a missão Albino Silva prosseguia, como revelam os telegramas enviados pelo Itamaraty à Havana, informando o envio para lá o “Chefe da Casa Militar do Presidente, que lhe comunicará pessoalmente a missão de que está encarregado”¹⁰⁵,

¹⁰³ Despacho telegráfico da Embaixada em Havana. Num. 172. SECRETO URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data 28 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

¹⁰⁴ Telegrama do Departamento de Estado para Embaixada na União Soviética. Num. 1020. In FRUS, 1961-1963, Vol. XI, p. 290.

¹⁰⁵ Despacho telegráfico da Embaixada em Havana. Num. 172. SECRETO URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data 28 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

bem como informações sobre o horário e número do “vôo Panair Caravelle SE 210 prefixo PP-PDU previsto sair do Rio às 24 horas”.¹⁰⁶

Segundo Hershberg (2004), no dia 29 de outubro de 1962, segunda-feira, os primeiros indícios de que a ação conjunta Brasil/Estados Unidos não estava sendo conduzida em conformidade com as instruções do Departamento de Estado foram notadas pelo embaixador Lincoln Gordon. “Ao chegar ao Palácio das Laranjeiras, o embaixador encontrou Goulart em clima de comemoração.”¹⁰⁷ Ainda conforme o autor o que causou maior insatisfação foi ter recebido a informação de que Albino Silva estaria transmitindo a mensagem¹⁰⁸. Mencionamos anteriormente que o primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores haviam informado que Albino Silva iria à Havana. Parece, no entanto, que Gordon imaginou que este apenas levaria ou transportaria a mensagem a Bastian Pinto, indicado e solicitado para transmitir a mensagem e não que Albino a transmitiria. O governo brasileiro teria lhe prometido passar maiores informações sobre a missão assim que Albino retornasse.

As notícias sobre a missão chegaram às 23:30 do dia 29 de outubro 1962 ao Itamaraty; a correspondência continha o pedido de que fosse “transmitida ao Presidente da República” e informava que Fidel Castro havia visitado a embaixada em Havana. O encontro foi prolongado “durou mais de uma hora”; ele “manifestou satisfação com o interesse do Presidente João Goulart em cooperar para a solução honrosa da atual crise, bem traduzida na iniciativa de enviar seu representante pessoal a esta cidade.”¹⁰⁹

Como mencionado acima, os líderes das duas superpotências estavam negociando uma solução para a Crise dos Mísseis, sem a participação de Cuba nas negociações. Naturalmente, o que deixou Fidel Castro insatisfeito, e o que é revelado pelo general Albino Silva

Considera a evacuação de Guantánamo ponto básico dos entendimentos em curso a qual empresta sentido de demonstração de sinceridade da decisão de conferir a Cuba real garantia contra agressão. Recusa-se de pleno a inspeção unilateral em território de Cuba como ofensiva ao brilho do seu povo. Vê, entretanto, com simpatia a realização da mesma medida simultaneamente em territórios onde se situam franca ameaça a integridade e soberania deste país. [...] ele expressou-me em particular, toda confiança na linguagem franca e objetiva que usei durante a palestra que mantivemos.¹¹⁰

¹⁰⁶ Despacho telegráfico da Embaixada em Havana. Num. 172. SECRETO URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data 28 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

¹⁰⁷ HERSHBERG, 2004, p. 42.

¹⁰⁸ Muito provavelmente o embaixador Lincoln Gordon teria se aborrecido ainda mais, se tivesse sido informado que na noite de 29 de outubro João Goulart havia se encontrado novamente, com o embaixador soviético, e que fizera elogios a Khrushchev pelas atitudes por ele tomadas que levaram a solução da crise dos mísseis, segundo Hershberg (2020).

¹⁰⁹ Telegrama da Embaixada em Havana. Num 359. SECRETO URGENTÍSSIMO. Assunto **Questão de Cuba**. Data: 22 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

¹¹⁰ Idem.

Percebe-se que o general Albino Silva estava satisfeito com o encontro com o primeiro-ministro cubano, mesmo porque de acordo com o telegrama citado ele lhe havia prometido mantê-lo informado sobre as conversas que teria com o secretário geral da ONU. Entretanto, a situação não parecia de fácil solução ao governo brasileiro, já que Castro demonstrava insatisfação entre Kennedy e Khrushchev, por isso, tentava inserir-se nelas, exigindo a devolução de Guantánamo e inspeções mútuas, criando assim um impasse. Esse impasse poderia atrapalhar os interesses do governo Goulart, “quanto antes se resolvesse a questão de Cuba, mais tempo e energia teria para se dedicar a seus assuntos internos, com especial atenção a propaganda para o retorno do presidencialismo.”¹¹¹

A ação conjunta não parecia estar surtindo o efeito esperado e o clima de comemoração tornava-se preocupação, principalmente porque a edição do jornal *O Estado de São Paulo* do dia seguinte, 30 de outubro de 1962, além de estampar em sua capa que “**Kruchev retira os foguetes de Cuba**” divulgava a missão Albino Silva¹¹². Conforme a reportagem, o general Albino Silva viajara de forma “misteriosa” à Havana, o que provavelmente indicava que o Brasil assumia um papel importante na crise cubana e que poderia ser uma das nações requisitadas pelo secretário geral da ONU, U Thant para mediar o problema cubano.

A notícia da missão Albino Silva causou alvoroço na imprensa nacional, “nesse mesmo dia tantos foram os pedidos de entrevistas e questionamentos a cerca do emissário brasileiro a Cuba que o primeiro-ministro Hermes Lima concedeu uma entrevista coletiva no Palácio do Itamaraty.”¹¹³ A curiosidade sobre o assunto era normal, pois a notícia de que os armamentos estavam sendo retirados fazia crer que a crise caminhava para uma solução. Então, o que faria um emissário brasileiro em Havana era o que o ministro das Relações Exteriores deveria responder

O general Albino Silva foi a Havana para levar ao Governo de Cuba a reafirmação dos nossos pontos de vista que ali já haviam sido expostos pelo Embaixador Bastian Pinto. Entendemos que com as novas perspectivas e solução pacífica da crise, seria oportuno que ali, junto ao Governo de Havana, tivéssemos do lado do Embaixador Bastian Pinto, cuja a atuação quero louvar e agradecer, um emissário especial, um representante do Governo na reafirmação da linha das nossas sugestões com as quais julgamos estar contribuindo para o processamento de negociações e contatos indispensáveis.¹¹⁴

¹¹¹ DOMINGOS, 2014, p. 242.

¹¹² Goulart também falou sobre a missão Albino Silva ao embaixador da URSS de acordo com Hershberg (2020). Discutiremos tal revelação no terceiro capítulo.

¹¹³ DOMINGOS, 2014, p. 244.

¹¹⁴ Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Em 30 de outubro de 1962. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis. 378 f. Porto Alegre: UFRSG, 2014, Tese (Doutorado em História) –

Ainda conforme Domingos (2014), as perguntas sobre a missão se referiam às possibilidades dessa relacionar-se a: neutralização de Cuba; as sugestões feitas àquele governo; as consequências de tais sugestões; estímulo ao restabelecimento da democracia representativa; normalização das relações com os vizinhos americanos; todas respondidas. Contudo, a pergunta que, provavelmente, gerou mais desconforto foi a que se referia à possibilidade de uma mediação brasileira cuja resposta foi: o governo brasileiro havia tomado a iniciativa por conta própria devido a gravidade da situação internacional, pois um país como o Brasil comprometido a defender a paz deveria tomar alguma atitude para a manutenção da paz, portanto, não havia mediação.

O general Albino Silva chegou ao Brasil na quinta-feira 1 de novembro e também fora abordado pela imprensa, a qual teria mencionado o desmonte das instalações dos mísseis iniciado pela União Soviética e que obtivera êxito em sua missão, já que conseguira “levar para a ONU o problema que ela ainda não havia abrangido totalmente”.¹¹⁵ Em outra declaração à imprensa naquela ocasião “O Brasil – frisou o General Albino Silva – é o primeiro país que se dedicou a uma missão de paz e entendimento na crise cubana-americana, já que somos partidários da paz em nosso hemisfério”.¹¹⁶

Domingos (2014) evidencia que enquanto este “tentava desvencilhar-se da imprensa”, questionaram-lhe sobre seu otimismo, pois o bloqueio havia sido novamente efetivado pelos Estados Unidos. Sua resposta ao questionamento foi: o bloqueio fora uma medida tomada pelo governo estadunidense com o intuito de evitar que armas ofensivas chegassem a Cuba, e que se retomado teria menos intensidade, uma vez que as bases estavam sendo desmontadas. Nas Nações Unidas estavam sendo discutidas e realizadas negociações entre as partes interessadas para a obtenção da paz. O governo Goulart havia prometido manter sigilo sobre a ação conjunta, não obstante, observa-se que a promessa não fora cumprida.

O governo Goulart havia prometido manter sigilo sobre a ação conjunta, no entanto, observa-se que a promessa não fora cumprida. A divulgação da missão Albino Silva, na imprensa nacional e internacional – segundo Hershberg (2004) o New York Times também noticiou a viagem deste a Cuba – repercutiu em Washington como relatou o embaixador

Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2014, p. 244-245.

¹¹⁵ Estado de São Paulo, 02 de novembro de 1962. In: site: <https://acervo.estadao.com.br/procura> acesso 17/08/2019 17:54.

¹¹⁶ Jornal do Brasil, 2 de novembro de 1962, p.3. Hemeroteca Digital, acesso em 28/06/2020 às 09:15h.

Roberto Campos¹¹⁷. Fontes não identificadas da Casa Branca manifestaram suspeita em relação à missão Albino Silva. O embaixador ainda teria conversado com o presidente Kennedy, que havia lhe pedido para informar a Goulart o adiamento da visita ao Brasil para o próximo ano e referiu-se brevemente à missão Albino Silva, questionando-lhe sobre as credenciais ideológicas deste. Campos informou ao presidente Kennedy que o general Albino filiava-se “à linha nacionalista anticomunista”; ele também alertou o governo brasileiro que se fazia necessário informar o embaixador Gordon sobre o “mal-entendido”, o qual estava surgindo em Washington.

Percebe-se que o embaixador Roberto Campos demonstrava sua preocupação com o “mal-entendido” que surgia em Washington, já que Lincoln Gordon estaria ciente da missão. Hershberg (2004) evidencia que a preocupação não era sem propósito, dado que havia um memorando da CIA caracterizador de Albino Silva como um pró-comunista pretencioso de revigorar o prestígio de Fidel Castro na América Latina. A cúpula administrativa em Washington não estava satisfeita com a condução brasileira da ação conjunta.

O primeiro-ministro, Hermes Lima, conversara com o general Albino Silva no dia de seu retorno ao Brasil. De acordo com Domingos (2014), provavelmente conversaram sobre a missão que este desempenhara em Havana. Como se tratava de uma ação conjunta; Hermes Lima deveria retransmitir ao embaixador Lincoln Gordon as informações sobre a missão. Ou melhor, sobre a conversa que o enviado brasileiro tivera com Fidel Castro em Havana. O presidente Goulart havia prometido a Gordon que, após o retorno do seu enviado, lhe daria maiores informações.

Ao retransmitir as informações entre o chefe da Casa Militar general Albino Silva e Fidel Castro, segundo Hershberg (2004); Hermes Lima disse a Gordon que Castro ouvira a mensagem do general, abordando as “especificações” brasileiras para a resolução da crise: a) destruição das armas ofensivas que poderiam constituir ameaças a seus vizinhos; b) promessa de Havana em manter armamentos apenas para necessidade da defesa cubana; c) garantia de Cuba em não promover tentativas de exportação da revolução. Além de mencionar que o primeiro-ministro cubano estava insatisfeito com o acordo soviético-americano para retirar as bases de mísseis sem informar Cuba.¹¹⁸

¹¹⁷ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 815. SECRETO URGENTE. Assunto: Questão de Cuba. 01 de novembro de 1962, AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

¹¹⁸ De acordo com Hershberg (2020), o general Albino Silva, também conversou com o embaixador soviético e lhe fez um relato de sua conversa com Castro e com o secretário-geral da ONU, U Thant. “Silva chamou a missão de Thant muito unilateral e estreita”, confinada a convencer Castro a aceitar a inspeção internacional do desmantelamento e partida dos mísseis soviéticos. (HERSHBERG, 2020 p. 21). O relato da conversa com Castro será discutido no terceiro capítulo.

Como mencionado anteriormente neste tópico, Hermes Lima, de acordo com o telegrama nº 359 recebido de Havana em 29 de outubro de 1962, ainda informou que Albino percebeu a recusa de Castro de uma “inspeção unilateral da ONU como ofensiva”, e que ele queria a evacuação de Guantánamo “ponto básico” para um acordo, a fim de normalizar as relações de Cuba com o hemisfério.

A ação conjunta não surtira o resultado esperado. O embaixador Gordon, conforme Hershberg (2004), não expressou nenhuma resposta sobre o relato que ouvira. Naquele momento, teria sim avisado apenas que a inserção de Guantánamo atrapalharia as negociações e iria informar a Washington à conversa que tiveram.

Ainda segundo Hershberg (2004), as autoridades americanas não viram como algo impressionante o resultado da conversa de Castro com Albino e ficaram perplexos com o fato deste ter manifestado a imprensa o sucesso de sua missão. O que teria irritado as autoridades do Departamento de Estado, estes não enxergavam a missão como bem sucedida e, obviamente, muito menos a publicidade dada a ela, pois a mesma deveria ser secreta.

Provavelmente, a nota oficial divulgada pelo governo brasileiro sobre a missão Albino Silva não contribuiu para diminuir a irritação das autoridades do Departamento de Estado¹¹⁹. A referida nota informava que, no dia 2 de novembro de 1962, o primeiro-ministro e o presidente da República receberam o general Albino Silva que retornava de Cuba. Este lhes relatara as conversas que estabelecera com Fidel Castro e com U Thant e, ainda conforme a nota o governo brasileiro, declarou a crença de que o problema em questão seria solucionado nas Nações Unidas.

Conforme Domingos (2014), foi essa a versão que o governo brasileiro apresentou da missão Albino Silva, “que constituía mais uma forma de valorizar a Política Externa Independente do governo Goulart frente à opinião pública brasileira”. Fica evidente que o verdadeiro conteúdo da missão e sua origem não haviam sido reveladas. Todavia, a ampla publicidade que esta recebera não estava em conformidade com as instruções recebidas do Departamento de Estado, com as quais o governo brasileiro concordara e prometera manter sigilo.

Anteriormente neste capítulo; observou-se a relutância do Departamento de Estado e do presidente John Fitzgerald Kennedy em considerar uma abordagem direta a Castro. Estes estavam céticos quanto à eficácia de tal iniciativa e não confiavam no governo brasileiro para intermediar a mensagem, mesmo reconhecendo o profissionalismo dos diplomatas brasileiros,

¹¹⁹ O Estado de São Paulo, 02 de novembro de 1962, contracapa. In: site: <https://acervo.estadao.com.br/procura> acesso 17/08/2019 17:54.

no entanto, o presidente Kennedy aprovou esta medida. Ele havia aprovado a ação conjunta ao Brasil, porque “estava ficando desesperado para encontrar uma solução política¹²⁰”, além desta, outras medidas foram tomadas nesse intuito.

A crise ou sua fase mais crítica estava sendo solucionada quando a missão Albino Silva iniciou-se, apesar do ceticismo em Washington quanto a um resultado positivo. O governo brasileiro não cumpriu as instruções que havia recebido da maneira planejada, porém, a executou. A mensagem a Castro fora transmitida, mas a exigência da devolução de Guantánamo a Cuba impediu a mediação de avançar; o que teria acontecido mesmo que Bastian Pinto tivesse sido o interlocutor, como queria o Departamento de Estado.

A publicidade sobre a missão também contribuiu para o aumento da insatisfação em Washington. As declarações de ter “obtido êxito” do general Albino Silva juntamente com a nota oficial divulgada pelo governo Goulart, mesmo não revelando o conteúdo e origem da iniciativa, “apenas aprofundou as dúvidas dos EUA sobre a maneira como Goulart lidou com a situação”¹²¹. A oportunidade de reverter a insatisfação e desconfiança em Washington fora perdida.

Hershberg (2020) evidencia que Goulart estava realizando um jogo de equilíbrio entre as duas superpotências envolvidas na crise dos mísseis, ora elogiando as ações de Khrushchev, ora parabenizando Kennedy pela vitória dos Estados Unidos na crise. O presidente brasileiro, em suas conversas com o embaixador soviético, parecia mais simpático à atuação internacional da URSS, sendo assim o interesse brasileiro de reverter à insatisfação estadunidense estivesse em segundo plano.

O Brasil havia inserindo-se na questão cubana levando à Assembleia Geral das Nações Unidas seu projeto de desnuclearização da América Latina e África; e tentando mediar o impasse criado em torno da inspeção do desmonte das bases e retirada das armas nucleares, através do secretário geral da ONU, U-Thant. O pedido era que ele levasse a proposta de intermediação brasileira como se fosse sua; tais iniciativas foram abordadas no capítulo anterior e, assim como a missão Albino Silva, não obtiveram sucesso.

Observa-se que as atitudes tomadas pelo governo brasileiro para tentar alcançar uma solução pacífica para a Crise dos Mísseis e enaltecer a Política Externa Independente não atingiram o resultado esperado. A PEI, no âmbito interno graças à repercussão na imprensa nacional, contribuiu para valorizar o Brasil como ator internacional. Suas iniciativas no âmbito das Nações Unidas em grande parte foram prejudicadas pela exigência da devolução

¹²⁰ HERSHBERG, 2004, p.36.

¹²¹ HERSHBERG, 2004, p. 43.

de Guantánamo como ponto básico para negociações, a Missão Albino Silva e a sua condução pelo governo Goulart em desacordo com as instruções repassadas, contribuíram para a deterioração das relações bilatérias Brasil/Estados Unidos.

CAPÍTULO 3. Repercussão da Missão Albino Silva

O governo brasileiro havia se inserido na crise dos mísseis cubanos em uma ação conjunta aos Estados Unidos com o intuito de convencer Fidel Castro a abrir mão dos armamentos ofensivos soviéticos instalados em Cuba. Tal ação deveria ocorrer de modo secreto e em total sigilo.

No entanto, a Missão de Albino Silva foi noticiada em vários jornais em circulação na época, tornando pública a ação que deveria ser secreta. Várias especulações surgiram sobre a missão do emissário especial do presidente João Goulart a Havana.

O governo Goulart tentou colaborar para uma solução pacífica da crise dos mísseis cubanos, porém, a ampla divulgação na imprensa dada a Missão não condizia com as instruções recebidas do Departamento de Estado. As ações do governo brasileiro na condução da ação conjunta aos Estados Unidos, bem como durante a crise não corresponderam às expectativas em Washington, contribuindo para o agravamento e deterioração das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos.

3.1 A Repercussão Interna da Missão Albino Silva

Conforme Domingos (2014), na noite de 26 de outubro de 1962, o primeiro ministro e ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima, recebeu em sua casa a visita do embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon. O representante estadunidense solicitou que o embaixador brasileiro em Havana, Luiz Leivas Bastian Pinto, levasse uma mensagem a Castro na tentativa de convencê-lo a remover os armamentos ofensivos soviéticos de Cuba.

Como visto no capítulo anterior, o ministro das Relações Exteriores atendeu prontamente a solicitação estadunidense de mediar a crise entre os Estados Unidos e Cuba. Concordou que o total sigilo sobre a iniciativa deveria ser mantido e informou ao embaixador estadunidense que enviaria o general Albino Silva a Havana e que, possivelmente, a viagem deste seria noticiada, contudo, o conteúdo da mensagem e o motivo da viagem não seriam revelados.

O embaixador, Lincoln Gordon, sabia que o general Albino Silva levaria a mensagem para Havana e, provavelmente, imaginou que a entregaria ao interlocutor eleito pelo Departamento de Estado, o embaixador Luiz Leivas Bastian Pinto. Este então a transmitiria a

Fidel Castro. Não obstante, não foi o que aconteceu, visto que havia se iniciado a Missão Albino Silva.

O general Albino Silva embarcou para Havana no domingo 28 de outubro de 1962 à meia-noite com previsão de chegada às sete e trinta da manhã de segunda-feira, conforme a documentação analisada¹²². Até aquele momento, tudo parecia estar ocorrendo conforme o acordado, mas logo o não cumprimento das instruções repassadas pelo Departamento de Estado viriam à tona.

Conforme Hershberg (2004), na segunda-feira dia 29 de outubro de 1962, o embaixador Lincoln Gordon encontrou o presidente Goulart no Palácio das Laranjeiras “em clima de comemoração”. Naquele momento o embaixador estadunidense soube que a ação conjunta não estaria sendo cumprida; segundo as instruções do Departamento de Estado. Albino Silva transmitiria a mensagem a Castro; e não Bastian Pinto.

O governo brasileiro não estava cumprindo as recomendações do Departamento de Estado em relação à ação conjunta a Washington e o que era pior: a imprensa brasileira noticiava a “Missão Albino”

O General Albino Silva – disse o Chanceler, respondendo a várias perguntas sobre o assunto, que dominou a entrevista – foi levar ao Governo cubano a reafirmação dos nossos pontos-de-vista. Com as perspectivas pela solução pacífica da grave crise internacional, seria oportuno que tivéssemos em Havana ao lado do Embaixador Bastian Pinto, um emissário especial do Governo. Procuramos um caminho que assegure a normalização das relações entre Cuba e o Hemisfério¹²³.

O sigilo sobre a ação conjunta deveria ser fundamental. Desse modo, a imprensa nacional divulgava a Missão Albino Silva, entretanto, a participação estadunidense e o conteúdo da mensagem não foram revelados. Assim, as especulações sobre a viagem do general a Havana eram várias. Fato que, provavelmente, desagradou ao Departamento de Estado e aumentou a desconfiança do ExComm (Comitê Executivo do Conselho Nacional de Segurança) em relação ao governo Goulart e no êxito da ação conjunta.

No capítulo anterior foi evidenciado que, antes de aprovar a abordagem direta a Castro via intermediação brasileira, esta opção não fora aceita de imediato, mas sim após relutância e ceticismo quanto ao sucesso de tal alternativa. A ampla divulgação da viagem de um emissário especial do presidente João Goulart a Cuba e as especulações sobre os motivos desta demonstram que o ceticismo e a baixa expectativa quanto ao Brasil em Washington não eram infundados.

¹²² Despacho telegráfico da Embaixada em Havana. Núm. 173. SECRETO EXTEMA URGÊNCIA. Assunto: Questão de Cuba. Data 28 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty Brasília/DF

¹²³ Jornal do Brasil, 31, de outubro de 1962. p. 3 Hemeroteca Digital acesso:28/06/2020 09:15

O Brasil não conduziu a iniciativa conjunta em conformidade com as especificações estadunidenses, no entanto, a participação dos Estados Unidos na “Missão Albino Silva” permaneceu secreta ao menos até pouco tempo. É interessante o fato de que, na época, alguns jornais supunham que a missão do emissário especial do presidente Goulart a Havana estivesse relacionada ao pedido de outro líder: “O presidente da Iugoslávia, mar. Tito, pediu a Goulart para que o Brasil interviesse na solução das divergências entre Cuba e os Estados Unidos.¹²⁴”

O Jornal do Brasil, em sua edição de 31 de outubro de 1962 na página 2, relatava que o general Albino Silva havia se encontrado com o embaixador iugoslavo em Havana e sugeria numa conversa mantida a seguinte abordagem: “o apelo do Presidente Tito ao Presidente Goulart para que assuma iniciativa visando solucionar a crise”. Domingos (2014) evidencia o recebimento por Goulart de uma carta do presidente da Iugoslávia Joseph Broz Tito, na qual pedia aos líderes dos países “não pertencentes a blocos e independentes” que considerassem uma intermediação na crise cubana.

O jornal Última Hora na edição de 30 de outubro de 1962, por outro lado, informava que o motivo da viagem de Albino Silva a Havana devia-se a solicitações de U Thant ao governo do Brasil “para que iniciasse sondagens” a Cuba para solucionar a crise, pois seria o único país capaz de dialogar com os Estados Unidos, Cuba e União Soviética. A reportagem ainda retratava que o Brasil não foi à primeira opção para exercer o papel de intermediário

O Canadá foi o primeiro país sugerido como intermediário com receptividade nos EUA sendo rejeitado pela URSS. Lembrada a seguir, a Suécia não conseguiu aprovação. Finalmente, domingo em contato com João Goulart, que se encontrava num sítio de Jacarepaguá, o Brasil aceitou oficialmente a missão¹²⁵.

A semelhança entre o que era divulgado pelo jornal Última Hora e o que, realmente, aconteceu provavelmente deve ter deixado os observadores do Departamento de Estado muito preocupados. Como discutido no capítulo anterior, a ideia de uma abordagem direta a Castro fora do secretário de Estado Dean Rusk e este havia, de fato, cogitado a embaixada canadense. Depois optando pelo Brasil como intermediário, uma vez que a embaixada brasileira em Havana era bem relacionada.

Nota-se que o referido jornal entre os analisados foi o único que mencionou o fato de que houve aprovação das superpotências envolvidas diretamente na crise para a mediação e que o governo brasileiro estaria realizando através de seu enviado especial a Havana, o general Albino Silva. Os demais jornais como o Correio da Manhã e o Jornal do Brasil

¹²⁴ Correio da Manhã, 31 de outubro de 1962. capa. Hemeroteca Digital acesso: 27/06/2020 20:20

¹²⁵ Última Hora, 30 de outubro de 1962. Edição do Nordeste capa. Hemeroteca Digital acesso: 27/06/2020 22:00

deixaram a entender que o pedido de mediação teria partido da Iugoslávia. O jornal O Estado de São Paulo especulava sobre um convite do embaixador cubano no Brasil para a “misteriosa missão”.

O papel de mediador havia sido levantado pela imprensa nacional; o que não deveria ter acontecido e, provavelmente, deve ter pesado na decisão do ministro das Relações Exteriores em informar à imprensa que tal hipótese não correspondia à realidade dos fatos

O Chanceler Hermes Lima, em entrevista que concedeu ontem à Imprensa, [...] admitiu que o Brasil assumiu “por sua conta e risco” o papel de oferecer os seus bons ofícios no sentido de se estabelecer um *modus vivendi* entre Cuba e os países americanos de modo geral.

[...] Afirmou o Chanceler que o Brasil não está assumindo o papel oficial de mediador, respondendo a uma pergunta sobre a receptividade encontrada em Washington¹²⁶.

Ainda, segundo a mesma edição do Jornal do Brasil, o primeiro-ministro e chanceler Hermes Lima afirmava que o governo brasileiro havia tomado tal “iniciativa por contapropria” e que o Brasil não deveria deixar de tomar uma atitude para que o continente pudesse se reunificar. Era de primordial importância que a hipótese de mediação fosse descartada pela imprensa. Ao que parece, Hermes Lima conseguiu convencê-la de que a iniciativa era totalmente brasileira.

No entanto, outros questionamentos a respeito da missão Albino Silva tiveram que ser respondidos pelo chanceler. Um deles era se a missão destinava-se a promover a redemocratização ou neutralização de Cuba. Conforme noticiava o jornal Correio da Manhã de 31 de outubro de 1962, Hermes Lima negou que a “missão brasileira” objetivasse promover a retomada do “sistema representativo” e que não tinha “a incumbência de promover a neutralização da ilha”. Outro jornal da época, o Última Hora, na mesma data, divulgava que “o Premier não podia prever a consequência da atuação do general Albino Silva” e que esperava deste sua contribuição para a preservação da paz.

No dia seguinte, noticiava-se que o general Albino Silva estava retornando para o Brasil e que o presidente João Goulart havia distribuído à imprensa no dia anterior uma declaração sobre a missão

Realizamos, assim, nossa missão pacificadora fiéis à tradição brasileira e interpretando os desejos e os sentimentos do nosso povo. Coube ao Brasil a missão de contribuir para abrir o caminho às conversações, criando-se condições favoráveis aos entendimentos agora entregues à ONU por intermédio de seu Secretário-Geral Sr. Thant que, já em Havana, desenvolve sua ação de paz.

[...] Compartilho do justo orgulho do nosso povo pelo papel que o Brasil desempenhou na diminuição da tensão internacional. Estivemos sempre vigilantes,

¹²⁶ Jornal do Brasil, 31 de outubro de 1962. p.3 Hemeroteca Digital acesso 28/06/2020 09:15

na salvaguarda da autodeterminação dos povos e da defesa dos ideais de liberdade e paz universal¹²⁷.

O governo brasileiro dizia-se orgulhoso do papel que desempenhara ao contribuir para a “diminuição da tensão internacional”. Apesar da boa recepção de Castro ao enviado especial de Goulart, as exigências feitas por ele para aceitar a inspeção da retirada das armas nucleares inviabilizaram ao menos de imediato as negociações. Além do fato de que, mesmo insatisfeito com as atitudes da Khrushchev, Fidel não rompeu laços com a URSS; o que era o objetivo da abordagem direta a ele.

Não obstante, o governo brasileiro não foi único a demonstrar satisfação com o resultado da missão. Ao retornar ao Brasil, mesmo evitando falar diretamente sobre a missão e o motivo desta, o general Albino Silva disse que havia “obtido êxito”, pois “o Brasil conquistou a Copa do Mundo da diplomacia”¹²⁸.

O retorno do general Albino Silva, bem como sua viagem a Havana, foi noticiado pela imprensa. Divulgou-se que ele trazia consigo “duas mensagens: uma do Premier Fidel Castro e outra do Secretário-Geral da ONU U Thant” para o presidente Goulart e que voltaria ao Rio de Janeiro para se reportar ao primeiro-ministro Hermes Lima¹²⁹. Após ter conversado com o presidente e com o primeiro-ministro; o general declarou à imprensa

Estou orgulhoso, prosseguiu, – de ter podido, em nome do meu País, antecipar os entendimentos para terminar com a crise que vem causando apreensão em todo o mundo. Posso afirmar que o Brasil conseguiu abrir o caminho para as negociações e trazer a tranquilidade tão desejada pela humanidade¹³⁰.

Conforme noticiava a *Jornal do Brasil*, em 2 de novembro de 1962, o general Albino Silva teria declarado à imprensa em São João de Pôrto Rico que “sua missão foi no interesse da paz, já que a crise cubano-americana concernia ao Brasil, às Américas e ao Mundo”¹³¹. Fica evidente, desse modo, que a missão estava sendo considerada como satisfatória e discutida pelas autoridades na imprensa, não houve sigilo.

A demonstração de satisfação com a missão pela imprensa nacional ecoou em Washington. De acordo com Hershberg (2004), o embaixador Gordon reportou a seus superiores que o governo brasileiro estava divulgando o papel de mediador que desempenhara. Fato que contribuiu para aumentar a insatisfação estadunidense com a forma como Goulart agiu em uma questão muito sensível e importante para os Estados Unidos.

¹²⁷ *Correio da Manhã*, 01 de novembro de 1962. capa Hemeroteca Digital acesso: 27/06/2020 20:20

¹²⁸ *Jornal do Brasil*, 2 de novembro de 1962. p.3 Hemeroteca Digital acesso: 28/06/2020 09:15

¹²⁹ *Idem*

¹³⁰ *Última Hora*, 3 de novembro de 1962. p. 4 Hemeroteca Digital acesso: 27/06/2020 22:00

¹³¹ *Jornal do Brasil*, 2 de novembro de 1962. p.3 Hemeroteca Digital acesso: 28/06/2020 09:15

O embaixador Gordon havia sido avisado por Hermes Lima que, provavelmente, a viagem do general Albino Silva a Cuba seria noticiada pelos jornais locais, contudo garantiu que o conteúdo da missão não seria divulgado e muito menos sua origem, (Hershberg, 2004). Não obstante, a “missão Albino Silva” ganhou as páginas dos jornais e fora discutida pela imprensa. Realmente a origem não foi revelada, porém a motivação e o conteúdo foram bastante especulados.

Apesar das negativas do governo brasileiro em assumir “a mediação” realizada, através das declarações do primeiro-ministro Hermes Lima à imprensa negando tal fato, a impressão de que o Brasil tentava mediar a crise entre Estados Unidos e Cuba, mesmo que “por conta própria” prevaleceu.

O presidente Goulart declarou à imprensa o sentimento de orgulho em função do papel desempenhado pelo Brasil; no sentido de contribuir para a solução pacífica da crise. E seu governo emitiu nota oficial divulgada pela imprensa sobre o regresso do general Albino Silva de Havana. Na nota em questão, explicitava-se que o emissário brasileiro havia conversado com Fidel Castro e com U Thant, secretário geral da Organização das Nações Unidas e contribuía para que as negociações ocorressem sob a égide da ONU.

Conforme Domingos (2014), tal atitude do governo Goulart tinha como objetivo ressaltar a Política Externa Independente, criada por Quadros e seguida por seu governo, junto à opinião pública brasileira.

As declarações do governo brasileiro e, sobretudo, do general Albino Silva, demonstrando satisfação com o sucesso de sua missão, podem ter contribuído para valorizar a PEI junto à opinião pública interna, porém, não causaram boa impressão nas autoridades estadunidenses. De acordo com Hershberg (2004), as autoridades em Washington não se entusiasmaram com o resultado da conversa de Albino com Fidel Castro e surpreenderam-se por ele considerar a missão um “sucesso total”.

Como visto no capítulo anterior, a documentação analisada revela que Fidel Castro não estava disposto a concordar com a inspeção da retirada dos armamentos nucleares soviéticos de Cuba, visto que já havia uma solução para a crise acordada entre Kennedy e Khrushchev sem consultá-lo. Castro fez exigências para autorizar a inspeção; entre outras coisas a devolução da base militar de Guantánamo.

A missão que deveria ter sido confiada ao embaixador brasileiro em Havana, Luiz Leivas Bastian Pinto, tinha como objetivo convencer Castro a remover os armamentos nucleares soviéticos de Cuba e a romper laços com a União Soviética. Ou seja, realizar um

acordo de remoção dos armamentos com os Estados Unidos traíam Cuba e o povo cubano. Apesar de sua insatisfação com o acordo realizado entre as duas superpotências; o líder cubano não rompeu laços com a União Soviética.

Por essa óptica fica evidente que a “missão Albino Silva” não havia alcançado seu objetivo e como percebia a administração estadunidense não era motivo de comemoração. Por outro lado, mesmo não atingindo o seu objetivo, a missão contribuiu para ressaltar a Política Externa Independente internamente e irritar Washington.

Não há dúvidas de que a missão Albino Silva foi amplamente divulgada pela imprensa nacional. Várias especulações sobre seu conteúdo e objetivo foram levantadas. Mesmo que o pedido de mediação estadunidense não tenha sido revelado nem conteúdo da mensagem. O que fica claro é que não foram seguidas as recomendações feitas pelo Departamento de Estado. O que certamente acarretaria uma reação estadunidense quanto à condução desta pelo governo brasileiro.

3.2. A Reação dos Estados Unidos à Missão Albino Silva

Conforme Hershberg (2004), o embaixador Lincoln Gordon percebeu que o governo brasileiro não havia cumprido as orientações do Departamento de Estado, com ele acordadas com o premier Hermes Lima e consentidas por Goulart. Na segunda-feira, 29 de outubro de 1962, o embaixador estadunidense encontrou o presidente brasileiro comemorando a vitória dos Estados Unidos (por ter realizado o acordo de retirada dos mísseis com Khrushchev), além de informar-lhe que o general Albino Silva “estaria conversando com Castro”.

Ainda segundo Hershberg (2004), Goulart informou ao embaixador Gordon o que seu emissário diria ao primeiro-ministro cubano, além da mensagem que este havia repassado a Hermes Lima. Em linhas gerais, o general deveria explicitar que ele (Goulart) estava surpreso e triste com o fato de Castro permitir que Cuba fosse usada como mercadoria soviética. E tal atitude dificultaria a manutenção da defesa de Cuba por seu governo, por aceitar armamentos nucleares soviéticos, o que colocava em risco a segurança do hemisfério. Gordon manifestou que, no geral, a mensagem não era ruim, mas, que confiava mais em Bastian Pinto para execução da missão conforme as orientações do Departamento de Estado.

No subcapítulo anterior ficou evidenciado que o sigilo sobre a missão prometido pelo governo brasileiro não foi cumprido. Domingos (2014) ressalta que “como a situação internacional era bastante complicada, o governo brasileiro procurou manter sigilo sobre a

missão Albino Silva”. Porém, fora surpreendido pela reportagem de 30 de outubro de 1962 do jornal O Estado de São Paulo. Como vimos este não fora o único jornal a divulgar a viagem do enviado especial do presidente Goulart.

Por mais que não tenham sido revelados a origem, o pedido de mediação estadunidense e o conteúdo da mensagem, o governo brasileiro não conseguiu manter o sigilo sobre a missão. O que, obviamente, desagradou à cúpula administrativa em Washington como revela a documentação analisada

Fonte da Casa Branca, que ainda não consegui identificar, teria expressado suspicácia em relação à missão do General Albino Silva, que interpreta como destinada a facilitar a sobrevivência de Castro, acrescentando ainda que o Brasil e a Itália teriam sido no mundo ocidental os países que menos cooperativos na crise presente¹³².

De acordo com o telegrama em questão, o embaixador do Brasil em Washington, Roberto de Oliveira Campos, informava ao governo brasileiro sobre a desconfiança da administração estadunidense quanto a missão Albino Silva. E como visto no capítulo anterior, John Kennedy o havia questionado sobre as “inclinações ideológicas” do general.

O líder estadunidense havia recebido um memorando da CIA, informando que o general Albino Silva “pró-comunista”, emissário especial de Goulart, tinha se encontrado com Fidel Castro e que o seu objetivo era “restaurar o prestígio de Castro em Cuba e na América Latina, devolvendo a crise cubana ao nível de um conflito bilateral EUA – Cuba”¹³³.

A reação estadunidense não demorou, conforme Hershberg (2004), no dia 4 de novembro de 1962, Gordon “confrontou o primeiro-ministro e Ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima” quanto às atitudes do governo brasileiro durante a crise dos mísseis e, principalmente, pela forma como conduziu a missão Albino Silva. Na ocasião o embaixador estadunidense enumerou os equívocos cometidos pelo Brasil: a publicidade sobre o voto na OEA, a declaração hostil de Darcy Ribeiro, ministro da Educação, a carta um tanto quanto dura de Goulart a Kennedy e algumas declarações de Hermes Lima favoráveis ao regime cubano.

O principal equívoco cometido pelo governo brasileiro estava na maneira como conduziu a missão Albino Silva, tê-la considerado e apresentado como um sucesso:

Eu disse que nossa ideia tinha sido [um] confronto tranquilo a Castro com o embaixador Bastian Pinto, que já estava familiarizado com ele, em um esforço para explorar a reação de Castro à declaração dos perigos e desvantagens dos laços cubanos com a URSS e a grande possibilidade de melhores alternativas para eles.

¹³² Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 815 SECRETO URGENTE. Assunto: Questão de Cuba. Data: 01 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

¹³³ Memorando da CIA, A Crise: URSS/Cuba, Informação em 0600, 31 de outubro de 1962” in FRUS, 1961-1963 Vols. X-XII p.3

Em vez disso, o governo brasileiro havia dado máxima publicidade ao envio de emissários especiais, com notícias de jornal sobre um tipo de mediação que poderia muito bem acrescentar prestígio a Castro e talvez fortificar sua intransigência. Eu apontei que o governo brasileiro compartilhou conosco um forte apoio à ideia de inspeção da ONU, mas ainda não havia criticado publicamente a recusa de Castro em aceitá-la. Também achei muito desconcertante Goulart gabar-se do sucesso da missão Albino, apenas explicável como um propósito para enganar a opinião pública brasileira, já que na verdade a missão parecia um fracasso¹³⁴.

Percebe-se que as autoridades em Washington não consideraram a missão um sucesso, tendo em vista o fato do governo brasileiro ter mudado o emissário e comemorar o êxito desta. Tais atitudes não foram bem vistas e, como o embaixador estadunidense enfatizou; as recomendações do Departamento de Estado não haviam sido cumpridas e para eles a missão fora um fracasso.

Conforme Loureiro (2012), a postura brasileira durante a crise dos mísseis, a impertinência do apoio retórico ao bloqueio e a negligência quanto à ação conjunta secreta aos Estados Unidos confirmou a necessidade de promover uma mudança do regime político do governo Goulart. Ainda segundo o autor, Kennedy havia enviado em outubro de 1962, uma comissão liderada pelo general William Drapper para avaliar a situação financeira do Brasil.

Ao que parece, a avaliação foi feita durante a crise dos mísseis e o relatório da comissão Drapper foi enviado a Washington no início de novembro de 1962, logo após a fase mais crítica da crise e depois da missão Albino Silva. “O relatório da comissão apresentava uma imagem sombria das perspectivas políticas e econômicas brasileiras, propondo a derrubada de Goulart”¹³⁵.

O Brasil era economicamente dependente de capitais estrangeiros, principalmente do auxílio financeiro estadunidense. Ao tentar valorizar sua política externa com as declarações sobre a missão Albino Silva, não contribuiu para melhorar a avaliação feita pela comissão Drapper sobre o governo Goulart. De acordo com Moniz Bandeira (2011), conciliar independência política e dependência econômica não era uma tarefa fácil de realizar.

Nesse contexto, as deficiências econômicas do governo Goulart serviram para que os Estados Unidos pudessem condicionar o auxílio financeiro que o Brasil necessitava a uma mudança da orientação política de seu governo. A reação estadunidense se daria através da pressão por um programa de estabilização da economia.

¹³⁴ Gordon in HERSHBERG, 2004, p.51

¹³⁵ LOUREIRO, Felipe Pereira. The Alliance for Progress and President João Goulart's Three-Year Plan: the deterioration of U.S. – Brazilian Relations in Cold War Brazil (1962). Cold War History 2017 p. 70

Loureiro (2017) evidencia que, em seu relatório, Drapper defendia o abandono pelos Estados Unidos do auxílio financeiro ao Brasil. Sem essa ajuda; a economia brasileira se deterioraria em pouco tempo e isso levaria Goulart a buscar apoio na esquerda, o que permitiria aos militares derrubá-lo. Essa, no entanto, não era a opinião do embaixador Lincoln Gordon, nem do diretor do Conselho de Planejamento de Políticas da administração Kennedy, Walt W. Rostow.

No início de novembro, embaixador Gordon enviou um telegrama ao Departamento de Estado, informando suas considerações sobre o relatório Drapper. Embora concordasse com a gravidade da situação econômica brasileira, discordava que Goulart seria destituído da presidência se os Estados Unidos não prestassem o auxílio financeiro

Isso é altamente especulativo e nós acreditamos que é implausível. Os militares falharam em excluir Goulart em agosto de 1961 e falharam em apoiar o Congresso em setembro último. [...] Os militares podem reagir contra um óbvio golpe comunista, mas provavelmente não agirão apenas sobre a deterioração econômica geral¹³⁶.

Ainda conforme o telegrama 924 enviado ao Departamento de Estado, Gordon não acreditava que a economia brasileira se deteriorasse tão rapidamente, como sugeria o relatório. Apontava que a estabilização da economia se fazia necessária. Todavia, um programa de estabilização radical não seria “tecnicamente sólido” mediante as limitações e a taxa de inflação brasileira. O sucesso de um programa de estabilização não poderia atingir bons resultados em apenas um ano, “medidas duras” não surtiriam o efeito esperado.

O embaixador estadunidense argumentava que tentar influenciar Goulart, através de seus assessores, como San Tiago Dantas, possibilitaria a compreensão deste que a cooperação com Washington seria benéfica e do interesse do Brasil. Essa linha de ação se apresentava mais produtiva que a adoção de “um confronto rápido dramático” como sugeria Drapper.

Walt W. Rostow, diretor do Conselho de Planejamento de Políticas, compartilhava das considerações feitas por Lincoln Gordon

“Embora eu esteja perfeitamente ciente das tendências perigosas no padrão de política e comportamento político de Goulart, acredito que é muito cedo para concluirmos que ele está determinado ou é capaz de criar uma ditadura do tipo castrista no Brasil ou que ele é uma alma perdida do nosso ponto de vista.¹³⁷”

Em seu relatório, Rostow evidenciava que “um sistema monetário estruturalmente distorcido como o do Brasil” não seria solucionado rapidamente. Um programa de

¹³⁶ Telegram 924, Rio de Janeiro to Secretary of State, November 2, 1962. Mantido por JFK Library nos Estados Unidos. <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-014>. Acesso em 12/06/2018, às 21 horas.

¹³⁷ Report, Walt W. Rostow to Edwin Martin, November 14, 1962. Mantido por JFK Library nos Estados Unidos. <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF>. Acesso em 20/02/2020.

estabilização para obter resultados satisfatórios necessitava de “cinco anos”. Uma solução rápida e dramática como sugerido por Drapper, a seu ver “evidentemente não será suficiente” e “politicamente inaceitável” o que ele recomendava

É minha recomendação, portanto, que em algum momento politicamente apropriado o presidente [Kennedy] escreva a Goulart declarando especificamente o caráter de nossa preocupação com o destino da economia brasileira; identificar os principais problemas que consideramos que devem ser tratados no contexto da Aliança para o Progresso; comprometendo-nos a trabalhar sistematicamente com o Brasil para a solução deles. Se Goulart comprometer-se a si mesmo e a seu governo nesse esforço; e sugerindo, talvez o desenho de um programa conjunto EUA – Brasil no qual nosso representante seria o Embaixador Gordon¹³⁸.

Segundo Loureiro (2017), assim como houve críticas ao relatório Drapper, o autor aponta que Frank K. Sloan, secretário para Assuntos Americanos no Departamento de Estado, recomendava que o auxílio financeiro ao Brasil devesse ser condicionado a exigências como: o rompimento dos vínculos comunistas de Goulart, o afastamento de membros radicais da administração, o abandono pelo Itamaraty da Política Externa Independente e a execução de um programa de estabilização em conformidade com as normas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Caberia ao Departamento de Estado mediante as informações e recomendações recebidas, analisá-las e definir qual linha de ação seguir em relação ao Brasil. Assim que se decidiu qual atitude tomaria o secretário de Estado, Dean Rusk, comunicou-a ao embaixador Gordon. Para o secretário de Estado era inegável que um programa de estabilização não surtiria resultados producentes em apenas um ano, contudo, ressaltava que “nós não estamos dispostos nem aptos a prover os pesados recursos para satisfazer a perspectiva de um enorme déficit no balanço de pagamentos brasileiro”¹³⁹.

O documento analisado revela que os Estados Unidos colaborariam com o Brasil, caso o país obtivesse auxílio de “outros países ocidentais e instituições internacionais”. Essa colaboração estaria condicionada a uma série de medidas que o governo Goulart deveria executar: “adoção de um programa de estabilização e desenvolvimento econômico”, a eliminação “das barreiras ao investimento privado, como a lei de remessas de lucros”, a solução “do problema da expropriação e ameaça de novas expropriações”¹⁴⁰ e, por fim, que

¹³⁸ Report, Walt. W. Rostow to Edwin Martin, November 14, 1962. Mantido por JFK Library nos Estados Unidos. <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF>. Acesso em 20/02/2020.

¹³⁹ Telegram 1147, Secretary of State to Rio de Janeiro, November 15, 1962. Mantido por JFK Library nos Estados Unidos. <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-014>. Acesso em 12/06/2018, às 21 horas.

¹⁴⁰ AMFORP e ITT expropriadas pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Conforme Telegram 1147, Secretary of State to Rio de Janeiro, November 15, 1962, in JFKL.

acabasse com “a postura do governo brasileiro” de “se afastar da solidariedade hemisférica” e de “comprometer a democracia liberal e representativa no país”¹⁴¹.

Percebe-se que, entre as exigências para a colaboração financeira estadunidense, estão envolvidas questões políticas. A postura brasileira durante a crise dos mísseis e a missão Albino Silva, sustentadas pela PEI, não atenderam às expectativas e anseios estadunidenses, que agora exigiam do governo Goulart seu afastamento desta e dos vínculos que tinha com líderes trabalhistas de esquerda e comunistas.

Ainda em conformidade com o telegrama 1147 enviado pelo Departamento de Estado, o embaixador Lincoln Gordon deveria informar que, além do presidente Goulart, “funcionários-chave” da administração e lideranças do Congresso que, caso o Brasil quisesse a colaboração financeira de Washington, as medidas recomendadas deveriam ser acatadas.

Hershberg (2004) aponta que o resultado da crise dos mísseis aumentou a credibilidade dos Estados Unidos e que o momento para confrontar e fazer exigências ao governo Goulart, não só econômicas, mas principalmente políticas era propício. O governo brasileiro enfrentava uma grave crise econômica e preparava-se para reaver os poderes presidenciais no início de 1963.

Lincoln Gordon não demorou para informar ao Departamento de Estado que promover a mudança da “orientação política” do governo Goulart seria um esforço “árduo” e necessário.

Se quisermos tornar as demandas políticas explícitas, estamos dispostos a recomendar um emissário presidencial especialmente autoritário para confrontar Goulart em um futuro próximo, assumindo que se a demanda interna no Brasil deve continuar a ser minada por nomeações de esquerdistas nacionalistas extremistas em posições-chave, alguns dos quais ativamente obstruem a AFP, e se a cooperação brasileira com o sistema interamericano continuar a ser corroída, achamos que o Brasil estará bem no caminho que Cuba percorreu, caso em que os EUA não podem apoiá-lo. Acreditamos que o Procurador-Geral exclusivamente qualificado para essa função, ele pode ser proveitosamente acompanhado por Walt Rostow, para pintar o lado positivo (das demandas dos EUA) em termos mais atraentes¹⁴².

O embaixador estadunidense adiantava que “tal abordagem, sem dúvida, ativaria forças pró-comunistas em pressionar Goulart para aderir à esquerda radical” e romper com os Estados Unidos. Porém, se fosse bem executada; “pegaria Goulart na hora de máxima vulnerabilidade política, portanto, maleabilidade política”¹⁴³.

Fica evidente que os Estados Unidos decidiram condicionar seu auxílio financeiro ao Brasil por questões políticas. Ou seja, mudança da orientação política de Goulart e seu

¹⁴¹ Telegram 1147, Secretary of State to Rio de Janeiro, November 15, 1962, in JFKL

¹⁴² Telegram 977, Rio de Janeiro to Secretary of State, November 19, 1962, in JFKL

¹⁴³ Telegram 977, Rio de Janeiro to Secretary of State, November 19, 1962, in JFKL

afastamento inequívoco dos comunistas em sua administração. A abordagem escolhida foi à confrontação.

Em 11 de dezembro de 1962, o ExComm (Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional) reuniu-se para definir sua política e ações em relação ao Brasil. O memorando de tal reunião revela que as alternativas de ação referentes ao Brasil eram: a) nada fazer e permitir que o atual curso continue; b) colaborar com elementos brasileiros hostis a Goulart com intuito de causar sua queda; c) mudança na orientação política e econômica de Goulart”¹⁴⁴. A linha de ação escolhida

6. Uma confrontação com o presidente Goulart em relação a suas políticas internas e externas podem produzir uma mudança de rumo, mas é improvável que isso ocorra imediatamente. Será necessário que manter a pressão e continuamente discutir com ele tópicos específicos. Tendo em mente nossa avaliação do presidente Goulart e nossa experiência passada com ele, isto pode ser melhor alcançado a partir de:

A) Criação de uma relação pessoal entre o presidente Kennedy e o presidente Goulart com repetidas aproximações pessoais ao presidente Goulart em nome do presidente Kennedy.

B) Simples ad hoc aproximação relacionada a temas e situações específicas.

C) Procurar influenciar conselheiros-chave de Goulart receptivos a nossas visões.

D) Continuar a encorajar elementos democráticos e moderados no Congresso, nas Forças Armadas e em qualquer meio que advogue políticas domésticas e externas que possamos apoiar.

E) Ajustar a assistência estadunidense à performance brasileira.

F) Conceder toda e qualquer assistência financeira disponível requerida para preencher imediatamente o déficit de intercâmbio externo em curto prazo, sob condições que não impliquem nenhum comprometimento de longo prazo.

G) Pressionar o governo Goulart a tomar posições públicas sobre questões críticas para a cooperação Brasil – Estados Unidos.

H) Ampla tolerância às diferenças brasileiras conosco em assuntos não essenciais¹⁴⁵.

A sugestão de Lincoln Gordon foi acatada pelas autoridades em Washington e o Procurador-Geral dos Estados Unidos foi enviado para confrontar Goulart. Em 17 de dezembro de 1962, ocorreu o encontro entre Robert Francis Kennedy e João Goulart. Conforme Moniz Bandeira (2010), Robert Kennedy teria vindo ao Brasil “sem que houvesse convite do governo brasileiro”, Ferreira (2011) aponta que sua “chegada” foi “inesperada” e Loureiro (2012) revela que, apesar da contrariedade e da insatisfação com a visita, “o presidente assumiu em público total responsabilidade pelo encontro”.

O registro da conversa entre Goulart e Robert Kennedy, enviado a Washington em 19 de dezembro de 1962 e publicado como apêndice no livro de Gordon (2002) retrata que o procurador-geral transmitiu ao presidente brasileiro as preocupações de John Kennedy em relação ao Brasil: os “sinais de infiltração comunista ou de nacionalistas de extrema esquerda” em seu governo. No Exército, “na liderança dos sindicatos e organizações estudantis”, com a

¹⁴⁴ Memo, National Security Council Executive Committee, Meeting of December 11, 1962, p. 2-5 in LOUREIRO (2012) anexo documento nº 3 p. 605-610

¹⁴⁵ Idem.

“deterioração da situação econômica do Brasil” nos âmbitos interno e externo. O não pagamento de “indenização adequada” às empresas expropriadas (AMFORP e ITT), mencionou também a “omissão do próprio presidente Goulart” em posicionar-se publicamente contra o posicionamento “violentamente antiamericano” manifestado por pessoas influentes, “alguns deles dentro do governo”. Robert Kennedy disse que os Estados Unidos “queriam ajudar no desenvolvimento” do Brasil, porém, essa ajuda só aconteceria após Goulart “colocar a casa em ordem”.

De acordo com o registro de Gordon, o presidente brasileiro respondeu ao procurador-geral de modo extenso, “que durou mais de uma hora”. João Goulart principiou justificando que precisou recorrer as “forças populares” para que pudesse permanecer no poder, uma vez que “os grupos econômicos dominantes” o combatiam. Atribuiu os problemas econômicos brasileiros, principalmente, à deterioração dos preços “dos produtos de exportação” do país, o presidente brasileiro argumentou que a Aliança para o Progresso apresentaria melhores resultados, se atuasse “nas causas básicas do subdesenvolvimento” na América Latina. Disse ainda que não era comunista e que lutava contra estes ao longo de sua carreira, porém, que sofria “pressão” para aceitar empréstimos dos países socialistas, pois a população brasileira através da imprensa ouve “falar em propostas soviéticas de longo prazo” e das dificuldades “nas relações econômicas com os Estados Unidos”.

Robert Kennedy, segundo o documento, explicitou o não entendimento de Goulart com a preocupação de Washington: que era a presença de “pessoas hostis aos Estados Unidos” em seu governo. Nesse momento o presidente brasileiro “reagiu de forma um pouco brusca”, pedindo que lhe informasse os nomes de tais indivíduos. Tanto o procurador-geral quanto o embaixador Gordon não nomearam esses indivíduos. Este último explicou que em órgãos do governo como a Petrobrás, Ministério de Minas e Energia, SUDENE e BNDE “esseera um problema sério”. A resposta de Goulart foi que havia alguns indivíduos que se posicionavam de maneira “anti-americana” em cargos subalternos nesses órgãos. Portanto, não poderiam influenciar as políticas de seu governo, salientou que “as autoridades americanas” poderiam “confiar” que ele “não fará o jogo dos comunistas”.

Loureiro (2012) ressalta que a visita de Robert Kennedy fora um ultimato estadunidense a João Goulart, uma vez que condicionaram o auxílio econômico ao Brasil ao alinhamento inequívoco do governo brasileiro aos Estados Unidos. A confrontação era “um fim em si mesmo”; o principal objetivo “a ruptura de Goulart com os comunistas”.

Antes, porém, que o confronto ocorresse o embaixador Gordon alertou sobre os riscos que essa abordagem traria. Havia a possibilidade de recusa de Goulart às exigências de Washington. Caso isso acontecesse, seria necessário “considerar todos os meios possíveis para promover a mudança de regime”¹⁴⁶.

Como o memorando da reunião do ExComm, realizada em 11 de dezembro de 1962, evidencia antes que Goulart fosse confrontado, o apoio a “elementos hostis à Goulart” fora levantado, e naquele momento descartado porque:

3.A alternativa “B” é rejeitada neste momento, pois não há evidências suficientes de (a) efetiva liderança da oposição militar ou civil no Brasil em condições de agir prontamente; (b) um movimento organizado com uma real capacidade e disposição de derrubar o governo Goulart; (c) uma capacidade dos Estado Unidos, no futuro próximo de estimular uma cooperação desta natureza com êxito. As necessidades e possibilidades de mudar para a alternativa “B”, porém, devem ser mantidas sob consideração ativa e contínua¹⁴⁷.

A documentação analisada permite dizer que a escolha pelo confronto foi uma forma de dar um ultimato a Goulart e, ao mesmo tempo, aguardar que a situação econômica brasileira. Caso o confronto não surtisse efeito esperado (o alinhamento inequívoco de Goulart aos Estados Unidos), evoluísse para um quadro em que a colaboração com “elementos hostis” a ele fosse viável e não afetasse a imagem de Washington.

Os Estados Unidos tinham consciência de que “o caráter decisivo da recente ação dos EUA em relação a Cuba e a demonstração da superioridade militar dos EUA em relação ao poder militar soviético, pelo menos no Hemisfério Ocidental”¹⁴⁸, possibilitaria exercer pressão sobre o Brasil “um pouco mais forte que no passado recente”, uma vez que Goulart governava sob regime parlamentarista, o que o tornava “vulnerável” e, portanto, talvez mais maleável.

A reação estadunidense com a missão Albino Silva levou ao aumento da pressão sobre o governo Goulart, para que este reavaliasse seu regime político e colaborasse com Washington politicamente. O confronto com o procurador-geral explicitou a insatisfação dos Estados Unidos e por mais que o presidente brasileiro tenha reconhecido “que o problema cubano criou dificuldades para nós, porque havia muita simpatia no Brasil por esse país e a

¹⁴⁶ Telegram 977, Rio de Janeiro to Secretary of State, November 19, 1962, in JFKL

¹⁴⁷ Memo, National Security Council Executive Committee, Meeting of December 11, 1962, p. 2-5 in LOUREIRO (2012) anexo documento nº 3 p. 605-610

¹⁴⁸ Report A-580, Rio de Janeiro to Secretary do State, November 15, 1962. Mantido por JFK Library nos Estados Unidos. <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF>. Acesso em 20/02/2020.

sua revolução popular”¹⁴⁹, as autoridades estadunidenses acharam a postura brasileira equivocada e ambígua.

A relação Brasil – Estados Unidos sofreu uma deterioração e cabia ao governo brasileiro tentar recuperar a confiança estadunidense e diminuir sua insatisfação em relação ao Brasil. Essa não seria uma tarefa fácil de cumprir.

3.3. O Desapontamento Estadunidense com as Ações do Governo Brasileiro

Hershberg (2004) aponta que o desapontamento dos Estados Unidos com o Brasil em grande parte se devia “as tentativas de Goulart e seus predecessores de mediar o conflito entre os EUA e Cuba”, uma vez que as autoridades estadunidenses desde o final de 1959 chegaram à conclusão de que “seria impossível conviver com o regime de Fidel Castro”.

Justamente a partir da década de 1960 o Brasil, conforme Wrobel (1993), iniciava uma alteração em sua política externa, pois objetivava maior autonomia e reconhecimento mundialmente e na América Latina. Iniciativa que contava com o apoio do governo Jânio Quadros que juntamente com seu ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, obtiveram êxito na promoção de novas ideias no âmbito da política externa.

Ao promover mudanças na política externa, o governo brasileiro almejava atingir o desenvolvimento econômico do país, porém, era muito dependente dos capitais estrangeiros, sobretudo, estadunidenses. De acordo com Moniz Bandeira (2011), essa modificação preocupou a ala conservadora das lideranças políticas do país, pois seria prejudicial às relações Brasil – Estados Unidos.

Domingos (2017 - 2018) aponta que a polêmica referente à Política Externa Independente dos governos Quadros e Goulart reportava-se “às medidas do Brasil em relação a Cuba”, porque o governo Kennedy havia elegido a ilha como sua inimiga “muito mais pelo que poderia representar frente aos demais países do continente do que por qualquer tipo de ameaça a seu território”.¹⁵⁰

É evidenciado por Loureiro (2013, 2014) que os Estados Unidos exerceram pressão sobre o FMI para que a instituição flexibilizasse normas de liberação de empréstimos ao Brasil durante a administração Quadros em prol da Aliança para o Progresso. Tal apoio

¹⁴⁹ Telegrama – 710, Rio de Janeiro para Departamento de Estado, 19, de dezembro de 1962 in GORDON, (2002) apêndice p. 382

¹⁵⁰ DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Os ventos da Guerra Fria sopram sobre as Américas: As relações Cuba-URSS vistas pela diplomacia brasileira (1959-1962) In: Revista de la Red Intercatedras de História de América Latina Contemporánea Año 4, Nº 7. Córdoba 2017 – Mayo 2018 p. 68-91. P.88

ocorreu “esperando que Quadros se tornasse um aliado político dos Estados Unidos”. Contudo, após a conclusão dos acordos financeiros de maio de 1961, Jânio Quadros reforçou PEI, aumentando o contato com países do bloco comunista e a defesa da autodeterminação de Cuba.

Os desapontamentos de Washington com as ações brasileiras tiveram início antes da eclosão da crise dos mísseis, no entanto, estiveram relacionadas a Cuba. Conforme Loureiro (2013), Jânio Quadros tentava conseguir auxílio financeiro e apresentar a Política Externa Independente como um meio de “angariar apoio doméstico (e implicitamente, para barganhar vantagens junto aos próprios Estados Unidos)”. O autor evidencia que até aquele momento a PEI era considerada pela administração Kennedy como “tática” e que não oferecia perigo de “contaminação ideológica”.

Mas, quando a crise dos mísseis foi anunciada em outubro de 1962, Jânio Quadros já não era o presidente do Brasil. Em seu lugar estava João Goulart, o qual fora submetido ao regime parlamentarista, o que restringia seus poderes, já que não contava com o apoio dos militares e era visto com desconfiança pelos Estados Unidos.

Loureiro (2014) explica que essa desconfiança se devia aos laços de Goulart com comunistas e com a esquerda radical, mesmo que as autoridades estadunidenses soubessem que o presidente brasileiro estivesse em uma “relação cínica de usar e ser usado” por estes. Contudo, o problema era que Washington acreditava que “as ações de Goulart” poderiam “contaminar ideologicamente” tanto a sociedade quanto o governo brasileiro.

No decorrer do ano de 1962, segundo Domingos (2018), as atitudes do governo Goulart através da PEI, sobretudo, no que se referia a Cuba, proporcionaram o afastamento entre Brasil e Estados Unidos. Em janeiro do ano em questão na VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores em Punta del Este, o Brasil posicionou-se contra a exclusão de Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Assim que o governo brasileiro soube da presença de armas nucleares soviéticas em Cuba e do pronunciamento que o presidente Kennedy faria na noite de 22 de outubro de 1962, através do embaixador Lincoln Gordon; a reação de Goulart às medidas anunciadas, segundo Gordon (2002) e Keller (2015), foi de surpresa quanto à “suavidade” do bloqueio e pareceu que declararia apoio incondicional aos Estados Unidos.

O governo brasileiro apoiou o bloqueio na reunião de consulta da Organização dos Estados Americanos em 23 de outubro de 1962. Porém, não aceitou a utilização de medidas militares, ou o uso da força para solucionar a crise, como apontam Hershberg (2004) e

Domingos (2014). Outra atitude que desagradou às autoridades estadunidenses, contabilizando a terceira atitude contrária aos interesses de Washington.

Como visto no primeiro capítulo, João Goulart enviou uma carta ao seu homólogo em Washington, informando-lhe a posição que seu governo adotaria em relação à crise dos mísseis, mas também fazendo considerações à forma como as decisões da OEA estavam sendo tomadas, bem como o fato de que, se tivesse sido acatada a proposta brasileira de investigação e “desarmamento de Cuba” (janeiro de 1962 – Reunião dos Chanceleres em Punta del Este) “nada disso estaria acontecendo”, e negando sua cooperação militar. A carta de Goulart, como evidenciou Hershberg (2004), provavelmente enfureceu as autoridades nos Estados Unidos e, “sem dúvida, corroeu qualquer boa vontade que Goulart ainda poderia ter desfrutado”. Essa foi a quarta atitude contrária aos interesses estadunidense do governo brasileiro.

Ainda conforme o autor, as autoridades estadunidenses não gostaram da publicidade e discussão sobre o voto brasileiro na OEA, das declarações do ministro da Educação, Darcy Ribeiro, consideradas hostis e do primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima, demonstrando apoio ao regime cubano. Atitudes atribuídas ao governo brasileiro tomadas durante a crise dos mísseis. Chegando, assim, a sete as ações brasileiras que desapontaram os Estados Unidos.

E, como temos discutido neste capítulo, a má condução pelo governo brasileiro da ação conjunta aos Estados Unidos; a Missão Albino Silva. O governo Goulart, através do primeiro-ministro Hermes Lima, aceitou o pedido de mediação estadunidense junto a Cuba e concordou com as orientações a serem seguidas, repassadas pelo Departamento de Estado, por meio do embaixador Lincoln Gordon.

O governo brasileiro, além de concordar com as recomendações recebidas, prometeu sigilo sobre a missão. No entanto, cometeu seu oitavo lapso ao substituir o emissário e interlocutor, no qual o Departamento de Estado confiava, Luiz Leivas Bastian Pinto, pelo Chefe da Casa Militar da presidência, general Albino Silva, em quem Goulart confiava e de quem as autoridades em Washington desconfiavam e classificavam como “pró- comunista”.

A publicidade dada à missão Albino Silva pela imprensa nacional foi o nono lapso, apesar de o motivo, o conteúdo da mensagem e a origem da missão não terem sido revelados, não houve sigilo. Bem como o primeiro-ministro Hermes Lima, o presidente Goulart e o general Albino Silva fizeram pronunciamentos à imprensa sobre a missão, os dois últimos a consideraram um sucesso.

Se como mencionado no início deste subcapítulo, as autoridades estadunidenses viam João Goulart com desconfiança, segundo Hershberg (2004), a sua postura ambivalente no decorrer da crise “causou um declínio ainda maior de sua reputação”, fazendo com que o Brasil após a crise se tornasse um grave problema na América Latina na visão destes.

As autoridades em Washington não gostaram da ambiguidade do governo Goulart durante a crise dos mísseis. Conforme Hershberg (2020), o governo brasileiro não só foi ambíguo como tentou equilibrar-se de modo complexo entre os Estados Unidos e a União Soviética, não só justificando seu apoio ao bloqueio a Cuba, mas também fornecendo informações sobre a missão Albino Silva.

De acordo com o autor, Goulart informou ao embaixador soviético no Brasil, Andrei A. Fomin, que o voto brasileiro favorável ao bloqueio na OEA não estava autorizado, insinuando que o embaixador brasileiro na instituição não havia seguido as instruções recebidas. No entanto, havia informado ao embaixador estadunidense que as reportagens sobre o voto de Penna Marinho na OEA não eram verdadeiras. A informação repassada ao embaixador soviético não corresponde ao que a documentação analisada do Ministério das Relações Exteriores revela como abordado no segundo capítulo.

A discussão ou polêmica levantada pela imprensa nacional sobre o voto na OEA¹⁵¹ foi apontado aqui como quinta atitude ambígua brasileira e questionada pelo embaixador Lincoln Gordon ao primeiro-ministro Hermes Lima. Provavelmente a justificativa de Goulart ao embaixador soviético sobre o referido voto teria causado maiores aborrecimentos, se tivesse chegado ao conhecimento dos Estados Unidos na época.

O embaixador Gordon, como notado no subcapítulo anterior, havia encontrado Goulart comemorando o sucesso da missão e a vitória estadunidense sobre a União Soviética (as duas superpotências haviam chegado a um acordo para a retirada das armas nucleares de Cuba, enquanto o general Albino Silva estava em Havana). Não ficou satisfeito ao saber que o Chefe da Casa Militar estaria falando com Fidel Castro e não Bastian Pinto.

No entanto, a conversa que Goulart teve com o embaixador Fomin, pouco tempo após ter recebido Gordon, segundo Hershberg (2020), teria causado grandes aborrecimentos aos Estados Unidos. Nessa conversa o presidente brasileiro tecera elogios a Khrushchev; era o que constava no relato desta, feito por Fomin

O Presidente, (Goulart) com particular simpatia, falou do grande serviço prestado à humanidade por N. S. Khrushchev na prevenção de conflitos armados nesta parte do mundo. Agora, ele disse em particular, o mundo inteiro recebeu mais uma evidência

¹⁵¹ Para mais informações sobre a polêmica em torno do voto brasileiro na OEA ver DOMINGOS, (2014) p. 189-215.

de que N. S. Khrushchev era um incansável lutador pela paz, que não poupou um pingo de sua força ou energia para atingir esse objetivo duradouro¹⁵².

Percebe-se que Goulart atribuía a solução pacífica acordada entre Kennedy e Khrushchev a este último e que o mundo deveria agradecê-lo por ter evitado uma guerra nuclear, bem como tal resultado fortaleceria politicamente a União Soviética. O governo brasileiro estava fazendo um jogo duplo, uma vez que horas antes havia brindado com Gordon a “vitória” dos Estados Unidos. Mais uma atitude ambígua do governo Goulart, embora não tenha chegado ao conhecimento de Washington, ao menos não naquela época.

Ainda conforme Hershberg (2020), João Goulart informou a Fomin, embaixador soviético no Brasil, sobre as ações brasileiras na crise dos mísseis, em especial a missão Albino Silva. Ele disse que recebeu um pedido oriundo de países da ONU para que o Brasil mediasse a situação entre os Estados Unidos e Cuba, mas acabou revelando que o pedido partiu de Washington. O sigilo prometido fora quebrado novamente, desta vez não pela imprensa, mas pelo próprio presidente brasileiro. Contudo, essa não foi a única revelação feita. Goulart também revelou que enviou Albino Silva como interlocutor junto a Castro, por causa da “sua desconfiança em relação aos próprios diplomatas” e pelo fato do general concordar com “seus pontos de vista sobre Cuba”.

Observa-se que o presidente brasileiro não só revelou a origem da missão Albino Silva, bem como o motivo de tê-lo escolhido. Além de parecer confortável em confidenciar sua desconfiança em relação aos diplomatas brasileiros, utilizando como motivo o voto de Ilmar Penna Marinho na OEA, contrário às orientações recebidas. Porém, reiteramos que a documentação analisada e utilizada no segundo capítulo não corrobora tal fato, o embaixador brasileiro na OEA seguiu as orientações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, porém essa não seria a primeira vez que Goulart expressava seu receio quanto ao Itamaraty¹⁵³.

Goulart não teria sido o único a conversar com o embaixador soviético. O general Albino Silva também falou com ele após seu retorno do Rio de Janeiro no dia 2 de novembro de 1962. Hershberg (2020) evidencia que o general repassou a estas informações sobre a conversa que tivera com Fidel Castro. O conteúdo da mensagem não se parecia com a mensagem transmitida pelo Departamento de Estado ao primeiro-ministro Hermes Lima por Gordon. “Sem uma palavra sobre a ideia de que Cuba deveria cortar ou pelo menos reduzir drasticamente seus laços militares com Moscou”¹⁵⁴. O autor revela ainda que não apenas a

¹⁵² Report of Conversation with Goulart in HERSHBERG, James G. Soviet -Brazilian Relations and the Cuban Missile Crisis, *Journal of Cold War Studies*, Volume 22, Number 1, Winter 2020 p.196

¹⁵³ Para mais informações ver HERSHBERG, (2020) p. 197-198

¹⁵⁴ HERSHBERG, 2020 p. 200.

mensagem diferia da recebida de Washington, mas também divergia do relatório enviado pelo general a Goulart que o havia mostrado ao embaixador estadunidense.

Ao finalizar a conversa o general brasileiro, parecia justificar o apoio do Brasil ao bloqueio estadunidense aplicado sobre Cuba e repetir o lisonjeio do presidente Goulart à União Soviética pelo acordo estabelecido com Washington para solucionar a crise

Silva disse que o governo de Goulart, ao determinar sua posição sobre a questão cubana, teve que levar em conta “uma oposição bastante forte” na opinião pública brasileira à implantação de mísseis soviéticos em Cuba. Esclarecendo suas próprias simpatias políticas, Silva elogiou os “passos pacíficos da URSS na questão cubana e, ecoando Goulart, enfatizou que as ações de Moscou “salvaram o mundo da ameaça de guerra.”¹⁵⁵

Fica evidente que Goulart não apenas agiu com ambiguidade durante a crise dos mísseis, bem como fez um jogo duplo. Ele apoiou os Estados Unidos (aprovação do bloqueio), declarou simpatia à União Soviética e justificou seu posicionamento na crise à opinião interna e dependência econômica externa (leia-se do auxílio estadunidense). Mas estes não foram os únicos lapsos ou atitudes ambíguas brasileiras, o último deles trouxe consequências imediatas.

Pouco após a solução negociada entre Kennedy e Khrushchev, e, passada a fase mais aguda da crise dos mísseis, o presidente João Goulart encontrou-se com o embaixador Lincoln Gordon, em 16 de novembro de 1962. Eles discutiram, conforme Loureiro (2017), os problemas relacionados ao programa Aliança para o Progresso. Oportunidade que foi aproveitada pelo governante brasileiro para ressaltar que o auxílio dos Estados Unidos era fundamental para que o Plano Trienal obtivesse sucesso em promover a estabilização da economia.¹⁵⁶

Na ocasião João Goulart ameaçou romper laços com os Estados Unidos caso não conseguisse ajuda

Disse que faria tudo o possível para salvar o Brasil e certamente não desejava buscar ajuda comunista [...] denunciaria os EUA por depreciarem os termos de troca da América Latina e também a Aliança para o Progresso e o FMI para fortalecer as pessoas para os sacrifícios necessários. O GOB poderia ter que aceitar uma recente oferta de Khrushchev de assistência ao projeto;¹⁵⁷

O presidente brasileiro ameaçava não só aceitar a oferta de assistência econômica soviética e denunciar a Aliança para o Progresso, mas afirmava que “a maior parte da

¹⁵⁵ HERSBERG, (2020) p.202

¹⁵⁶ O Plano Trienal, foi elaborado em fins de 1962 pelo economista Celso Furtado para diminuir a inflação, equilibrar a balança de pagamentos e promover o crescimento econômico do Brasil. Para mais informações ver Loureiro (2012) cap. 7 p. 319-389, (2014, p.323-351) (2017, p. 1-19))

¹⁵⁷ Telegram 1001, Rio de Janeiro to Secretary of State, November 23, 1962. Mantido por JFK Library nos Estados Unidos. <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-014>. Acesso em 12/06/2018, às 21horas.

América Latina se juntaria a ele na oposição aos Estados Unidos, se não aceitássemos (Washington) suas ideias”. Tal ameaça foi o último e maior lapso brasileiro no contexto da crise dos mísseis.

Conforme Loureiro (2017), há evidências¹⁵⁸ que Goulart pode ter se inspirado na ameaça que Getúlio Vargas fizera a Franklin D. Roosevelt no contexto da Segunda Guerra Mundial, no entanto,

Se a ameaça de Goulart aos Estados Unidos se baseou na abordagem de Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, como as evidências indicam ele cometeu um erro de cálculo grave. Embora houvesse semelhança entre os dois períodos, como o fato de a hegemonia dos EUA no hemisfério ocidental estar sendo contestada por uma potência não ocidental (União Soviética e Alemanha respectivamente), abrindo espaço para os países latino-americanos seguirem uma política externa mais independente, as diferenças também foram especificamente pronunciadas. Primeiro, a estratégia ameaçadora de Vargas foi adotada quando a Alemanha estava em ascensão na guerra europeia (1939-1940), tronando a assistência econômica e militar do Brasil aos Estados Unidos um ativo fundamental para a segurança do hemisfério ocidental. A ação de Goulart por outro lado, foi realizada imediatamente após o revés da URSS na Crise dos Mísseis Cubanos, ou seja, quando o poder relativo dos Estados Unidos em relação à União Soviética havia sido fortalecido nas Américas¹⁵⁹.

O momento não era propício para ameaçar aos Estados Unidos, principalmente porque como já mencionado anteriormente, o Brasil dependia do auxílio financeiro de Washington e, conforme Caterina (2019), a ameaça foi levada a sério, pois o governo estadunidense “encomendou estudos a respeito” estes teriam concluído “analisando duas possibilidades, que o Brasil seria seriamente atingido de qualquer maneira”.

Houve outra conversa entre Goulart e o embaixador Gordon, em 28 de novembro de 1962. Desta vez o presidente brasileiro não reiterou suas ameaças, não obstante, disse que caso um auxílio financeiro razoável não se concretizasse as relações entre Brasil e Estados Unidos permaneceriam “cordiais” e esclareceu que não era sua intenção fazer chantagem. Gordon disse-lhe que essa política seria “bastante perigosa, pois os Estados Unidos não haviam cedido à chantagem soviética e, certamente, não teriam a disposição para ceder à chantagem brasileira”¹⁶⁰.

Tanto Caterina (2019) quanto Loureiro (2017) evidenciam que a ameaça de Goulart resultou na confrontação realizada por Robert Kennedy, em dezembro daquele ano. O embaixador Gordon sugeriu tal abordagem no telegrama que enviou ao Departamento de Estado três dias após a ameaça que recebera do presidente brasileiro. Quando o segundo

¹⁵⁸ Para maiores informações ver Loureiro (2017) p.14-16.

¹⁵⁹ LOUREIRO, Felipe Pereira. The Alliance for Progress and President João Goulart’s Three-Year Plan: the deterioration of U.S. – Brazilian Relations in Cold War Brazil (1962) Cold War History 2017. pp 1-19, p. 16.

¹⁶⁰ Telegram 1046, Rio de Janeiro to Secretary of State, November 28, 1962 in JFKL

encontro entre o embaixador estadunidense e Goulart aconteceu em 28 de dezembro, as autoridades em Washington já estavam cientes da atitude do presidente brasileiro.

Como visto anteriormente, o ExComm se reuniu em 11 de dezembro de 1962, com a presença de Lincoln Gordon, ocasião em que decidiram confrontar o governo brasileiro, enviando para tal missão o procurador-geral dos Estados Unidos. As autoridades estadunidenses já estavam insatisfeitas com as atitudes ambíguas de Goulart durante a crise dos mísseis e, provavelmente, a audácia em ameaçar Washington, com certeza essa atitude mal calculada do governo brasileiro contribuiu para a decisão de confrontá-lo.

O governo brasileiro equivocou-se ao ameaçar os Estados Unidos em um momento em que haviam acabado de ter sua superioridade reafirmada no hemisfério ocidental, principalmente na América Latina. Também se arriscou em um jogo duplo entre as duas superpotências, em um período que dependia de auxílio econômico, sabendo que necessitava da ajuda estadunidense para promover a estabilização da economia brasileira.

O presidente Goulart parecia estar sendo influenciado pelo entusiasmo de Celso Furtado, como o embaixador Gordon reportou à Washington, em 19 e 23 de novembro, que o Brasil não dependia tão seriamente da Aliança para o Progresso para estabilizar a economia. Uma visão equivocada, pois, conforme Loureiro (2017), o sucesso do Plano Trienal dependia da obtenção de recursos estadunidenses, tanto que o plano havia sido discutido e levado a conhecimento de Washington. Goulart cometera um erro de cálculo ao tentar chantagear os Estados Unidos.

Concordamos com Hershberg (2020) que, caso as autoridades estadunidenses tivessem conhecimento no período do jogo duplo realizado por Goulart, talvez teriam optado pela alternativa “B” do U.S. Short Term Policy Toward Brazil de 11 de dezembro de 1962, colaborar com elementos hostis a Goulart para sua derrubada. Contudo, Washington não teria que conviver com ele por muito tempo, o presidente brasileiro permaneceria no governo até abril de 1964.

As atitudes contrárias aos interesses estadunidenses, acima enumeradas e tomadas pelo governo brasileiro durante a crise dos mísseis, contribuíram para que os Estados Unidos não só confirmassem sua desconfiança, bem como colocassem em prática uma política econômica dura em relação ao Brasil, condicionando seu auxílio financeiro ao alinhamento político do governo Goulart à Washington.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra Fria se caracterizou pela disputa de influência na organização econômico-social dos países do sistema internacional entre Estados Unidos e União Soviética. O momento de maior tensão desse período foi a Crise dos Mísseis em outubro de 1962, quando o mundo viveu a iminência de uma guerra nuclear.

A disputa entre as duas superpotências havia sido transferida para a América Latina. Essa transferência se deu devido ao sucesso ou consolidação da Revolução Cubana de 1959, que voltou o olhar das superpotências para a região principalmente os Estados Unidos. Aliás, até então não atendiam aos apelos dos países latino-americanos de um plano econômico semelhante ao Plano Marshall.

Nesse contexto, os Estados Unidos criaram o programa de ajuda econômica Aliança para o Progresso com o objetivo de acabar com o subdesenvolvimento e suas causas; de modo a evitar que outro país latino-americano pudesse se tornar comunista, como Cuba. A superpotência tentou eliminar a primeira experiência comunista no continente, não apenas com auxílio econômico, mas com operações militares concomitantes ao programa econômico.

A administração Kennedy tentou em abril de 1961 fomentar a derrubada do governo cubano. A invasão da Baía dos Porcos foi malsucedida e contribuiu para que o líder estadunidense considerasse ainda mais Cuba como um inimigo. O governo brasileiro havia recebido a proposta, para colaborar à possível derrubada de governos autoritários no Caribe, mas o presidente Quadros recusou.

O Brasil, no início da década de 1960, estava promovendo uma reorientação da sua política externa, de forma a possibilitar o desenvolvimento econômico do país ampliando suas relações comerciais inclusive com países do bloco socialista, além de manter a defesa dos princípios da autodeterminação dos povos e a não intervenção.

Essa reorientação da política externa foi promovida pelo presidente Jânio Quadros e seu ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco. O país começava a se posicionar no âmbito da política exterior de uma forma independente em questões internacionais, valorizando os interesses nacionais daí o nome Política Externa Independente.

Em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou à presidência do Brasil, fato que gerou instabilidade política. João Goulart assumiu a presidência do país em 7 de setembro daquele ano, sob regime parlamentarista, pois os militares não o apoiavam e Washington o via com

grande desconfiança e ceticismo. Os vínculos do vice-presidente, agora presidente do Brasil, com a esquerda radical e comunista geravam preocupações.

João Goulart estava comprometido com a promoção do desenvolvimento econômico do país e acreditava que a reforma tributária e agrária, junto com a estabilização da economia, permitiriam que o Brasil atingisse o desenvolvimento. Medidas vistas como socialistas por seus opositoristas.

O governo Goulart havia herdado a PEI de Quadros e deu prosseguimento a ela, modificando-a institucionalizando-a dentro do Itamaraty, juntamente com o seu ministro das Relações Exteriores, Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Ainda em 1961 foram retomadas as relações diplomáticas com a União Soviética, iniciada na gestão Quadros. Mas, o ano de 1962 traria complicações para as atitudes brasileiras sustentadas pela PEI. Isso nos pareceu claro nas relações Brasil e Estados Unidos.

Em janeiro de 1962, foi realizada a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores na conferência de Punta Del Este. A razão desta reunião era a aprovação da exclusão de Cuba da OEA, o que de fato aconteceu. Entretanto, o governo brasileiro, por iniciativa de seu ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, se opôs a adoção de tal atitude, sendo acompanhado pela Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México. O Brasil se posicionava novamente contrário aos interesses estadunidenses; o que complicava o relacionamento bilateral.

O posicionamento do governo brasileiro em relação a Cuba gerava cada vez mais desconfianças por parte dos Estados Unidos. A credibilidade da política externa brasileira foi fortemente abalada.

Em 22 de outubro de 1962, o presidente Goulart recebeu, horas antes do pronunciamento realizado por John Kennedy, anunciando a presença de armas nucleares soviéticas em Cuba; uma carta deste em que o informava de tal fato e das medidas adotadas pelos Estados Unidos para solucionar a crise dos mísseis. Na carta, Kennedy informava sobre a convocação de uma reunião de consulta junto a OEA no dia seguinte e solicitava o apoio brasileiro às medidas que seu país apresentaria.

O Brasil através de seu representante na OEA, o embaixador Ilmar Penna Marinho, apoiou o bloqueio à ilha. No entanto, seguindo as orientações do governo brasileiro, não aprovou o uso da força. Uma das solicitações feitas na reunião e apresentada na carta enviada a Goulart, a cooperação militar. Tal cooperação implicava uma possível invasão da ilha, o que contrastava com a defesa da não intervenção uma das características da PEI.

O presidente Goulart não apenas instruiu seu representante na OEA a não aprovar o uso de medidas militares, mas enviou uma carta a seu homólogo estadunidense, negando a cooperação militar brasileira e assumindo uma atitude dura em relação aos acontecimentos na instituição. O governo brasileiro se posicionava mais uma vez de forma diversa dos anseios de Washington.

Tentando encontrar uma solução pacífica para a crise dos mísseis, o governo brasileiro levou a ONU seu projeto de desnuclearização da América Latina e da África. Essa iniciativa brasileira não obteve o resultado esperado por não encontrar o apoio necessário nas Nações Unidas, não obstante, não foi a única iniciativa brasileira para solucionar a crise.

A missão Albino Silva foi outra iniciativa brasileira, nesse caso conjunta aos Estados Unidos, para solucionar a crise dos mísseis. O Chefe da Casa Militar da presidência deveria levar uma mensagem ao embaixador brasileiro em Havana, Luiz Leivas Bastian Pinto, para que este transmitisse a Fidel Castro. O governo brasileiro concordou em seguir as recomendações oriundas do Departamento de Estado.

No entanto, o governo Goulart não seguiu as recomendações do Departamento de Estado, com as quais havia concordado. A alteração do emissário e interlocutor, rapidamente, foram percebidas pelo embaixador estadunidense, Lincoln Gordon, e transmitidas às autoridades em Washington. A condução realizada pelo governo brasileiro da missão Albino Silva tentando enaltecer internamente a PEI e o prestígio do governo em âmbito internacionais apenas confirmaram as desconfianças sobre Goulart e aumentou o processo de deterioração das relações Brasil-Estados Unidos.

As dificuldades nas relações entre o governo Goulart e Washington se agravaram após a ameaça e tentativa de chantagem feita a Lincoln Gordon em 16 de novembro de 1962, passada a fase mais crítica da crise dos mísseis. O governo brasileiro ameaçou aceitar assistência econômica de Moscou; caso não obtivesse dos Estados Unidos a ajuda econômica que necessitava e pleiteava para promover a estabilização da economia do país através do Plano Trienal.

O posicionamento ambíguo de Goulart, a má condução da missão Albino Silva e a tentativa de chantagem foram discutidas em Washington, na reunião do ExComm de 11 de dezembro de 1962; em que, após analisarem as alternativas de ação em relação ao Brasil, cientes de que a União Soviética não poderia suprir as necessidades econômicas do país, decidiu-se pela confrontação ao governo brasileiro.

O procurador-geral, Robert Kennedy, foi o escolhido e enviado ao Brasil para confrontar Goulart. Foram abordadas nesse encontro questões sobre a política interna e externa brasileiras; e manifestada a preocupação com a presença de comunistas no governo. O que provocou uma reação “um pouco brusca” do presidente brasileiro.

As relações entre Brasil e Estados Unidos estavam se deteriorando e o jogo duplo que Goulart realizou durante a crise dos mísseis, apoiando o bloqueio estadunidense a Cuba e manifestando simpatia a Moscou e elogiando Khrushchev pelo acordo para a retirada das armas ofensivas soviéticas da ilha; não colaborava para uma melhor relação bilateral. Se tivessem chegado ao conhecimento de Washington na época, provavelmente a decisão tomada em relação ao Brasil não seria a confrontação.

As atitudes do governo brasileiro em relação a Cuba, de modo geral, foram contrárias aos interesses estadunidenses. O Brasil insistia em mediar as divergências entre Washington e Havana, nunca obteve sucesso. Cuba era um país inimigo dos Estados Unidos, as ações ambíguas e contrárias aos interesses destes, do Brasil durante a crise dos mísseis, sobretudo a má condução da missão Albino Silva; agravaram o processo de deterioração das relações entre ambos. O governo Goulart deixou de ser confiável e de merecer o benefício da dúvida que tivera quando assumiu a presidência. A relação entre os dois países só fluiria caso seus assessores fossem moderados, tendo disposição em colaborar com os Estados Unidos e se houvesse um rompimento definitivo com os elementos de esquerda e pró comunistas. O que não aconteceu, levando a deterioração da relação Brasil-Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

DISSERTAÇÕES E TESES

BOTEGA, Leonardo da Rocha. Brasil, Argentina e a Questão Cubana (1959-1964): quando a independência faz a união. 241 f. Santa Maria: UFSM, 2009. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-americana) – Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-americana, Centro de Ciências Sociais Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

CATERINA, Gianfranco. Um Grande Oceano: Brasil E União Soviética Atravessando A Guerra Fria (1947-1985). Rio de Janeiro, 2019 – Tese de Doutorado em História Política E Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2019.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *Questão de Cuba: A Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FARES, Seme Taleb. *Esperança e Medo: a Guerra Fria e as relações Brasil-Estados Unidos no Congresso Nacional (1961-1964)*. Dissertação (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a Política Econômica nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. 644 f. São Paulo: USP, 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARSON, Ana Carolina de Araujo. Opinião pública externa, brasileira: a participação do Brasil na Conferência de Punta del Este de Janeiro de 1962. Dissertação (Mestrado em Ciências). Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

MOORE, Sandra Jane. THE ORGANIZATION OF AMERICAN STATES AND THE CUBAN CHALLENGE, 1961-1964: CASE STUDIES IN DECISION MAKING. 192 f. A Master's Thesis, Department of Political Science, Kansas State University, Manhattan, Kansas. 1966.

MOREIRA, Cássio Silva. O Projeto de Nação do Governo João Goulart: O Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964). Tese (Doutorado em Economia). Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana da USP. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

OLIVEIRA, Fernanda Conforto. *Internacional Financial and Political Actors: The Breakdwn in IMF – Brazilian Negatiations during the Administration of Juscelino Kubitschek (1957-1959)* 242f. São Paulo USP 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, São Paulo 2018.

ROLIM, Tácito Thadeu Leite. *Brasil e Estados Unidos no contexto da “Guerra Fria” e seus subprodutos: Era Atômica e dos Mísseis, Corrida Armamentista e Espacial, 1945-1960*. Tese (Doutorado em História), Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói – Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: De propagando a anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2008.

FONTES PUBLICADAS

FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol. I Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

_____. *Documentos da Política Externa Independente*. Vol. II Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

U.S. Department of State, *Foreign Relations of the United States, 1961-1963*, Vol. XI: Cuban Missile Crisis and Aftermatch. Washington: Government Printing Office, 1996, p. 302-307.

LIVROS E ARTIGOS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Crescimento, Modernização e Política Externa. Lumen Juris Editora, vol. 1, 2ª ed. 2006.

ALLISON, Graham. *La Esencia De La Decision*. Grupo Editor Latino Americano, Colección Estudios Internacionales, 1971.

_____. *The Cuban Missile Crisis*. In SMITH, Steve; HADIELD, Amelia; DINNE Tim (edited by). *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. (3rd. edn) Oxford University Press, 2016.

AMADO, Rodrigo. *A Política externa no governo João Goulart*. Porto Alegre: Cultura, 2000.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. *A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962) um estudo das iniciativas brasileiras*. VARIA HISTORIA. Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.361- 389, jan/jun 2012.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH Ian. *Latin America between the Second World War and the Cold War, 1944-48* (Cambrigde University Press, 1996).

BETHELL Leslie. *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*. In *Estados Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, nº 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009.

BUENO, Clodoaldo. CERVO, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Vol. I e II.

COVARRUBIAS, Ana. Temas y Reglas del Juego: Reflexiones sobre el Deterioro de la Relación México-Cuba. Colegio de Mexico (2007)
<https://www.jstor.org/stable/j.ctv3dnp8h.21>

CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da política externa independente (1961-1964). In: *Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)* Introdução de Rubens Ricupero e seleção, organização e edição de Sérgio Danese, Brasília: FUNAG/IPRI, 1989.

DELGADO, Lucila de Almeida Alves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. In: *Revista Gráfica*, Vol. 9 enero-diciembre 2012 – pp. 175-191.

_____. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. In: *Revista Tempo*, vol. 14 nº 28. Niterói, junho, 2010.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Os ventos da Guerra Fria sopram sobre as Américas: As relações Cuba-URSS vistas pela diplomacia brasileira (1959-1962) In: *Revista de la Red Intercatedras de História de América Latina Contemporánea Año 4, Nº 7*. Córdoba 2017 – Mayo 2018 p. 68-91. P.88

_____. *50 Anos da Crise dos Mísseis: Horror Nuclear em Tempos Presentes*. *Historiæ*, Rio Grande, v. 4, n. 2: 79-90, 2013.

_____. *Ligações perigosas: a Crise dos Mísseis e a deterioração das relações políticas de João Goulart e John Kennedy*. XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. 27 a 31 de Julho de 2015. Florianópolis, SC.

ERB, Lisa Anne. *The Cuban Missile Crises: War Kennedy's Way the Best Way?* *Undergraduate Honor Thesis Collections 20*. 1989.

FARES, Seme Taleb. CONFLITO INCOMPREENSÍVEL: a Política Externa Independente sob os constrangimentos da Guerra Fria (1961-1964). 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais De 22 a 26 de julho de 2013.

FENN, Peggy. México, la no intervención y la auto determinación en el caso de Cuba. *Foro Internacional*, Vol. 4, No. 1 (13) (Jul. - Sep., 1963), pp. 1-19

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60 – 2004.

_____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIELD JR., Thomas C. “Ideology as Strategy: Military-Led Modernization and Origins of the Alliance for Progress in Bolivia,” *Diplomatic History* 36, nº 1 (2012): 147-183.

FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, n. 2 Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GASPARI, Hélio. *A Ditadura Envergonhada – São Paulo*. Companhia das Letras 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada – São Paulo*. Companhia das Letras 2002.

_____. *A Ditadura Derrotada – São Paulo*. Companhia das Letras 2003.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GORDON, Lincoln. Capítulo Suplementar: os Estados Unidos e o Governo de João Goulart. In: GORDON, Lincoln. *A Segunda Chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo*. 2ª ed. São Paulo, SENAC, 2002.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.29, nº 57, 2009.

HERSHBERG, James G. *Brazil and the Cuban Missile Crisis*. Documents from the Foreign Ministry Archives in Brasília: Wilson Centers Cold War International- History Project Bulletin 17/18 (2012) p. 229-299.

_____. *The United States, Brazil, and the Cuban Missile Crisis, 1962 (Part 1)*. *Journal of Cold War Studies* Vol. 6, nº 2 (2004): p. 3-20.

_____. *The United States, Brazil, and the Cuban Missile Crisis, 1962 (Part 2)*. *Journal of Cold War Studies* Vol. 6, nº 3 (2004): p. 5-67.

HIRST, Mônica. *Understanding Brasil-United States Relations*. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2013.

HURRELL, Andrew James. *The Quest for Autonomy: The Evolution of Brazil's Role in The International System, 1964-1965*. Brasília: FUNAG, 2013.

KELLER, Renata. "A Foreign Policy for Domestic Consumption: Mexico's Lukewarm Defense of Castro, 1959-1969," *Latin American Research Review* Vol. 47, nº 2 (2012): p. 100-119.

_____. *The Latin America Missile Crisis*. *Diplomatic History* Vol. 6, nº 2 (2015): 195-222.

LARA, José Victor de. *Os Estados Unidos e o Governo João Goulart: O Brasil como Palco da Guerra Fria (1961-1963)*. VII Congresso Internacional de História. 6 a 9 de Outubro de 2015.

LIMA, Maria Regina Soares. A Política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul- Sul. In *Revista Brasileira Política de Internacional*. 48 (1): 24-59 (2005).

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Dois Pesos, Duas Medidas: Os Acordos Financeiros de Maio de 1961 Entre Brasil e Estados Unidos Durante Os Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962)*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 2 (48), pp. 547-576, ago. 2013.

_____. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). *Revista de Econômica Política*, vol. 33, nº 4 (133), pp. 671-691, outubro-dezembro/2013.

_____. Uma difícil conciliação: empresários e trabalhadores no contexto do Plano Trienal. In *Histórica Econômica e História de Empresas*, XIII, 2 (2010), pp. 109-143.

_____. The Alliance For or Against Progress? US – Brazilian Financial Relations in the Early 1960s. In *J. Lat Amer, Viga*. 46, 323-351 Cambridge University Press – 2014.

_____. Public opinion and foreign policy in João Goulart's Brazil (1961-1964): Coherence between national and foreign policy perceptions? In *Revista Brasileira Política Internacional*. 58 (2): 98-118, 2015.

_____. A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V. 36, nº 71, 2016, pp. 155-177.

_____. The Alliance for Progress and President João Goulart's Three-Year Plan: the deterioration of U.S. – Brazilian Relations in Cold War Brazil (1962) *Cold War History* 2017. pp 1-19, p. 16.

_____. Um pericêntrico Punta del Este: tentativa fracassada de Cuba de ingressar na Área de Livre Comércio da América Latina (LAFTA) e os limites da política externa independente do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 61 (2): c003, 2018 (p. 1-17).

MANZUR, Tânia Maria P. G. *Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico*. In: *Revista Brasileira Política Internacional* 42 (1): 30-61, 1999.

_____. *A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, Apogeu e Declínio*. Lua Nova, São Paulo, 93: 169-199, 2014.

MCKERCHER, Asa. The most serious problem? Canada – US relations and Cuba, 1962. In: Cold War History. Vol. 12, Nº 1, February 2012, pp. 69-88.

MEUCCI, Isabella Duarte Pinto. *Estados Unidos e América Latina: o caso de Cuba no pós-guerra fria*. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. 10 a 13/09/2013.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. A Importância das Relações Brasil-Estados Unidos Na Política Externa brasileira. In: Boletim de Economia e Política Internacional. V. 6, abr/jun. 2011.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. *Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil 1961-1964*. 8ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2010.

_____. *Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)* – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MORGENFIELD, Leandro. Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano durante la crisis de los misiles (1962). In: História: debates e tendências. V. 12, nº 2. Passo Fundo: UPF, jul./dez. 2012.

_____. *Desarrollismo, Alianza para el Progreso y Revolución Cubana. Frondizi, Kennedy y el Che en Punta del Este (1961-1962)*. In: Revista Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad, Año XXI, Vol. XX, Nº 39-40, 2011-2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964, na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E., 2006.

NETO, Hélio Franchini. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 48 (2): 129-151 (2005).

PEREIRA, Anthony W. The US Role in the 1964 Coup in Brazil: A Reassessment In *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 37, N. 1, pp. 5-17, 2018.

PETROCCHI, Renato. San Tiago Dantas: a política externa como instrumento de reforma social e de democracia. *Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. Vol. 10 nº 2, p. 81-95, jul-dez. 2015.

QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

RABE, Stephen G. The Cuban Missile Crisis Revisited. *Irish Studies in International Affairs*, Vol. 3, No. 3 (1991), pp. 59-66

_____. "The Caribbean Triangle: Betancourt, Castro, and Trujillo and U.S. Foreign Policy, 1958-1963," *Diplomatic History* Vol. 20, nº 1 (1996): p. 55-18.

_____. "REVIEW ESSAY John F. Kennedy and Latin America: The Thorough, Accurate, and Reliable Record" (Almost), *Diplomatic History* Vol. 23, No. 3

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 43 (1): 69-98 (2000).

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J.-B. *Introducción a La Historia de Las Relaciones Internacionales*. S. L. Fondo de Cultura Económica de España, 2000.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

_____. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.) *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2ª ed. Vol. 1 – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

SALCEDO AVILA, Gustavo. Más Allá de la Doctrina Betancourt: Ayuda Encubierta como Instrumento de la Política Exterior de Venezuela Durante la Guerra Fria (1959-64) OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. Especial, p. 74-92, 2014

SANTOS, Norma Breda dos. *História das Relações Internacionais no Brasil: Esboço de uma Avaliação Sobre a Área*. História, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-39, 2005.

SCHOULTZ, Lars. Estados Unidos: poder e submissão uma história da política norte-americana em relação à América Latina. EDUSC, 2000.

SILVA, Pedro Manuel Batista. *O papel de Nikita Khrushchev no Complexo Militar e Industrial, no quadro da Guerra Fria*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Setembro, 2014.

SOUZA, Ailton. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. In PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, nº 4, p. 29-39, dez. 2011.

SPECTOR, Matias. The United States and the 1964. Brazilian Military Coup. In: Oxford Research. Encyclopedia of Latin American History April 2018.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Negociando A Dependência: Relações Militares Brasil-Estados Unidos No Início Da Guerra Fria. OPSIS, Catalão-GO, v. 14 nº Especial, p. 160-184, 2014.

_____. Da II Guerra Mundial À Guerra Fria: Conexões entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos. In *Latin American Research Review*, Vol. 49, N. 1. 2014, p. 83-103.

TRACHTENBERG, Marc. *The Craft of International History: a guide to method* Princeton University Press 2006.

WESTAD, Odd Arne. *The Cold War: a World History* Basic Books, 2017.

WILSON, Ward. *Repensando a Utilidade das Armas Nucleares*. Revista Parameters, p.38-42. (Winter/Spring 2013).

WROBEL, Paulo S. *Aspectos da Política Externa Brasileira Independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba*. Estudos Históricos, vol. 6, n. 12. Rio de Janeiro, 1993, p. 191-209.

Portal Câmara dos Deputados, Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25660-13-outubro-1948-322840-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 de junho de 2020, às 08:30h.